



Revista Científica

ESPAÇO ACADÊMICO

MULTIVIX

SERRA

REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO

Volume 9, número 1

Serra

2019

EXPEDIENTE**Publicação Semestral**

ISSN 2178-3829

Temática: Multidisciplinar**Revisão Português****José Renato Siqueira Campos****Capa*****Marketing* Faculdade Capixaba da Serra/Multivix Serra**

Revista Espaço Acadêmico/Faculdade Capixaba da Serra

Serra: (Jan./Jul. 2019).

Semestral

ISSN 2178 - 3829

1. Produção Científica – Faculdade Capixaba da Serra. II. Título

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências**Coordenação de Pesquisas Faculdade Capixaba da Serra**

Rua Barão do Rio Branco, 120, Colina de Laranjeiras, Serra/ES | 29.167-183

E-mail: antonio.junior@multivix.edu.br

FACULDADE CAPIXABA DA SERRA**DIRETOR GERAL**

Helber Barcellos da Costa

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Daniele Drumond Neves

BIBLIOTECÁRIA

Alexandra Barbosa Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Daniele Drumond Neves

Eliene Maria Gava Ferrão

Antonio Ferreira de Melo Junior

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aldomar Nascimento Junior

Lorena do Nascimento Ferreira

Alexandre Araújo Paes

Marcos Leal

Ana Gabriela Rangel Poncio Volkers

Maria Gabriella Pinheiro Silva

Caio Jorge Figueiredo de Oliveira

Nathalie Tristão B. Delgado de Lima

Fernanda Silva de Almeida Resende

Patrícia Campos da Rocha Loss

Gabriela de Oliveira Rebello

Priscila Alves de Freitas

Hannah Nicchio Loriato

Roberta Rangel Batista

Julia Delboni de Oliveira

Roger da Silva Rodrigues

Jussara Angélica G. N. Sardenberg

Sheila de Souza Muritiba

Leonardo Carvalho Caldas

Tatiana de Santana Vieira

Ligia Abreu Martins

APRESENTAÇÃO

Segundo Piaget, a multidisciplinaridade ocorre quando “a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas”. Desta forma a Revista Científica ESPAÇO ACADÊMICO, promove a junção de temas atuais e relevantes das mais diversas áreas da ciência com objetivo contribuir com expansão do conhecimento e pesquisa científica.

Esta edição traz oito contribuições das áreas de ciências humanas, saúde e exatas, que visam enriquecer a literatura científica e agregar conhecimento aos nossos leitores!

Boa leitura!

SUMÁRIO

QLPE-18 (QUALITY OF LIFE IN PHYSICAL EDUCATION 2018) - QUALIDADE DE VIDA E OBESIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NUMA PERSPECTIVA DE SAÚDE.....07
Bruna Teixeira Carneiro, Driziane Arvelino de Souza¹, Aline Ximenes Fragoso.

A NOVA LEI DAS ESTATAIS 13.303/16 E AS MUDANÇAS PARA AS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....24
Daiane Linhares de Sousa, Eliene Kuster Fernandes, Leandro Rezende de Abreu e José Carlos Pereira Júnior.

UMA CARACTERIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM VITÓRIA E SERRA- ES.....46
Luana Alcântara do Nascimento, Marlom Antônio de Almeida, Yuri Schneider Xavier e Moacir César da Vitória Júnior.

CIRURGIA BARIÁTRICA: A PSICOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DO PACIENTE.....68
Anna Carolina Oliveira, Gabriel Lapa Rohor, Kelly Vargas Wandermuren Thompson, Antonio Ferreira de Melo Junior, Ruy Anderson Santos Martins.

EDUCAÇÃO EM VALORES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS ASPECTOS CONCEITUAIS.....81
Adenilton Pereira Santos, Alex Machado de Oliveira, Donaldson Rodrigues Thompson.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPEUTICA EM UM PACIENTE PÓS-OPERATORIO DE EPIFISIODESE: UM ESTUDO DE CASO.....101
Caio Jorge Figueiredo De Oliveira.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE.....123
Genevieve Maria Damasceno de Araújo, Hemily Dutra Vitorino de Oliveira, Gabriela Rebello, Tathiana Ferreira Sá Antunes.

LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO PARA O CONTEXTO ESCOLAR.....136
Jheniffer Kattieli Santos Gabrecht, Robson Mirand Santos, Rodrigo Alves Ribeiro, Donaldson Rodrigues Thompson.

QLPE-18 (QUALITY OF LIFE IN PHYSICAL EDUCATION 2018) QUALIDADE DE VIDA E OBESIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NUMA PERSPECTIVA DE SAÚDE

Bruna Teixeira Carneiro¹

Driziane Arvelino de Souza¹

Aline Ximenes Fragoso²

RESUMO

Ao longo do tempo, pesquisadores buscaram estudar como a qualidade de vida dos indivíduos pode interferir nos mais diversos âmbitos da saúde. A obesidade é um tema de crescente importância devido a sua prevalência e a associação com diversas condições mórbidas, nos quais estão diretamente relacionados à qualidade de vida do indivíduo. Atualmente, é considerado um grande problema de saúde pública que atinge não somente adultos, mas também crianças e adolescentes, especialmente nos países desenvolvidos. Sabe-se que o exercício físico é um importante componente do tratamento da obesidade, porém sua ausência no cotidiano da população tem se revelado um dos principais fatores causadores do aumento dessa doença. Este estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica, na qual foi realizado um levantamento de material de estudo, tendo como objetivo compreender a relação existente entre obesidade, qualidade de vida e Educação Física, além de discutir a relevância do bem-estar e hábitos saudáveis da população. Assim, o exercício físico pode ser um grande aliado no tratamento da obesidade se pensado e planejado da forma correta pelo profissional de Educação Física. O estudo resultou na criação de um questionário sociodemográfico com medidas antropométricas e perguntas acerca da qualidade de vida do indivíduo, que deve servir de instrumento para os profissionais de Educação Física para a avaliação e a detecção de problemas relacionados ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida; Obesidade; Educação Física.

ABSTRACT

Over time, researchers have sought to study how the quality of life of individuals can interfere in the most diverse areas of health. Obesity is a topic of increasing importance due to its prevalence and association with various morbid conditions, in which it is directly related to the quality of life of the individual. It is currently considered a major public health problem affecting not only adults, but also children and adolescents, especially in developed countries. It is known that physical exercise is an important component of the treatment of obesity, but its absence in the daily life of the population has been one of the main factors causing the increase of this disease. This study is characterized as a bibliographical research, in which a survey of study material was carried out, aiming at understanding the relationship between obesity, quality of life and Physical Education, as well as discussing the relevance of well-being and healthy habits of the population. Thus, physical exercise can be a great ally in the treatment of obesity if thought and planned in the correct way by the Physical Education professional. The study resulted in the creation of a sociodemographic questionnaire with anthropometric measures and questions about the individual's quality of life, which should serve as an instrument for Physical Education professionals to evaluate and detect problems related to the subject.

KEYWORDS: Quality of life; Obesity; Physical Education.

¹ Graduanda em Educação Física (Licenciatura) pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix.

² Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior e Análises Clínicas; Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade FAESA.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade de vida, de acordo com Paes (2006), tem sido uma das maiores preocupações da sociedade contemporânea, devido aos inúmeros casos de pessoas com obesidade, sedentarismo e/ou portadoras de doenças cardiovasculares. Para Santos et al. (2005, p.7), “o conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas”. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (1995), qualidade de vida é a forma como uma pessoa percebe sua inserção nos diversos contextos da vida em que ela vive e se relaciona, de acordo com suas características pessoais.

No decorrer dos anos, pesquisadores estudaram a relação entre qualidade de vida e saúde, procurando explorar esta última em sua totalidade, ou seja, relacionada as áreas: cultural, política, social e econômica. Dentre os fatores citados anteriormente, a obesidade tem surgido como uma doença preocupante, que afeta aspectos cognitivos, psicológicos e sociais da pessoa acometida (MATSUDO et al., 2001). Goldner (2013) afirma que a obesidade tem sido intensificada na sociedade atual de diversas formas:

Atualmente a sociedade mundial ainda permanece estagnada em um momento histórico de incontrolável morbidade fruto de um sedentarismo jamais visto em séculos anteriores. Alguns fatores contribuem para esse quadro doente em que se encontra a sociedade, talvez o principal fator seja a globalização tecnológica, o próprio capitalismo que confere a todos a necessidade de trabalho intenso e quase sem intervalos, em alguns momentos este trabalho incessante me parece um período de escravidão moderna, a população ficou refém do trabalho, o cansaço, em sua maioria mental, torna o corpo cansado e assim desencadeia adultos sedentários reféns, em sua maioria, da mídia – diga-se que esta, inteligentemente, usa de artifícios da grade de programação para “prender” seus espectadores – em programações que sequer contribuem para o desenvolvimento intelectual dos espectadores (GOLDNER, 2013, p.1).

Outro fator importante a ser mencionado é o sedentarismo. Bibliografias apontam que este mau hábito não aumentou “do nada”. Segundo Goldner (2013), o surgimento dos novos meios tecnológicos de comunicação, como computador e celular, influenciou na mudança dos hábitos rotineiros dos seres humanos. Dessa maneira, todas as pessoas querem estar conectadas à internet e à televisão, algumas são até viciadas nesses meios de comunicação. O tempo

gasto com essas tecnologias tem se tornado um crescente problema social, visto que está diretamente relacionado ao aumento do sedentarismo e conseqüentemente da obesidade. Além disso, a comida industrializada, muito consumida atualmente devido a sua praticidade, também se revela um fator agravante da obesidade, já que possui muitos aditivos em sua composição, como os antioxidantes que evitam a sua deterioração. Toda essa química inserida no alimento geralmente causam efeitos colaterais, como a descalcificação dos ossos, dos dentes e o aumento do nível de colesterol no sangue. Ao dialogarem sobre o assunto, Assis et al. (2003) afirmam que:

A realidade alimentar brasileira é marcada por grandes contrastes, apresentando problemas causados tanto pela falta como pelo excesso de alimentos. Algumas pesquisas têm demonstrado que o consumo de alimentos industrializados está aumentando cada vez mais, e ainda não existem recomendações específicas para estes alimentos. Conhecer os hábitos alimentares de uma população constitui o primeiro passo para se estudar a incidência de doenças crônicas degenerativas, sendo também, de fundamental importância para a realização de outras pesquisas (ASSIS et al., 2003, p.2).

Dessa maneira, este artigo possui relevância para a sociedade, visto que existem muitas dúvidas e contradições sobre métodos de utilização do exercício físico para o tratamento da obesidade e sedentarismo. Compreender os fatores psíquico-sociais envolvidos na obesidade e as possíveis contribuições do exercício físico no seu tratamento podem auxiliar o profissional de Educação Física na escolha de um programa de treinamento mais adequado para o seu aluno obeso. Torres et al. (2010) reforçam que:

Nos países mais desenvolvidos é visível o aumento da obesidade e seus problemas como conseqüências, a desnutrição ainda que relevante vem diminuindo, esta situação ocorre devido a mudanças de padrões alimentares de toda a população e também devido à inatividade física (TORRES et al., 2010 apud BENÇAL e FREIRE, 2016, p. 246).

Por fim, outro fator a ser descrito, é que a região da Serra, no estado do Espírito Santo, carece de estudos sobre este tema, o que também leva ao desconhecimento da população sobre os benefícios do exercício físico no tratamento da obesidade e na melhora da qualidade de vida, aumentando a

prevalência de sedentarismo na sociedade. Portanto, concorda-se com Almeida (2008) quando este afirma que:

[...] para o tratamento da obesidade, é de fundamental importância o exercício físico e, para população de baixa renda, as limitações são muitas, o que torna necessário uma melhor compreensão dos fatores que combatem a obesidade para que esses indivíduos possam ter uma qualidade de vida melhor (ALMEIDA, 2008, p. 78).

Nessa mesma perspectiva, o objetivo deste artigo foi a criação de um questionário sociodemográfico que permita ao profissional de Educação Física avaliar e detectar problemas relacionados a qualidade de vida, ampliando dessa forma as suas possibilidades de trabalho e atenção redobrada com os alunos em situação de risco.

2. METODOLOGIA

Trabalho de abordagem qualitativa, no qual realizou-se revisão bibliográfica exploratória e descritiva. De acordo com Wainer (2007), a pesquisa qualitativa baseia-se na observação cautelosa dos locais de investigação e na tentativa de descrevê-lo, tentando relacionar as informações com diferentes fatores. Gil (2008) explica que uma pesquisa bibliográfica é realizada por meio da leitura e análise de materiais como artigos e livros. Segundo ele, este tipo de pesquisa proporciona uma visão bem mais ampla de fenômenos do que a de uma pesquisa direta.

O artigo tem como tema “QLPE-18 (Quality of Life in Physical Education 2018) - Qualidade de Vida e Obesidade: As contribuições da Educação Física numa perspectiva de saúde”, e utilizamos para revisão a base de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO). As palavras-chave utilizadas nas buscas foram “Obesidade”, “Qualidade de vida”, “Saúde”, “Educação Física” e “Atividade Física”. Dessa maneira, a busca de artigos se baseou apenas nas palavras-chave e na temática proposta, não havendo nenhuma consideração temporal. Os artigos foram organizados em fichamentos temáticos para um maior aprofundamento no estudo e em seguida foi criado o referencial teórico.

Na etapa seguinte, houve a elaboração do questionário, com dados sobre identificação, com variáveis sociodemográficas específicas, medidas antropométricas e perguntas acerca da qualidade de vida do indivíduo (APÊNDICE A). Segundo Oliveira e colaboradores (2016), o questionário é um método para reunir informações, estruturado com perguntas em uma determinada ordem que precisam ser respondidas por meio da escrita, na ausência do entrevistador. Para Chagas (2000), a elaboração de um bom questionário exige um processo de aperfeiçoamento, resultado de diversos exames e revisões, quantas forem precisas.

Na confecção do questionário, utilizamos como referência cinco questionários previamente validados: Questionário de Renda da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) (ANEXO A); WHOQOL-BREF (The World Health Organization Quality of Life) (ANEXO B); SF-36 (Short Form 36 Health Survey) (ANEXO C); e Escala AUQEI (Autoquestionnaire Qualité de Vie Enfant Imagé) (ANEXO D).

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 A OBESIDADE E SEUS ASPECTOS GERAIS

Conforme Wanderley e Ferreira (2010), a obesidade se caracteriza pelo excesso no acúmulo de gordura no corpo, e chega a comprometer a saúde, prejudicando o organismo do ser humano de diversas formas. Se trata então de um problema que vai além de questões físicas, pois compromete o funcionamento normal do corpo humano. A origem da obesidade possui diversos fatores, que podem ser: endógenos, que se relacionam com a genética; e exógenos, que se relacionam com o estado nutricional do indivíduo (MIRANDA, ORNELAS e WICHI, 2011 apud LIMA, 2013). O ambiente familiar também se configura como um forte fator no surgimento da obesidade. Hábitos alimentares inadequados dos pais podem influenciar extremamente no estilo de vida de seu filho e até mesmo se refletirem na sua vida adulta.

Para Carlucci et al (2014), a principal justificativa para a elevação do peso é a falta de equilíbrio entre a quantidade de calorias consumidas e a quantidade de energia gasta, causada por intensas mudanças nos hábitos de vida da sociedade. Nesse sentido, Modeneze (2007, p. 74) explica que:

Acumular gordura é a maneira que o corpo tem de lidar com as calorias extras consumidas acima do nível necessário. O corpo simplesmente não esquece da fatia extra de queijo, do biscoito com requeijão, da pizza calabresa, ou de três colheradas de sorvete com pedaços de chocolate e calda.

Entretanto, sabe-se que a obesidade está em todas classes sociais, independentemente de cor, cultura, raça e idade. Segundo Pinheiro e colaboradores (2004), a obesidade e o sedentarismo têm crescido cada vez mais na população brasileira associados aos vícios exagerados de alimentos industrializados com grande potencial de valor calórico e de fácil preparo. Observa-se também que o aumento do sedentarismo tem causado nas pessoas um grande aumento de doenças como: hipertensão, diabetes, cardiopatias, doenças ortopédicas, dentre outras. Considerando que a obesidade se tornou permanente devido ao grande acúmulo de tecido adiposo no organismo, sua hegemonia cresceu bastante durante os últimos anos nos países mais desenvolvidos. Contudo, compreende-se que sua causa depende de fatores genéticos, metabólicos, sociais, comportamentais e culturais.

3.1.1 A alimentação regrada no combate à obesidade

Alimentar-se é um ato inerente ao ser humano, sendo extremamente importante para o desenvolvimento da saúde física e mental. Segundo Mazur e Navarro (2015), a nutrição resulta da ingestão de alimentos, da necessidade de nutrientes e da própria saúde, relacionando-se com fatores causais, como genética, contexto sociocultural, realidade econômica, etc. Estar nutrido é importante, porque significa estar com suas necessidades em dia, tendo conseqüentemente

qualidade de vida. Em relação a contribuição do mercado alimentício, Mazur e Navarro (2015, p. 36) destacam que:

Nos últimos anos o mercado ofereceu comida barata, saborosa e rica em gordura, o mais energético dos macros nutrientes. Sabe-se que o consumo involuntário de calorias é facilmente estimulado por alimentos ricos em gordura. Nesse sentido, a combinação de fatores econômicos e biológicos, provavelmente, resulta em um acúmulo de calorias que advém desses alimentos baratos e prontamente disponíveis. O consumo de alimentos reflete na interação entre duas partes do cérebro: um sistema “deliberativo” que toma decisões e um sistema “afetivo” que responde rapidamente a estímulos. O quadro de dupla decisão é caracterizado por comer demais e pelo excesso de peso.

Sendo assim, o sistema capitalista intensifica os maus hábitos alimentares, contribuindo para o surgimento de doenças como obesidade, que é um fator de risco para outras doenças como a diabetes, doenças cardiovasculares e etc. Para Lemos (2012), os maus hábitos de alimentação em conjunto com o apelo da mídia e da sociedade tendem a determinar o surgimento da obesidade. Além disso:

O consumo alimentar tem sido relacionado à obesidade não somente quanto ao volume da ingestão alimentar, como também à composição e qualidade da dieta. Além disso, os padrões alimentares também mudaram, explicando em parte o contínuo aumento da adiposidade nas crianças, como o pouco consumo de frutas, hortaliças e leite, o aumento no consumo de guloseimas (bolachas recheadas, salgadinhos, doces) e refrigerantes, bem como a omissão do café da manhã (TRICHES e GIUGLIANI, p. 542, 2005).

Ainda segundo Triches e Giugliani (2005), para que haja a promoção de hábitos saudáveis de alimentação e se diminua a prevalência da obesidade na sociedade, é indispensável que toda a população tenha noção sobre a importância da nutrição. A alimentação regrada deve contribuir no combate à obesidade no sentido de estabelecer um equilíbrio na ingestão de alimentos, fazendo com o que o organismo tenha o suficiente para manter seu funcionamento saudável. Considerando a alimentação então como determinante direta no surgimento da obesidade, pode-se afirmar que o profissional da saúde deve utilizar a educação nutricional como estratégia para conscientizar as pessoas e fazê-las mudar seus hábitos alimentares.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA

A atividade física é uma importante aliada tanto na prevenção quanto no tratamento das consequências da obesidade. Caspersen (1985 apud Santos et al., 2015, p. 464) define atividade física como "qualquer movimento corporal, produzido pelos músculos esqueléticos, que resulte em gasto energético maior que os níveis de repouso". Segundo Beraldo, Vaz e Naves (2004), a prática constante de exercícios físicos associada a uma alimentação saudável pode resultar na perda e conseqüentemente na manutenção de gordura corporal. A falta de atividade física é um fator extremamente contribuinte para o surgimento da obesidade. Segundo Sichieri (1998):

O sedentarismo, enquanto ausência de atividade física e ingestão indiscriminada de alimentos altamente calóricos estão estreitamente ligadas à obesidade, visto que a energia ingerida, não é gasta, isso implica acúmulo de energia, sob a forma de gordura, gerando a obesidade (SICHIERI, 1998 apud FILHO, 2013, p. 16).

Com os avanços tecnológicos da sociedade moderna, as crianças e adolescentes se tornam cada vez mais sedentárias, já que seu tempo é tomado pelo celular, computador, televisão, entre outros aparelhos eletrônicos. A substituição do hábito de brincar pelo uso das novas tecnologias se revela um problema social, pois favorece o aumento do sedentarismo. Além disso, segundo (JÚNIOR, 2007 apud LIMA, 2013, p. 6):

É de grande importância entender que a televisão não somente ocupa o tempo da criança, como também, influencia as mesmas com propagandas alimentícias de alto teor calórico, produção de imagens e formas que chamam a atenção delas para o consumo de determinados alimentos que não trazem benefícios para saúde.

De acordo com Enes e Slater (2010), é possível afirmar que além de fatores genéticos e nutricionais, existe todo um contexto social que favorece a prevalência da obesidade na atualidade. Portanto, a prevenção e o combate a esta doença devem abranger todos esses fatores, considerando a realidade social de um indivíduo como um dos fatores mais importantes para a sua qualidade de vida. É importante que se entenda qualidade de vida como um bem-

estar geral de saúde, seja física ou mental e a obesidade não apenas como doença, mas também como um fator psicossocial.

3.3 QUALIDADE DE VIDA E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Pensando na educação como ferramenta de transformação social, Franklin (2012) citando Nahas (2001), defende que a Educação Física no contexto escolar precisa educar para hábitos de vida saudáveis de vida, considerando sua potencialidade de formação humana. Para Martinez (1996, p. 61), “é importante que se promova a saúde no meio escolar e que faça parte da proposta político-pedagógica escolar, pois ela é imprescindível à educação da personalidade e estilo de vida dos indivíduos”. As aulas de Educação Física devem despertar o interesse no aluno pela prática de atividades físicas e pelo cuidado com a saúde.

O termo qualidade de vida compreende diversos aspectos na vida de uma pessoa e de toda a população em geral indicando uma satisfação elevada com a vida. Entretanto, a qualidade de vida depende de uma série de fatores relacionados aos aspectos emocionais, físicos e ambientais. Portanto, a Educação Física deve ter como objetivo proporcionar a adoção de comportamentos capazes de garantir benefícios tanto no estilo de vida do indivíduo quanto no seu bem-estar físico e psicológico. Filho (2013, p. 28) ao tratar desse assunto, afirma que:

Uma das medidas que pode ser tomada para que o professor auxilie na prevenção do aumento na prevalência da obesidade e de simples realização é a conscientização da população escolar para a diminuição do consumo calórico e a prática de ingestão de uma alimentação mais saudável, além do aumento do gasto energético por meio de atividades físicas regulares.

É perceptível que a Educação Física tem um papel crucial na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. O profissional de Educação Física é, portanto, responsável por orientar seus alunos de forma que eles entendam o problema do sedentarismo e da falta de hábitos saudáveis, promovendo saúde e qualidade de vida.

3.4 O QUESTIONÁRIO COMO INSTRUMENTO DE MEDIDA NA ÁREA DA SAÚDE

Para Coluci et al. (2015), os questionários são meios de uso clínico, que permitem ao seu utilizador avaliar e pesquisar na área saúde. Eles buscam informações sobre a situação do paciente, orientando a prática do profissional de saúde. Assim, entende-se que esse instrumento de recolhimento de dados pode ser útil no sentido de identificar/detectar possíveis problemas, auxiliando o pesquisador a entender o contexto de aplicação da pesquisa.

Segundo Ciconelli (2003) apud Castillo et al. (2012), avaliar qualidade de vida é entender como o sujeito percebe sua atual situação no âmbito da saúde, podendo esta sofrer influências de acordo com a sociedade e suas características. Assim, o questionário permite que o indivíduo registre suas percepções sobre si mesmo, de modo a facilitar a compreensão por parte do pesquisador. Este irá analisar os dados registrados, buscando informações que possam definir um caminho no sentido de contribuir para a melhora da qualidade de vida do participante da pesquisa.

Portanto, entende-se que o questionário é um importante meio de recolhimento de dados que permite ao profissional da área da saúde compreender o indivíduo e todos os aspectos que interferem na sua qualidade de vida. Desta maneira, a interpretação dos dados coletados com o questionário deve ser cuidadosa para que não haja erros que possam levar o pesquisador a conclusões equivocadas.

4. CONCLUSÃO

A qualidade de vida é um importante aspecto da vida humana, influenciando o indivíduo nos mais diversos âmbitos da saúde. Considerando a importância da avaliação da qualidade de vida, o questionário criado neste estudo apresenta-se como relevante método, servindo como instrumento aos profissionais de Educação Física para detecção de problemas relacionados à saúde. Assim, é possível identificar o estado de saúde e contexto social do indivíduo em relação às implicações na sua qualidade de vida. Sabe-se que a qualidade de vida é um

tema extremamente abrangente e, por isso, não se pretende esgotar os estudos nessa área. Acredita-se que pesquisas futuras poderão possibilitar a criação de diferentes métodos de se avaliar qualidade de vida, permitindo a detecção de problemas, bem como as viabilidades de solução.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. V. Limitações na prática de exercício físico como fator desencadeante da obesidade na população de baixa renda. **Revista Cadernos UniFOA**, vol. 4, n. 8, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/viewFile/927/85>>.

Acesso em: 16 de set. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2015**.

2014. Disponível em: <<http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=09>>. Acesso em: 23 de out. 2018.

ARAÚJO, A. A.; BRITO, A. M.; FERREIRA, M. N. L.; PETRIBU, K.; MARIANO, M. H. A. Modificações da qualidade de vida sexual de obesos submetidos à cirurgia de Fobi-Capella. **Rev. Col. Bras. Cir. vol.36 n.1 Rio de Janeiro jan./fev. 2009**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912009000100009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 de set. 2018.

ASSIS, E. M.; RODRIGUES, F. C.; FUJII, J. B.; BADARÓ, A. C. L.; PEREIRA, P. M. Consumo de alimentos industrializados na comunidade do centro universitário do leste de minas gerais. **Revista On-line Unileste**, vol. 2, Jul./Dez. 2004. Disponível em:

<https://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/02/downloads/artigo_15.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

BECALLI, F. Z. **O ensino da leitura no programa de formação de professores alfabetizadores (PROFA)**. Vitória, 2007.

CARLUCCI, E. M. S.; GOUVÊA, J. A. G.; OLIVEIRA, A. P.; SILVA, J. D.; CASSIANO, A. C. M.; BENNEMANN, R. M. Obesidade e sedentarismo: fatores de risco para doença cardiovascular. **Com. Ciências Saúde**. 2013; 24(4): 375-384. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/ccs/obesidade_sedentarismo_fatores_risco_cardiovascular.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

CASTILLO, L. N. C.; LEPORACE, G.; CARDINOT, T. M.; LEVY, R. A.; OLIVEIRA, L. P. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, Ano 11, UERJ, janeiro a março de 2012. Disponível em: <http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=287>. Acesso em: 19 de out. 2018.

CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Administração Online**, vol. 1, n. 1 (janeiro/fevereiro/março - 2000). Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acesso em: 16 de set. 2018.

COLUCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 20(3):925-936, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/1413-8123-csc-20-03-00925.pdf>>. Acesso em: 19 de out. 2018.

ENES, C. C.; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Ver. Bras. Epidemiol**, 2010; 13(1): 163-71. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v13n1/15.pdf>>. Acesso em: 19 de out. 2018.

FILHO, D. J. S. **O impacto da educação física escolar na prevenção da obesidade**. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6952/1/2013_DanielJoseDaSilvaFilho.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1):33-38, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 de set. 2018.

JUNIOR, F. B. A.; KUCZYNSKI, E.; SPROVIERI, M. H.; ARANHA, E. M. G. Escala de Avaliação de Qualidade de Vida (AUQEI - Autoquestionnaire Qualité de Vie Infant Imagé). **Arq. Neuropsiquiatr**, 2000;58(1): 119-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-282X2000000100018&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 de out. 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, vol. 5, n. 31, 1986. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1605/1577>>. Acesso em: 16 de set. 2018.

BRANDEIS UNIVERSITY. **Medical Outcomes Study Questionnaire Short Form 36 Health Survey (SF-36)**. Disponível em: <https://www.brandeis.edu/roybal/docs/SF-36_website_PDF.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2018.

MATSUDO, S.M.; MATSUDO, V. K. R.; NETO, T. L. B. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. **Rev. Bras. Med. Esporte** vol.7, n.1, Niterói, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922001000100002>. Acesso em: 16 de set. 2018.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2000, vol.5, n.1, pp.7-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 de set. 2018.

MIRANZI, S. S. C.; FERREIRA, F. S.; IWAMOTO, H. H.; PEREIRA, G. A.; MIRANZI, M. A. S. Qualidade de vida de indivíduos com diabetes mellitus e hipertensão acompanhados por uma equipe de saúde da família. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 672-9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/07>>. Acesso em: 16 de set. 2018

MODENEZE, D. M. **A atividade física e o controle do peso corporal**. Disponível em: <https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/funcamp_cap10.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science and medicine**. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

PINHEIRO, A. R. O.; FREITAS, S. F. T.; CORSO, A. C. T. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. **Rev. Nutr.**, Campinas, 17(4):523-533, out./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v17n4/22900.pdf>>. Acesso em: 19 de out. 2018.

SANTOS, A. L. P.; SIMÕES, A. C. Educação Física e Qualidade de Vida: reflexões e perspectivas. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.1, p.181-192, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n1/18.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2018.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I.; BRITO, P. O conceito de qualidade de vida urbana na perspectiva dos residentes na cidade do porto. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n.º 09 (2005). Disponível em: <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/rper09/art01_rper9.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2018.

SILVA, M. P.; JORGE, Z; DOMINGUES, A.; NOBRE, E. L; CHAMBEL, P.; CASTRO, J. J. J. Obesidade e qualidade de vida. **Acta Med. Port.**; 2006; 19: 247-250. Disponível em: <<https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/viewFile/926/599>>. Acesso em: 16 de set. 2018.

TAVARES, T. B.; NUNES, S. M.; SANTOS, M. O. Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. **Rev. Med. Minas Gerais** 2010; 20(3): 359-366. Disponível em: <www.rmmg.org/exportar-pdf/371/v20n3a13.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The World Health Organization Quality of Life (WHOQOL) - BREF**. **Revista Saúde Pública**. 2004. Disponível em: <http://www.who.int/substance_abuse/research_tools/en/english_whoqol.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2018.

TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista Saúde Pública**, 2005;39(4):541-7. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25523.pdf>>. Acesso em: 19 de out. 2018.

VARGAS, G. P.; MENDES, G. A. PINTO, R. D. Qualidade de vida após gastrectomia vertical avaliada pelo questionário. **ABCD Arq Bras Cir Dig** 2017;30(4):248-251. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abcd/v30n4/pt_0102-6720-abcd-30-04-00248.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

WAINER, J. **Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ciencias/viali/mestrado/textos/Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2018

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. Obesidade: uma perspectiva plural. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 15(1):185-194, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v15n1/a24v15n1.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QLPE-18 (QUALITY OF LIFE IN PHYSICAL EDUCATION 2018): QUALIDADE DE VIDA E OBESIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NUMA PERSPECTIVA DE SAÚDE

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome: _____
2. Sexo: () Masculino () Feminino () Outros () Prefiro não informar
3. Data de nascimento: __/__/____
4. Cidade: _____ Estado: _____
5. Nome da mãe: _____
6. Data de nascimento da mãe: __/__/____
7. Profissão da mãe: _____
8. Escolaridade da mãe: () Analfabeto () Fundamental () Médio () Superior
() Pós-graduado
9. Nome do pai: _____
10. Data de nascimento do pai: __/__/____
11. Profissão do pai: _____
12. Escolaridade do pai: () Analfabeto () Fundamental () Médio () Superior
() Pós-graduado
13. Qual a estimativa de sua renda familiar mensal? R\$ _____

DADOS ANTROPOMÉTRICOS:

14. IMC _____
15. Peso _____
16. Estatura _____
17. Circunferência da cintura _____

DADOS SOBRE A QUALIDADE DE VIDA

AS PRÓXIMAS PERGUNTAS SE REFEREM AOS SENTIMENTOS.						
		Nem um pouco	Um pouco	Uma quantidade moderada	Muito	Uma quantidade extrema
7	O quanto você curte a sua vida?					
8	Até que ponto você acha que a sua vida é significativa?					
9	Você se sente seguro no seu dia a dia?					
10	Você aceita a sua aparência física?					
11	Você tem momentos de lazer?					
12	Você se sente capaz de resolver os seus problemas?					
13	Você se sente capaz de lidar com os seus sentimentos?					
14	Você aproveita o seu momento de ócio?					
15	Você se sente ocupado no seu momento de ócio?					

AS PRÓXIMAS PERGUNTAS SE REFEREM A ALIMENTAÇÃO.			
		Não	Sim
16	Você se sente satisfeito com a sua alimentação?		
17	Você tem tempo para se alimentar de 3 em 3 horas?		
18	Você tem tempo para preparar a sua alimentação do dia a dia?		
19	Você acredita que se tivesse mais tempo se alimentaria melhor?		
20	Você acha a sua renda mensal suficiente para cobrir suas necessidades?		
21	Você acredita que suas condições financeiras influenciam na sua alimentação?		
22	Você acredita que possui uma boa instrução sobre a necessidade de uma alimentação saudável?		

A NOVA LEI DAS ESTATAIS 13.303/16 E AS MUDANÇAS PARA AS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Daiane Linhares de Sousa²

Eliene Kuster Fernandes³

Leandro Rezende de Abreu⁴

José Carlos Pereira Júnior⁵

RESUMO

O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de posicionar as empresas estatais no direito brasileiro, especialmente devido ao contexto em que se deu a publicação do estatuto jurídico das empresas estatais por meio da lei 13.303/16, destacando os impactos trazidos pela nova legislação na busca de maior eficiência para essas organizações por intermédio de mudanças nos processos licitatórios e requisitos de governança e maior transparência. Também é objetivo demonstrar a importância das compras governamentais para o desenvolvimento da sociedade, passando pela evolução da legislação referente a compras públicas no Brasil até a publicação da lei 13.303/16.

Palavras-chave: Estatuto Jurídico das Empresas Estatais. Lei 13.303/16. Licitações. Compras Públicas.

ABSTRACT

This work consists of a bibliographical research with the objective of positioning state-owned enterprises in Brazilian law, especially due to the context in which the legal status of state-owned companies was published through law 13303/16, highlighting the impacts brought by the new legislation in Brazil. Seeking greater efficiency for these organizations through changes in bidding processes and governance requirements and greater transparency. It is also intended to demonstrate the importance of government purchases for the development of society through the evolution of legislation regarding public procurement in Brazil until the publication of law 13303/16.

2 Graduando em Administração pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

3 Graduando em Administração pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

4 Graduando em Administração pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

5 Graduado em Direito pela Faculdade Brasileira - UNIVIX. Pós Graduado em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC. Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito das Faculdades MULTIVIX Serra e MULTIVIX Cariacica. Graduando em Letras Português pela Faculdade Estácio de Sá.

Keywords: Legal Status of State-owned Enterprises. Law 13.303 / 16. Tenders. Public Purchases.

1 INTRODUÇÃO

Com dados do Ministério do Planejamento, existem mais de 140 empresas estatais, somente no âmbito federal, estendendo aos estados e municípios, temos milhares de estatais para as mais diversas finalidades.

Com essa grande quantidade de empresas, a Constituição Federal não poderia deixar de disciplinar esse tema. No artigo 37, incisos XIX e XX, constam as exigências de autorização legal para a criação de estatais. Complementando, o caput do artigo 173, estabelece que, ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo (Brasil, 1988).

A lei 13.303/16 nasce como resposta aos recentes acontecimentos no país, principalmente com as ações da Operação Lava-Jato, que expôs de sobremaneira as mazelas do sistema político brasileiro com os casos de corrupção envolvendo, dentre outras, a maior estatal brasileira, a Petrobrás. Assim, surgiu a lei 13.303/16, aprovada em 30 de junho 2016, com algumas aplicações imediatas e outras com vigência a partir de 30 de junho de 2018, ou seja, 20 anos após a definição constitucional da necessidade de regulamentação da necessidade do estatuto jurídico das empresas estatais.

Nesse contexto, sabendo que as compras públicas tem papel significativo na promoção do desenvolvimento do país, seja na ampliação dos serviços públicos, seja na geração de empregos ou desenvolvimento de tecnologia, o estudo da lei 13.303/16 se mostra importante, uma vez que a mesma traz diversas modificações na estrutura de governança das estatais e em seus processos de licitação, trazendo essas empresas para o campo do direito privado.

Para Niebuhr (2016), a nova lei 13.303/16 estabelece um regime próprio de licitações e contratos para as estatais, afastando o regime tradicional estabelecido na lei 8.666/93, dessa forma, as empresas tiveram que se adequar

nos últimos 24 meses, sendo, portanto, importante o estudo do tema.

Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o principal objetivo deste trabalho é demonstrar as mudanças sofridas pelas empresas estatais a partir da publicação da lei 13.303/16. Para isso, essas organizações serão contextualizadas no âmbito da administração pública, demonstrando a importância das compras governamentais no desenvolvimento econômico e social, passando pela evolução da legislação que trata o processo licitatório ao longo dos anos para, adiante, apresentar o contexto em que se deu a publicação da Lei das Estatais, com a necessidade de melhores práticas de governança e aumento da transparência dessas entidades. Ao final serão relacionadas as principais mudanças nos processos licitatórios que podem dar eficiência e competitividade para as empresas atingidas pela lei 13.303/16.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e considerando ser uma legislação relativamente nova, com seus efeitos totalmente aplicados somente a partir de julho de 2018, espera-se enfrentar dificuldade em encontrar doutrina consolidada sobre o tema.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESTATAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Nascimento (1990 *apud* Paula Filho 2009), a palavra “direito”, originou-se no latim popular da palavra *directum*, da junção latina *dis* (muito, intenso) com *rectum* (reto), significando, dessa forma, muito reto, muito justo.

Para Meirelles e Filho (2016, p. 39):

O Direito, objetivamente considerado, é o conjunto de regras de conduta coativamente impostas pelo Estado. Na clássica conceituação de Jhering, é o complexo das condições existenciais da sociedade, asseguradas pelo Poder Público. Em última análise, o Direito se traduz em princípios de conduta social, tendentes a realizai: a Justiça.

Meirelles e Filho (2016) ainda nos ensinam que, inicialmente, o Direito é dividido em Direito Público e Direito Privado, sendo o Direito Público subdividido em Interno e Externo. O Direito Público Interno visa regular, principalmente, os interesses estatais e sociais, se repartindo em diversos ramos, dentre eles o Direito Administrativo. Já o Direito Privado visa assegurar os interesses individuais, garantindo a coexistência das pessoas em sociedade nas relações

entre os indivíduos e na relação dos indivíduos com o Estado.

Sabe-se que o conceito de Direito Administrativo Brasileiro pode ser sintetizado no “conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (MEIRELLES; FILHO, 2016, p. 42).

A estratificação desse conceito pode se dar da seguinte maneira:

Conjunto harmônico de princípios jurídicos ... significa a sistematização de normas doutrinárias de Direito (e não de Política ou de ação social), o que indica o caráter científico da disciplina em exame, sabido que não há ciência sem princípios teóricos próprios, ordenados, e verificáveis na prática; regem os órgãos, os agentes ... indica que ordena a estrutura e o pessoal do serviço público; e as atividades públicas... isto é, a seriação de atos da Administração Pública, praticados nessa qualidade, e não quando atua, excepcionalmente, em condições de igualdade com o particular, sujeito às normas do Direito Privado; tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado. Aí estão a caracterização e a delimitação do objeto do Direito Administrativo. Os três primeiros termos - concreta, direta e imediatamente - afastam a ingerência desse ramo do Direito na atividade estatal abstrata que é a legislativa, na atividade indireta que é a judicial, e na atividade mediata que é a ação social do Estado. As últimas expressões da definição - fins desejados pelo Estado - estão a indicar que ao Direito Administrativo não compete dizer quais são os fins do Estado. Outras ciências se incumbirão disto. Cada Estado, ao se organizar, declara os fins por ele visados e institui os Poderes e órgãos necessários à sua consecução (MEIRELLES; FILHO, 2016, p. 42-43).

Segundo Medauar (2010 *apud* BARROUIN 2015), o Direito Administrativo pode ser definido como sendo o conjunto de princípios e normas que regulamentam a atuação da Administração Pública, estabelecendo a organização, meios de ação, formas e relações jurídicas da Administração Pública, apresentando-se sob a óptica científica como ramo autônomo do direito.

A Constituição Federal em seu artigo 37 determina que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

Para Barrouin (2015), é possível estabelecer o equilíbrio necessário entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da Administração Pública com a obediência aos princípios constitucionais.

De acordo com Meirelles e Filho (2016), o Governo e a Administração são criações abstratas das leis e da constituição, desse modo, a sua atuação se dá por meio de entidades (pessoas jurídicas), órgãos (centros de decisão) e agentes (pessoas físicas investidas em cargos e funções), classificando as entidades na organização política e administrativa brasileira em estatais, autárquicas, fundacionais, empresariais e paraestatais.

Meirelles e Filho (2016, p. 70), em sequência, definem entidades empresariais como “pessoas jurídicas de Direito Privado, instituídas sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública, com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado no modo empresarial, ou de exercer atividade econômica de relevante interesse-coletivo”.

Na legislação brasileira, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as subsidiárias dessas empresas e os consórcios públicos fazem parte da Administração Indireta (DI PIETRO, 2017).

Schirato (2016) ensina que as empresas estatais se subdividem em empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas controladas por essas duas e demais empresas controladas pelo Estado sem lei prévia que autorizasse sua criação.

2.2 EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL

O Processo Licitatório “serve para possibilitar que a Administração selecione uma pessoa capaz de viabilizar a solução que ela deseja para satisfazer sua necessidade” (MENDES, 2009, p. 29).

Segundo Motta (1999), o processo licitatório tem recebido tratamento legislativo metódico, historicamente existe grande preocupação com o método. Desde 1592, nas Ordenações Filipinas, já existiam regras para as obras públicas.

No ordenamento jurídico brasileiro, após diversas leis que trataram discretamente o assunto compras públicas, surge em 1922 o Decreto Legislativo 4.536, a qual organizou o Código de Contabilidade da União, que dentre outros temas foi uma primeira tentativa de consolidação dos normativos referentes ao

processo de compras públicas no âmbito federal (Oliveira, [2012?]).

Para Motta (1999), não há dúvidas de que o Código de Contabilidade da União se trata do texto mais importante da matéria, considerando que alguns dos dispositivos ali previstos continuam atuais.

Após o Código de Contabilidade da União ocorreram muitas evoluções e transformações nos procedimentos licitatórios, entretanto, foi com o advento do Decreto-Lei nº 200, em 25 de fevereiro de 1967, que ocorreu a sistematização do tema por meio dos artigos 125 e 144, estabelecendo uma reforma administrativa no âmbito federal (OLIVEIRA, [2012?]).

Motta (1999) esclarece que, posteriormente, a lei 5.456/68 estendeu a aplicação do conteúdo referente à licitação às administrações estaduais e municipais.

Segundo Oliveira ([2012?]), em 1986, o Decreto-lei nº 2.300, atualizado em 1987, instituiu o Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, reunindo normas gerais e especiais relacionadas à matéria.

Zymler (2017) ensina que a regra para as compras públicas após a promulgação da Constituição Federal em 1988, é a licitação. A Constituição Federal, em seus artigos 37, inciso XXI, e 175, estabelece a obrigatoriedade do procedimento licitatório para as contratações realizadas pelo Estado, e estabelece, ainda, em seu artigo 22, inciso XXVII, que compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação administrativa, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais de todos os entes da Federação.

Para Motta (1999), o dispositivo descrito no parágrafo anterior que eleva a licitação à altitude constitucional possibilita a reconstrução da lisura dos negócios públicos.

Conforme Oliveira (2012), o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal foi regulamentado em 1993 por meio da lei 8.666/93, que disciplinou as licitações e contratos da Administração Pública e assuntos correlatos.

Para Zymler (2017), a lei 8.666/93 foi essencial para o estabelecimento de uma cultura geral sobre a necessidade de realização de licitações e de cumprimento aos princípios constitucionais, especialmente o da impessoalidade. Entretanto,

com o passar do tempo, os ritos e procedimentos estabelecidos nessa lei se mostraram rigorosos e com prazos excessivos para a conclusão de um certame licitatório.

Ainda segundo Zymler (2017), a publicação da lei 10.520 em 2002, que instituiu o Pregão como modalidade de contratação, foi importante para a modernização do processo de licitação, trazendo vantagens que contribuiriam para celeridade dos procedimentos de contratação, mas somente para a aquisição de bens e serviços comuns, não abrangendo um amplo segmento das contratações como as obras públicas.

Na sequência, outro importante instrumento no sentido de modernizar os procedimentos de licitação foi a lei 12.462 de 2011, que instituiu o RDC (Regime Diferenciado de Contratações), inicialmente para as obras necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 e posteriormente estendido às ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e outros serviços (ZYMLER, 2017).

Complementando, Bittencourt (2012) apresenta que uma das modernizações trazidas pelo RDC é a inserção da busca da inovação tecnológica nos objetos licitados, esse objetivo ajuda no desenvolvimento de ambientes especializados e cooperativos de inovação que se aproximam de forma benéfica das compras públicas.

A lei 13.303/16 apresenta um conjunto de inovações que exigem alterações profundas em suas formas de relacionamento com o poder público e com a sociedade gerando um grande desafio que é renovar seus modelos de gestão, principalmente no campo da governança e transparência. As alterações no processo de licitação objetivam dar celeridade e eficiência à conhecida e morosa Licitação Pública, possibilitando, então, o aumento de competitividade para as empresas estatais (ZYMLER, 2017).

2.3 A IMPORTÂNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS E DAS EMPRESAS ESTATAIS NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

Os debates recentes sobre a utilização das compras governamentais como incentivo ao desenvolvimento industrial e tecnológico é influenciado, entre

outros, pela experiência dos Estados Unidos, que a partir dos altos gastos no setor de defesa observaram os impactos econômicos nos setores da sociedade civil por meio de exemplos bastante conhecidos como o dos semicondutores e motores de propulsão a jato (RUTTAN, 2006 *apud* LESSA, 2014).

Para Rattner (1984), “as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento dentro do território nacional exercem um papel importante na consecução do desenvolvimento econômico autônomo, por constituírem-se em elemento central do sistema científico-tecnológico, contribuindo também no processo de acumulação de capital, mediante inovações geradas a partir das pesquisas”.

Observa-se, então, que as compras governamentais são responsáveis por fornecer os insumos necessários para o cumprimento das funções do governo para com a sua população e com isso se tornam uma parte significativa do produto interno bruto dos países, contribuindo para o desenvolvimento das indústrias domésticas e desenvolvimento tecnológico (RIBEIRO; JÚNIOR, 2014).

Squeff (2014) definiu compras públicas como sendo o “processo por meio do qual o governo busca obter serviços, materiais e equipamentos necessários ao seu funcionamento em conformidade com as leis e normas em vigor”.

Para Cunha e Le Bourlegat (2016), as compras públicas garantem o abastecimento de bens e serviços necessários para o funcionamento do Estado, em contrapartida, servem de incentivo para a economia, gerando mais empregos, dando proteção a empresas nacionais ou micro e pequenas empresas, reduzindo as diferenças regionais, estimulando a produção sustentável a tecnologia e a inovação.

No Brasil, como em diversos outros países, os orçamentos públicos, da administração direta e indireta, especialmente das empresas estatais, representam uma significativa parte do consumo e dos investimentos nos setores em que o Estado atua, assim, as políticas governamentais podem dar diretrizes que favoreçam o desenvolvimento local, dando preferência a produtos com maior participação nacional ou local (RATTNER, 1984).

O uso do poder de compra estabelece uma função social para as demandas de

bens e serviços do Estado. Apesar da legislação estabelecer o princípio da economicidade, as compras públicas atingem objetivos maiores: desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda (CONTE, 2013).

Segundo Moreira e Morais (2002 *apud* CONTE, 2013), a sociedade concorda com o Estado pagar algum sobrepreço em determinados bens e serviços quando este utiliza as compras governamentais para o desenvolvimento da economia nacional.

Os objetivos do uso do poder de compra do Estado no Brasil se resumem em:

I – Na melhoria da competitividade como estágio preparatório para a competição internacional, com a indução da capacitação e inovação tecnológica, como política de fomento e qualificação de fornecedores, simplificando e planejando os processos de compras, e favorecendo consórcios, parcerias e subcontratação de micros e pequenas empresas; e

II – Gerar desenvolvimento econômico e social, em especial da economia local e de regiões com menor índice de desenvolvimento, gerando emprego e distribuição de renda. Para resolver essas questões, é preciso desenvolver uma nova estratégia nas compras públicas, primando por maior interação entre o Poder Público e a iniciativa privada, para que se tenha a transparência na formação de custo dos bens e serviços demandados pelo Governo, de maneira que a margem de lucratividade dos seus fornecedores seja negociada de forma dinâmica, observando-se os riscos técnicos e comerciais, e criando estímulos à redução dos custos e à melhoria da qualidade (ARANTES, 2006 *apud* CONTE, 2013, p. 9).

Segundo Squeff (2014), após a Medida Provisória nº 495/2010, convertida em lei 12.349/2010, foram incorporados aos objetivos da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável contanto com amparo constitucional, antes o objetivo precípua da licitação era a seleção da proposta mais vantajosa. Foi constituído um cenário em que as contratações da administração deixam de ser vistas como mero instrumento para satisfazer suas necessidades, e passam a ser consideradas como um instrumento da realização de políticas públicas mais amplas.

A Lei Complementar 123/2006 e suas alterações que atribuíram tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte incluíram essas empresas nas compras governamentais, principalmente por meio do pregão eletrônico que permite amplo acesso e participação, possibilitando que uma simples atividade meio, a licitação, venha se

transformando em atividade fim de relevante interesse coletivo (CUNHA; LE BOURLEGAT, 2016).

Ainda segundo Cunha e Le Bourlegat (2016, p. 418-419):

Novas modificações legais ocorreram na busca de melhorias da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar n. 123/2006). Em agosto de 2014, a Lei Complementar n. 147/2014 alterou alguns dispositivos da Lei Complementar n. 123/2006 e dispôs sobre o Simples Nacional.

Têm sido consideradas por vários autores um grande avanço ao desenvolvimento da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte em nível nacional, por sua efetividade. Estas passaram mais a efetivamente usufruir das vantagens competitivas pertinentes ao campo das licitações.

[...]

Na nova Lei, o estabelecimento de “cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para aquisição de bens e serviços de natureza divisível” (BRASIL, 2014) também tornou-se obrigatório. Além disso, foi acrescentada à referida Lei a prioridade que pode ser dada à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sediada no local e região até dez por cento do melhor preço válido.

A destinação de parcelas das compras governamentais, principalmente as de pequeno vulto a grupos e segmentos específicos, também é prática nos Estados Unidos. Existem parcelas das contratações destinadas a pequenas empresas, inclusive fazendo distinção para fins de incentivo para empresas de propriedades de mulheres e veteranos de Guerra, reforçando também o caráter social das compras públicas (SBA, 2018).

2.4 CONTEXTO DA PUBLICAÇÃO DA LEI 13.303/16 E A NECESSIDADE DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA NAS ESTATAIS BRASILEIRAS

Para Castro (2016), existe uma grave crise moral e institucional na Administração Pública, tendo a mesma se agravado pela dificuldade que a Administração tem de planejar e inovar com inteligência suas políticas e atividades e também pelo fracasso no desenvolvimento de uma sociedade livre, justa e solidária de acordo com os parâmetros constitucionais de desenvolvimento, demonstrando uma completa ausência de finalidade na atuação estatal.

Pinho e Ribeiro (2017) argumentam que por reunirem elementos da Administração Pública com instrumentos de mercado e pela maior flexibilidade

nos controles tradicionais, principalmente quando atuam no mercado competitivo, as empresas estatais estão mais suscetíveis à ocorrência de atos de corrupção.

Segundo Nohara (2016):

A edição da nova lei nesse período (politicamente conturbado, afirmase) foi motivada também por fatores conjunturais. Partiu da apuração de fraudes, num sistema de cartéis, em licitações e contratos que trouxe à tona a corrupção praticada por parte de altos executivos da Petrobrás em negócios superfaturados celebrados com grandes empreiteiras, conforme desenrolar da operação Lava Jato, que acarretou perda de bilhões da sociedade de economia mista em função da alta gestão desviada, em recursos que depois eram supostamente empregados em compras de votos e financiamento de campanhas de agentes políticos.

Com isso, Matias-Pereira (2009) afirma que a boa governança, ou seja, a boa forma com que as organizações são administradas e controladas, transforma tanto o setor público quanto o privado. A identificação das prioridades no setor público e privado são diferentes. No privado, o foco é atender aos dirigentes; já no público, devido às estruturas distintas e com hierarquia mais rígida, a identificação das prioridades é mais difícil, com isso, cabe à governança na Administração Pública evidenciar o papel de cada ator e definir seus objetivos, responsabilidades, modelos de decisão, rotinas, entre outras.

Aprende-se ainda que:

A boa governança no setor público requer, entre outras ações, uma gestão estratégica, gestão política e gestão da eficiência, eficácia e efetividade. É por meio de uma gestão estratégica que se torna viável criar valor público. Isso diz respeito à capacidade da administração pública de atender de forma efetiva e tempestiva as demandas ou carências da população que sejam politicamente desejadas (legitimidade); sua propriedade seja coletiva; e, requeiram a geração de mudanças sociais (resultados) que modifiquem aspectos da sociedade. Com a gestão política, pode-se buscar a obtenção da legitimidade junto aos dirigentes políticos e a população. A gestão da eficiência, eficácia e efetividade é a forma de usar adequadamente os instrumentos disponíveis para tornar viável uma boa governança (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 125).

A lei 13303/16 tem entre seus objetivos melhorar a governança e a transparência e prevenir a corrupção, afastando interferências indevidas nas empresas estatais. “Almeja-se, em especial, tutelar os órgãos de administração das empresas estatais, responsáveis pela condução de suas atividades e negócios”

(MENDES, 2016).

Os artigos 13, 17 e 22 da lei 13303/16, que tratam do Conselho de Administração, são fundamentais para uma gestão mais capacitada e honesta das empresas estatais (MENDES, 2016).

Segundo Guimarães e Santos (2017, p. 82):

A Lei nº 13.303/16, [...], foi editada com o propósito de regulamentar a norma constitucional prevista no artigo 173, §1º, que determina que “a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores”.

Nesse contexto, Zymler (2017) destaca a estrutura da lei 13.303/16 em duas partes, um conjunto de normas sobre governança corporativa, transparência e controle da atividade empresarial e um conjunto de normas sobre licitação e contratação, sendo que os dois temas se inter-relacionam ao passo que a flexibilização das regras de licitação vem acompanhada da adoção de instrumentos jurídicos e gerenciais para mitigar práticas abusivas.

A lei 13.303/16 traz diversas alterações para as estatais, no plano da transparência e da governança há previsão de inúmeros documentos e relatórios que deverão ser elaborados para ampliar o acesso à informação. Um destaque é a carta anual assinada pelos membros do conselho de administração que deve deixar claro os compromissos para atingimento de objetivos de políticas públicas pela empresa com planejamento e controle. Já no plano da eficiência, o destaque é para as inovações no regime jurídico licitatório e contratual (GUIMARÃES; SANTOS, 2017).

Segundo Guadalupe (2017), a nova Lei das Estatais estabelece para os administradores e empregados regras, estruturas e práticas de controle interno e gestão de riscos sobre suas ações, devendo as empresas elaborar e divulgar um código de conduta e integridade que oriente quanto a prevenção de conflitos

de interesse e vedação de atos de corrupção e fraude, definindo um canal de denúncias com mecanismos de proteção aos denunciantes, além de definir as instâncias responsáveis pela aplicação e atualização desse código.

Para Bicalho (2017):

É preciso desmistificar as idas e vindas do Estado empresário, não amando ou odiando, mas compreendendo esse movimento, na pele de cidadão acionista. Não é só. A Lei das Estatais introduz nessas empresas o viés gerencial das práticas de governança corporativa. Seus mecanismos mitigam os efeitos da pouca clareza em relação ao papel do acionista controlador, da falta de autonomia dos dirigentes e, como corolário, das próprias empresas. O eixo temático que cuida de governança e *compliance* é o ponto alto da Lei, cujo maior mérito é tutelar o *management override*.

Oliveira (2017) diz que pela necessidade de atuação das empresas estatais no mercado, regras para escolha, competências, nomeação e atuação de seus administradores foram estabelecidas na lei 13.303/16. Reputação ilibada, notório conhecimento, experiência setorial e profissional passaram a ser os requisitos para investidura nos cargos de administradores (conselho de administração e direção) das empresas estatais em detrimento da simples vontade política.

2.5 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO PROCESSO LICITATÓRIO EM BUSCA DE MAIOR EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE NAS EMPRESAS ESTATAIS

Apesar das empresas estatais serem pessoas jurídicas de direito privado por fazerem parte da Administração Pública estão sujeitas a algumas normas de direito público, a obrigatoriedade de contratar através de licitação é uma delas (BITTENCOURT, 2017).

Segundo Zymler (2017), o artigo 31 da nova Lei das Estatais, que faz menção aos princípios da impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, obtenção de competitividade e julgamento objetivo, rege o regime instituído pela lei 13.303/16, chama atenção que, diferente das normas da administração pública, não existe a menção expressa do princípio da legalidade, para ele é possível inferir que para os contratos devem observar os preceitos do direito privado, ou seja, vigora a autonomia de vontade, podendo-se estipular tudo que a lei não

proíbe.

É considerado, por Guimarães e Santos (2017), que devido à pluralidade das empresas estatais, uma das mais importantes alterações da lei 13.303/16 é a imposição de que essas editem seus regulamentos internos próprios de licitação e contratos para melhor adequação da norma às suas particularidades jurídicas e materiais. O regulamento interno deve dispor no mínimo quanto: glossário de expressões técnicas; cadastro de fornecedores; minutas-padrão de editais e contratos; procedimentos de licitação e contratação direta; tramitação de recursos; formalização de contratos; aplicação de penalidades; e recebimento do objeto contratado.

Feijó (2016) ensina que com o objetivo de simplificar significativamente o processo licitatório, a lei 13.303/16 adotou como regra a inversão de fases no certame, dessa forma, primeiro são julgadas as propostas e lances dos proponentes e somente do licitante vencedor com o melhor preço são julgados os documentos de habilitação. Ainda nesse sentido de simplificação, foram extintas as diversas modalidades de licitação da lei 8.666/93, prevendo somente um procedimento de licitação. A adoção preferencial do meio eletrônico para a realização das licitações também agiliza o procedimento e traz diversas vantagens, pois aumenta a competitividade e, conseqüentemente, possibilita propostas mais vantajosas para as empresas contratantes.

Nesse sentido de simplificação do processo licitatório, Zymler (2017) destaca a unicidade recursal nos processos licitatórios que a inversão de fases possibilitou, agilizando ainda mais o processo.

A lei 13.303/16 sinalizou com uma importante ferramenta de gestão e eficiência quando possibilitou a remuneração variável do contratado de acordo com o atingimento de metas e desempenho operacional (BITTENCOURT, 2017).

Complementando, a lógica é bem simples: quanto melhor for a prestação dos serviços, maior será a remuneração da contratada, da mesma forma o inverso, esse é um importante instrumento de gestão para melhoria da qualidade das contratações (GUIMARÃES; SANTOS, 2017).

A lei 13.303/16 estabeleceu também a possibilidade de contratação de mais de

uma empresa para a execução de serviços de mesma natureza, a chamada contratação simultânea, tal dispositivo pode dar celeridade ao atingimento dos objetivos da estatal (BITTENCOURT, 2017).

Para Bittencourt (2017), os custos compreendidos na realização do processo licitatório justificam a aquisição e contratação direta de bens e serviços de baixo valor, nesse sentido os limites de dispensa de licitação foram ampliados em relação à lei 8.666/93, passando de R\$ 16.000,00 e R\$ 30.000,00 para R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00, para serviços e compras e obras e serviços de engenharia respectivamente. Esses limites podem ser revisados anualmente por deliberação do conselho administrativo.

Apesar de polêmico, foi incluído um inciso dentre as hipóteses de dispensa de licitação para os casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidade de negócios como a formação e extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias e aquisição e alienação de participação em sociedades, e ainda operações realizadas no âmbito do mercado de capitais (NOHARA, 2016).

Segundo Nohara (2016), a lei 13.303/16 permanece observando o disposto no Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estabelecido pela Lei Complementar 123/06 e suas alterações, trazendo entre seus princípios a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

A lei 13.303/16 previu quatro procedimentos auxiliares: a pré-qualificação permanente, o cadastramento, o sistema de registro de preços e o catálogo eletrônico de padronização, apesar de não serem obrigatórios esses procedimentos reduzem a complexidade dos processos licitatórios e devem ser regidos pela isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, contraditório, ampla defesa, seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros, a pré-qualificação é importante instrumento para a aquisição de produtos de qualidade pelas empresas estatais” (MARTIM; SÁ, 2016, p. 464).

A lei autoriza as empresas estatais a se utilizarem de procedimento de manifestação de interesse privado (PMI), para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, com a finalidade de subsidiar a administração pública na estruturação

de empreendimentos (NOHARA, 2016).

“Os elementos técnicos ou jurídicos obtidos pelo procedimento de manifestação de interesse subsidiarão processo licitatório destinado à contratação da solução dele resultante como produto” (GUIMARÃES; SANTOS, 2017, p. 198).

Ainda segundo Guimarães e Santos (2017), os autores ou financiadores do projeto poderão concorrer para execução do empreendimento.

Para Reis (2017), uma característica importante da lei 13.303/16 é a inexistência de contratos administrativos, estando expressamente estabelecido no artigo 68 que os contratos firmados com as empresas estatais são contratos de direito privado. Dessa forma, apesar de inúmeras vantagens com a aplicação da lei, tem-se uma perda do comendo em seus contratos, passando a vigorar o acordo entre as partes sem a possibilidade de imposição o interesse público, isso força às empresas estatais a aperfeiçoarem seus mecanismos de planejamento.

Para os contratos das estatais, a lei 13.303/16 determina que se aplique o regime de direito privado, acabando com cláusulas exorbitantes típicas da Administração Pública, especialmente sobre as cláusulas de alterações unilaterais dos contratos. A lei não proíbe as alterações, mas devem ser buscadas soluções consensuais, sem prejuízo para nenhuma das partes (GUADALUPE, 2017).

A lei estabelece ainda em seu artigo 38 diversos impedimentos para participação na licitação para empresas que possuam sócio, diretor ou administrador de outras empresas suspensas ou impedidas de contratar, apesar de ser uma medida que pode ser considerada exagerada, afasta das licitações empresas administradas por quem já causou problemas para a administração (NOHARA, 2016).

Para Guadalupe (2017), a obrigatoriedade de cada estatal elaborar seu próprio regulamento interno de licitações e contratos ajustando a legislação às particularidades da empresa é a principal inovação trazida para o processo licitatório pela lei 13.303/16.

Em sequência são elencadas as inovações que visam dar celeridade e eficiência nas contratações:

a) a inversão das fases em relação à rotina estatuída pela lei 8.666/93; b) o desaparecimento das modalidades previstas na Lei Geral de Licitações; c) a criação dos modos de disputa aberto e fechado; d) a remuneração do contratado vinculada ao desempenho contratual; e) os regimes de execução por contratação integrada e por contratação semi-integrada; f) a obrigatoriedade de elaboração de matriz de risco para contratação de obras e serviços de engenharia; g) o aumento dos limites para contratação direta em razão do valor do objeto e a possibilidade de alteração destes valores pelo conselho de administração; h) os novos critérios de julgamento das propostas; i) os procedimentos auxiliares da licitação (GUADALUPE, 2017).

Para melhor visualização das inovações apontadas no parágrafo anterior, foi elaborado um quadro demonstrando as diferenças entre as leis 8.999/93 e 13.303/16.

Quadro – Comparativo entre as Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16.

Alteração	Lei 8.666/93	Lei 13.303/16
Inversão de fases	Os incisos do artigo 43 trazem o procedimento do julgamento da licitação onde primeiro são abertos os envelopes de habilitação de todos os licitantes, após, são abertos somente os envelopes de preços das empresas habilitadas.	Os incisos do artigo 51 trazem o procedimento do julgamento da licitação onde a habilitação é realizada somente da empresa que ofertou o melhor preço.
Recursos	Como descrito no artigo 43 em cada fase do julgamento existe prazo para interposição de recurso.	No artigo 51 é previsto apenas um momento para interposição de recursos.
Modalidades	O artigo 22 estabelece as modalidades de licitação: concorrência; tomada de preços; convite; concurso; leilão. Cada uma com características, prazos de publicação e limites financeiros distintos.	A lei acabou com as modalidades tradicionais de licitação, mantendo somente no inciso IV do artigo 32 a adoção preferencial da modalidade pregão para bens e serviços comuns.
Julgamento das propostas	O parágrafo primeiro do artigo 45 define os critérios de julgamento em menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance.	No artigo 54 a Lei ampliou os critérios para julgamento das propostas para: menor preço; maior desconto; melhor combinação de técnica e preço; melhor técnica; melhor conteúdo artístico; maior oferta de preço; maior retorno econômico; melhor destinação de bens alienados.
Regimes de contratação e execução	O inciso VIII do artigo 6º define os regimes de execução como: empreitada por preço global; empreitada por preço unitário; tarefa; empreitada integral	No artigo 42 além dos já previstos na lei 8666/93 foram acrescentados os regimes abaixo: Contratação semi-integrada e contratação integrada que envolvem a a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-

Matriz de Riscos	Não trata	<p>operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, sendo que a semi-integrada envolve a elaboração e desenvolvimento de projeto executivo enquanto na integrada a elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo.</p> <p>Estabelece a obrigatoriedade de elaboração de matriz de riscos para obras e serviços e engenharia no artigo 42.</p>
Limites de Dispensa de licitação	<p>Conforme artigo 24 o limite de dispensa de licitação por valor para as estatais era de R\$ 16.000,00 para aquisição de bens e serviços e R\$ 30.000,00 para obras e serviços de engenharia, fixos e sem reajustes.</p>	<p>O artigo 29 definiu que os limites de dispensa de licitação em razão do valor são de R\$ 100.000,00 para obras e serviços de engenharia e R\$ 50.000,00 para outros serviços, alienações e compras. Podendo esse valor ser ajustado anualmente pelo conselho de administração.</p>
Cadastro de fornecedores	<p>A Seção II estabelece a obrigatoriedade do registro cadastral e emissão de certificado com prazo de validade, constando como obrigatório o cadastro para determinadas modalidades de licitação</p>	<p>O artigo 63 define o cadastro de fornecedores como procedimento auxiliar nas licitações cabendo às estatais definirem os procedimentos e a forma de utilização em seus regulamentos próprios de licitação.</p>
Pré-qualificação	<p>No artigo 114 existe a previsão de pré-qualificação, mas somente para as concorrências e objetos específicos.</p>	<p>O artigo 63 estabelece a pré-qualificação permanente como procedimento auxiliar nos processos licitatórios devendo ser previsto no regulamento de licitações e no artigo 64 define os critérios, entre eles que o processo deverá ser permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.</p>

Fonte: Brasil (1993), Brasil (2016) e Guadalupe (2017)

3 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado mediante a coleta de dados bibliográficos por meio de vários tipos de fontes, como exemplo, publicações de periódicos, impressos diversos, documentos eletrônicos e livros de autores especializados. Foram obtidos, também, dados oriundos de documentos, como leis, decretos e portarias sobre os assuntos tratados no presente trabalho.

A coleta bibliográfica deve considerar que a produção do trabalho parte da maior

quantidade possível de material bibliográfico já existente, ater-se a material que esteja dentro do tema que irá discorrer, ampliar sua pesquisa o máximo possível, entre outros (SILVA, 2008).

4 CONCLUSÃO

A Administração Pública tem papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, seja na prestação dos serviços públicos essenciais aos indivíduos, seja no desenvolvimento econômico e tecnológico promovido pelas compras públicas, especialmente as realizadas pelas Estatais. Assim, toda medida que vise modernizar a gestão dessas empresas, as tornando mais eficientes, competitivas e inovadoras devem ser aplaudidas.

A publicação da lei 13.303/16 é um marco para as Estatais, principalmente pelas alterações nos regimes de licitações e contratos afastando o direito público, com suas cláusulas exorbitantes, e trazendo as regras do direito privado em busca de soluções consensuais sem prejuízo para nenhuma das partes. Destaca-se também as novas regras de governança e transparência, especialmente no cuidado para a seleção dos seus dirigentes com o estabelecimento de requisitos mínimos de experiência e formação para investidura nos cargos.

Para Bicalho (2017).

As estatais terão que se adaptar às técnicas de eficiência de gestão e ética empresarial, segundo a tônica das práticas privadas adaptadas à governança pública: planejamento estratégico, resultados definidos em metas claras, desempenho acompanhado via canais transparentes de controle e prestação de contas. Sua despolitização e profissionalização são fundamentais, já que a missão das estatais adquire um tempero especial, expresso na função social que desempenham, de realizar o interesse coletivo ou atender a imperativo da segurança nacional.

Em suma, apesar dos pontos positivos nas inovações trazidas pela lei 13.303/16, diversos temas ainda precisam ser debatidos para o amadurecimento dos agentes que atuam nessas organizações. Como os efeitos ainda são recentes pois boa parte das alterações passaram a valer a partir de 1º de julho de 2018, somente em um ou dois anos será possível avaliar se as mudanças serão positivas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gustavo Amorim. **Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16 comentada**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

BARROUIN, Cesar Silveira. **Direito administrativo: conceitos e princípios de administração pública**. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/35630/direito-administrativo-conceitos-e-principios-de-administracao-publica>>. Acesso em 05 nov. 2018.

BICALHO, Alécia Paolucci Nogueira. **Desafios da lei das estatais: papel do Estado e eficiência**. 2017. Disponível em: <<https://www.zenite.blog.br/desafios-da-lei-das-estatais-papel-do-estado-e-eficiencia/>>. Acesso em 14 jun. 2018

BITTENCOURT, Sidney. **Licitação através do Regime Diferenciado de Contratações Públicas: RDC: com ênfase no Decreto nº 7.581 de 11.10.2011, que regulamentou a Lei nº 12.462, de 05.08.2011: Lei do RDC**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

_____, Sidney. **A nova Lei das Estatais: Novo Regime de Licitações e Contratos nas Empresas Estatais**. Leme (SP): JH Mizuno, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 18 de jun. 2018.

_____. **Lei 8.666 de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666compilado.htm>. Acesso em 18 de jun. 2018.

_____. **Lei 13.303 de 30 de junho de 2016**. Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em 18 de jun. 2018.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Matriz e Gestão de Riscos: uma nova realidade nas contratações públicas**. 2016. Disponível em: <<https://www.zenite.blog.br/matriz-e-gestao-de-riscos-uma-nova-realidade-nas-contratacoes-publicas/>>. Acesso em 05 nov. 2018.

CONTE, Carlos Nilton. **O PODER DE COMPRAS DOS MUNICÍPIOS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL**. 2013. Disponível em <<https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/18-2.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2018.

CUNHA, Marcos André da Silva; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Inclusão e perspectivas de desenvolvimento da microempresa e empresa de pequeno porte no processo de compras governamentais na esfera**

federal. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 410-421, jul./set. 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FEIJÓ, Ricardo de Paula. **O procedimento da licitação da Lei 13.303/16**.

FILHO, Marçal Justem (org.). Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/16. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016

GUADALUPE, Heliane. **As mudanças introduzidas pela lei das estatais**.

Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI263467,91041-As+mudancas+introduzidas+pela+lei+das+estatais>>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

GUIMARÃES, Edgar; SANTOS, José Anacleto Abduch. **Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei 13.303/2016**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 589KB.

LESSA, Marcus Augustus. **COMPRAS PÚBLICAS COMO POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO: uma análise institucionalista do Small Business Innovation Research**. Dissertação (Mestrado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de economia da

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, abril de 2014.

Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Marcus_Lessa.pdf>. Acesso em 14 jun. 2018.

MARTIM, Luiza Paschoaleto; SÁ, Mayara Ruski Augusto. **Os procedimentos auxiliares das licitações das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias**. FILHO, Marçal Justem (org.). Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/16. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. APGS, Viçosa, v.2, n.1, pp. 109-134, jan./mar. 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes; FILHO, José Emmanuel Burle. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDES, Humberto Cestaro Teixeira. **Lei das Estatais busca por gestões mais probas e eficientes**. 2016. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2016-dez-16/humberto-mendes-lei-estatais-busca-gestoes-eficientes>>. Acesso em 05 nov. 2018.

MENDES, Renato Geraldo. Lei de Licitações e Contratos Anotada. 7. ed. Curitiba: Zênite, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho Motta. **Eficácia nas Licitações & Contratos: estudos e comentários sobre as leis 8.666/93 e 8.987/95, com a redação dada pela Lei 9.648 de 27/5/98**. 8. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

- NIEBUHR, Joel de Menezes. **Aspectos Destacados do Novo Regime de Licitações e Contratações das Estatais**. 2016. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/joel-de-menezes-niebuhr/aspectos-destacados-do-novo-regime-de-licitacoes-e-contratacoes-das-estatais>>. Acesso em 14 jun. 2018.
- NOHARA, Irene. **Mudanças promovidas pela nova Lei das Estatais: pontos fortes e fracos**. Disponível em: <<http://direitoadm.com.br/mudancas-promovidas-pela-nova-lei-das-estatais/>>. Acesso em: 16 de jun. 2018.
- OLIVEIRA, José Carlos de. **Princípios e elementos do processo licitatório**, [2012?]. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65615/2/a2_m01_s03_l06_Print.pdf>. Acesso em 14 jun. 2018.
- PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Corrupção e compliance nas empresas públicas e sociedades de economia mista: racionalidade das disposições da Lei de Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2016)**. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: v. 277, n. 1, p. 241-272, jan./abr. 2018.
- RATTNER, Henrique. **As empresas estatais brasileiras e o desenvolvimento tecnológico nacional**. Revista administração de empresas. vol.24 no.2 São Paulo Apr./Jun. 1984.
- REIS, Paulo Sérgio de Monteiro. **Os contratos das empresas estatais**. 2017. Disponível em: < <https://www.zenite.blog.br/os-contratos-das-empresas-estatais/>>. Acesso em: 16 de jun. 2018.
- RIBEIRO, Cássio Garcia; JÚNIOR, Edmundo Inácio. **Mensurando o mercado de compras governamentais brasileiro**. Disponível em: < http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/mensur_merc_compras.pdf >. Acesso em 14 jun. 2018.
- SCHIRATO, Vitor Rhein. **As empresas estatais no Direito Administrativo Econômico atual**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- SILVA, Renata. **Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico**. São José: USJ, 2008.
- SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. **O PODER DE COMPRAS GOVERNAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1922.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- SBA, U.S Small Business Administration. **Contracting assistance programs**. 2018. Disponível em: <<https://www.sba.gov/federal-contracting/contracting-assistance-programs>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- ZYMLER, Benjamin. **Considerações sobre o estatuto jurídico das empresas estatais (Lei 13.303/2016)**. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 19, n. 102, p. 15-26, mar./abr. 2017.

UMA CARACTERIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM VITÓRIA E SERRA - ES

Luana Alcântara do Nascimento⁶

Marlom Antônio de Almeida²

Yuri Schneider Xavier³

Moacir César da Vitória Júnior⁴

RESUMO

O artigo em questão propõe-se a avaliar a acessibilidade em órgãos públicos na região metropolitana da Grande Vitória, ES. O objetivo principal desta pesquisa é realizar um estudo de acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiências ou restrições físicas que necessitam de adaptações em edificações para que sejam capazes de exercer suas funções e atividades com segurança e autonomia. A coleta de dados foi orientada pelo Guia de Acessibilidade as Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público, desenvolvido pelo Ministério Público de Santa Catarina, em parceria com CREA-SC, inserido a este a norma ABNT 9050:04 como suporte principal. Estes dados apresentados representam 15 órgãos públicos, entre eles escolas, unidades de saúde e secretarias dos municípios Serra e Vitória, ES. Para esclarecer a respeito do problema de locomoção e dificuldades de acesso, abordou-se em caráter qualitativo a coleta de dados nos edifícios no sentido de constatar se as barreiras e obstáculos que limitam ou impeçam o acesso dessas pessoas sofreram ou não adequações, como também conformidade com a NBR 9050:04 e o Decreto Federal 5296:04, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. O presente estudo de caso tem o caráter qualitativo, visando à coleta de dados primários nos edifícios de órgãos públicos, e demonstrar se estão cumprindo o Decreto nº 5.296 e NBR 9050, de 2004. Foram utilizadas as planilhas que se encontram no Guia Promovendo a Acessibilidade Espacial em Edifícios Públicos do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Mobilidade reduzida. NBR 9050. Deficiência. Cadeirantes. Órgãos públicos. Edificações.

ABSTRACT

The article in question proposes to evaluate the accessibility in public agencies in the metropolitan region of Grande Vitória/ES. The main goal of this search is to conduct a accessibility and mobility study on disabled people or with physical restrictions, who needs buildings adaptations so that they can be able to perform their duties and activities with security and autonomy. The data

⁶ Graduando do curso de Engenharia Civil na MULTIVIX Serra. E-mail: luana.alca@hotmail.com.

² Graduando do curso de Engenharia Civil na MULTIVIX Serra. E-mail: marlomantonio@outlook.com.

³ Graduando do curso de Engenharia Civil na MULTIVIX Serra. E-mail: schneider.yuri@hotmail.com.

⁴ Orientador Professor Mestre em Física da MULTIVIX Serra. E-mail: moacir.cezar@hotmail.com.

collection was oriented by the Accessibility Guide for Disabled or Reduced Mobility People in Public Use Buildings developed by the Public Ministry of Santa Catarina in partnership with CREA-SC, attach to the guide, the ABNT 9050 as the main guideline. These data presented represent 15 public agencies, including schools, health centers and municipal secretaries at Serra and Vitória. In order to clarify the locomotion issue and access difficulties, the data collection the in buildings was qualitatively approached in the interest of verify if the barriers and obstacles that limit or impede the access of these people have suffered or not adjustments, as well as conformity to NBR 9050: 04 and Federal Decree 5296: 04, which establish general norms and basic criteria to promote accessibility. The present case study has a qualitative character aiming a primary data collection of the buildings of public agencies and to demonstrate if they are complying to nº 5,296 Decree and NBR 9050, of 2004, the worksheets used are on the Guide Promoting the Space Accessibility in Public Buildings of the Santa Catarina Public Ministry (MPSC).

KEYWORDS: Accessibility. Reduced mobility. NBR 9050. Disability. Handicappers. Public agencies. Buildings.

1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade é definida como qualidade do que é acessível, do que tem acesso. (AULETE, 1980). O termo Acessibilidade começou ser discutido na década de 1950, onde foram levantadas observações sobre as barreiras físicas que impediam ou dificultavam a livre locomoção de pessoas com deficiência (SASSAKI, 2009). Impulsionado diante da assertiva inserida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948): “todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção”.

Segundo a ONUBR - Nações Unidas no Brasil (2018), “cerca de 1 bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficiência, isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. A falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas. Isso representa um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhoram as vidas das pessoas com deficiência”.

No Brasil, de acordo com o IBGE (2010), “mais de 45 milhões de pessoas alegaram possuir algum tipo de deficiência física, visual ou motora”, e que encontram dificuldade no seu trajeto, acesso e deslocamento pelas cidades brasileiras, ressaltando a importância e a necessidade da promoção de acessibilidade.

O direito à Acessibilidade é normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece a definição de acessibilidade pela NBR 9050:04 como a: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”, por lei federal, assim como pelo decreto 5296 sancionado em 2004.

Decreto Nº 5.296, de 2 dezembro de 2004, que regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A legislação sobre Acessibilidade no Brasil é uma das melhores das Américas, porém, uma das menos cumprida. (RODRIGUES, Ismael 2016) afirma que “ainda não existe no Brasil uma cidade que possa ser apontada como modelo de acessibilidade. Além disso, a fiscalização ainda é muito deficiente, de forma que pouco se cobra em relação ao atendimento da legislação e das normas regulamentadoras”.

Em vista disso, o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa intenta analisar os parâmetros de acessibilidade arquitetônicas das repartições públicas na região metropolitana da Grande Vitória, restringindo ao município da Serra e Vitória, Espírito Santo, de acordo com a NBR 9050:04, orientadora do projeto.

2 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste trabalho é apresentar as condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em órgãos públicos na região metropolitana da Grande Vitória, apontando as dificuldades encontradas, utilizando para vistoria as planilhas do “Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público”, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e como base os parâmetros técnicos contidos na NBR 9050:04.

2.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

A pesquisa considerará as condições de acessibilidade espacial no acesso aos edifícios, saguões, sala de recepção e de espera, áreas de circulação horizontais e verticais, sanitários, e em locais de atividades coletiva presentes nos órgãos públicos da região metropolitana da Grande Vitória.

3 REFERENCIAL

De acordo com a publicação digital "Promovendo Acessibilidade Espacial nos Edifícios Públicos", do Ministério Público de Santa Catarina (DISCHINGER et. al), cada edifício público que preste determinado serviço à sociedade deverá se adequar e oferecer condições a pessoas com algum tipo deficiência ou mobilidade reduzida, o livre acesso sem restrições e a sua locomoção ou uso da edificação.

O presente estudo de caso tem o caráter qualitativo, visando a coleta de dados primários nos edifícios de órgãos públicos, e demonstrar se estão cumprindo o Decreto nº 5.296 de 2004 e NBR 9050. Foram utilizadas as planilhas que se encontram no Guia Promovendo a Acessibilidade Espacial em Edifícios Públicos, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Não caberia neste trabalho de pesquisa expor todas essas planilhas, são seis ao todo, somando mais de 350 itens de verificação. Os resultados estão convertidos em gráficos e tabelas e se apresentam neste artigo em porcentagem.

As planilhas foram organizadas para se verificar itens de acessibilidade divididos da seguinte forma:

1. ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO.
2. SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA.
3. CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS.
4. CIRCULAÇÕES VERTICAIS.
5. SANITÁRIOS PARA DEFICIENTES FÍSICOS.

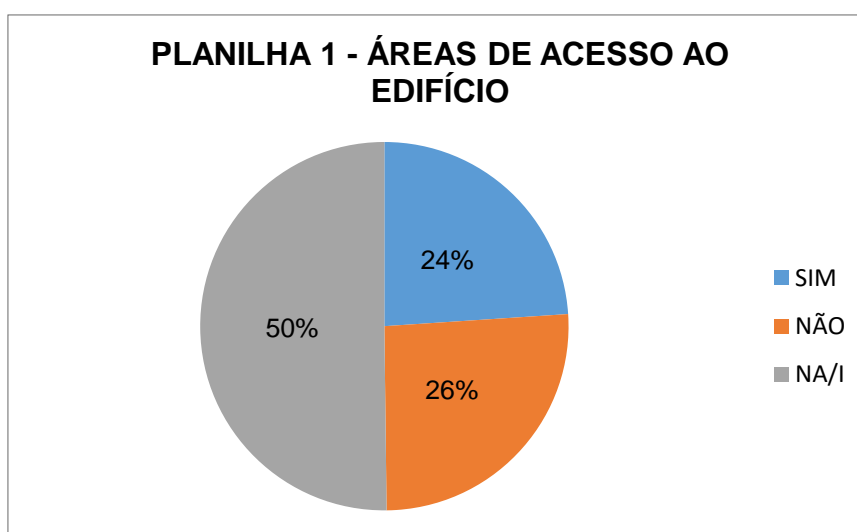
6. LOCAIS PARA ATIVIDADES COLETIVAS.

As vistorias foram classificadas em cada divisão entre “sim”, “não” e “não é possível identificar”. Onde “sim” representa total conformidade do item junto à norma. O “não” representa a presença do item, porém desconforme à norma. E “não é possível identificar” (NA/I) quando o órgão não apresenta o item a ser classificado.

PLANILHA 1 – ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO

Pessoas com mobilidade reduzida tem o direito à autonomia e independência de locomoção em vias e acessos aos edifícios, para isso, a NBR 9050 especifica parâmetros antropométricos e adaptações a fim de possibilitar a fácil utilização, alcance e manuseio de todos os componentes de acesso ao edifício, para os cadeirantes, obesos, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, entre outros. Os principais itens de análise preveem rampas, escadas, desníveis e obstáculos de acesso ao edifício, desde a via pública até a porta de acesso principal.

Os gráficos abaixo se referem às disposições totais de implementações das recomendações da NBR 9050/04 e Decreto 5296/04 de cada planilha utilizadas como parâmetro de pesquisa deste artigo.



Semáforo

- 73% dos órgãos visitados não apresentam semáforos nos dois lados da via pública;
- Todos os semáforos próximos a esses órgãos não apresentavam foco de acionamento para travessia de pedestres;
- 40% desses semáforos possuem faixa de pedestre e guia rebaixada em ambos os lados do local de travessia de pedestre.

Passeios

- 60% dos passeios apresentam pisos antiderrapantes e regulares a qualquer situação climática;
- 53% não permitem o livre deslocamento do pedestre por conta de interferências, tais como postes de sinalização, desníveis, vegetação, rebaixamentos, etc.;
- Apenas 33% possuem piso tátil direcional por conta da ausência de linha-direcional;
- 73% contém faixa de travessia, e rebaixamento nos passeios em ambos os lados da via.

Circulação

- 80% dos locais possuem rota livre de obstáculos para acesso à entrada do edifício, sendo que 60% dessas rotas possuem pisos antiderrapantes e sem desníveis, e 87% das faixas livre de obstáculos apresentam largura mínima de 1,20m;
- 20% dos edifícios apresentam distância máxima de 50m entre a entrada acessível e as demais entradas.

Áreas externas / Pátios

- Mais de 40% das áreas externas ou pátios contêm pisos regulares e antiderrapantes e bancos para descanso que não impedem o pleno acesso ao edifício;
- Apenas 13% possuem piso tátil sinalizando situações de risco.

Escadas externas

- Mais de 33% das escadas fixas localizadas em áreas externas possuem largura mínima de 1,20m, piso antiderrapante, degraus dispostos paralelamente entre si e os espelhos dos degraus fechados;
- Menos de 33 dos corrimões instalados possuem altura de 92cm, espaço livre entre a parede e o corrimão de mais de 4cm, largura entre 3 e 4,5cm, ou com arestas que não ofereçam risco de acidentes;
- Mais de 67% das escadas externas não apresentavam guarda-corpo.

Rampas externas

- As rampas externas apresentavam largura mínima de 1,20m em 33% dos casos e pisos revestidos de material antiderrapante, firme e regular em 47%;
- Nenhum dos patamares presentes entre as rampas indica largura diferente da rampa ou obstáculos ocupando sua superfície útil;
- Todas as rampas externas não apresentaram guarda-corpo com a altura de 1,05m;
- 43% das rampas externas estão nos conformes da NBR 9050/04;
- Nenhuma das rampas curvas externas possuía inclinação máxima de 8,33% e raio superior a 3m.

Vagas de estacionamento para deficientes

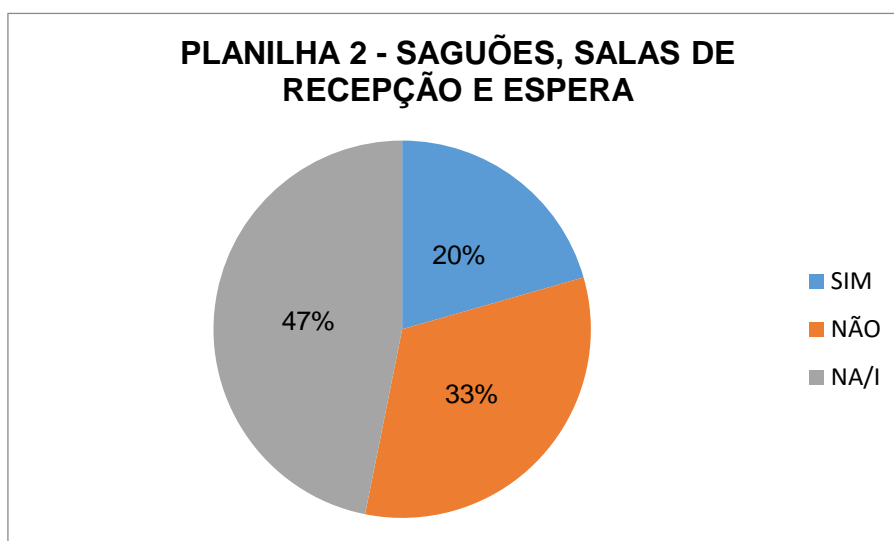
- 20% dos órgãos possuem vaga de estacionamento externo ou em garagem interna para portadores de deficiência física ou visual e apenas 7% dessas vagas estão sinalizadas com o símbolo internacional de acessibilidade.

Portas

- Apenas 17% das portas de entrada aos edifícios não contêm vão livre de no mínimo 80cm;
- 60% das maçanetas apresentam altura entre 90 e 110cm e 33% dessas maçanetas são do tipo alavanca;
- Apenas um órgão possui capachos na entrada, o qual não estava firmemente fixado e não estavam nivelados.

PLANILHA 2 – SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA

Segundo o guia utilizado neste trabalho, a planilha 2 compreende o conjunto de áreas contíguas às entradas, incluindo a área de atendimento ou recepção, área para espera, os corredores e o seu mobiliário, espaços e assentos reservados, além dos mecanismos de controle de acesso que permitem a circulação, a espera e o atendimento. Visando a dificuldade de comunicação, a vistoria prevê item de intérprete de libras ou dispositivos de tecnologia assistiva.



Mecanismos de controle de acesso interno

- Apenas 7% dos locais possui tecnologia assistida para comunicação de surdos para acesso ao edifício.

Atendimento ou recepção

- 60% dos edifícios apresentam o balcão de atendimento/recepção de forma que possa ser identificado visualmente ou por meio de placa, mas apenas 7% possui informativo tátil para identificação do mesmo;
- Todos os edifícios visitados não possuem suporte informativo tátil para o usuário localizar-se;
- 80% dos balcões de atendimento se localizam em rotas acessíveis, no entanto, somente 7% apresentam condições para atendimento de cadeirantes.

Mobiliário para espera

- 40% do mobiliário se encontram na faixa de circulação, e 93% desse mobiliário não possui sinalização tátil no piso;
- Somente 13% dos edifícios apresentam espaço reservado aos cadeirantes junto à mobília, e somente 13% apresentam assento destinado aos acompanhantes de cadeirantes;
- 100% das salas de espera não possuem assento destinado aos obesos, e 80% não possuem assento destinado a pessoa com mobilidade reduzida;
- 87% dos assentos destinados aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida estão situados próximo aos corredores, e apenas 7% dos assentos preferenciais estão sinalizados.

Portas

- Apenas 7% dos edifícios não possuem porta com vão de no mínimo 80cm, e 20% não possuem maçanetas entre 90 e 110cm de altura;
- 67% apresentam maçaneta do tipo alavanca e desnível nas soleiras da porta inferior a 0,5cm.

Circulação Interna

- 87% dos corredores de circulação interna apresentam largura recomendada pela norma, e faixa livre de obstáculos de no mínimo 90cm;
- 40% dos corredores não possuem piso com material antiderrapante, firme e regular, e 20% dos corredores não são nivelados;
- Apenas em 7% dos corredores que não possuem linha-direcional há faixas de piso em cor e textura diferenciadas para direcionar os usuários com restrição visual;
- Somente 13% dos locais possuem sistema de alarme de incêndio sonoro e luminoso;
- Menos de 13% dos locais possuem indicação sonora e visual em saídas de emergência, sinalização de rotas e entradas acessíveis, e sinalização visual em cores contrastantes no interior do edifício.

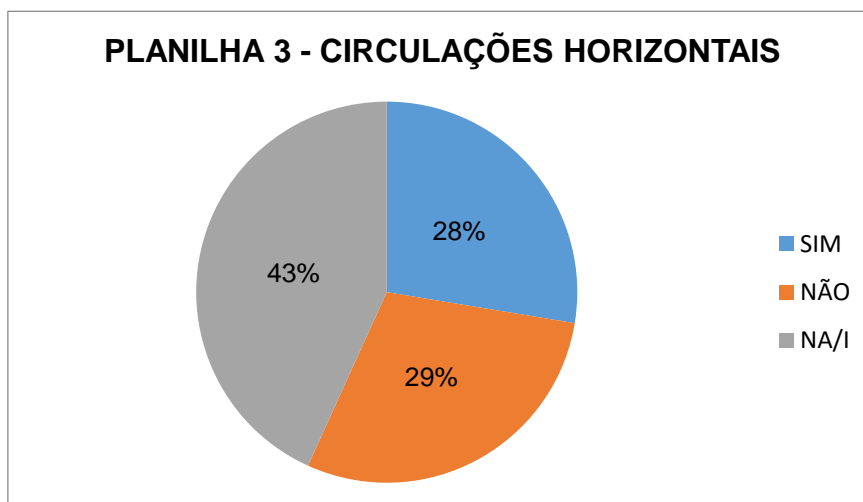
Telefones públicos e bebedouros

- 0% das salas de espera e saguões possui telefone acessível a cadeirantes, e 0% dos telefones eram sinalizados para pessoas com restrições;
- 20% dos bebedouros possuem a bica com uma altura de 90cm do piso, 7% possuem altura livre inferior a partir de 73cm do piso e 13% apresentam área de aproximação frontal de 80cm x 120cm.

PLANILHA 3 – CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

Conforme a Comissão Permanente de Acessibilidade de São Paulo, na circulação horizontal deve-se garantir que qualquer pessoa possa se movimentar no pavimento onde se encontra com total autonomia e independência. Para isso, os percursos devem estar livres de obstáculos, atender às características referentes ao piso e apresentar dimensões mínimas de largura na circulação, vão de portas e altura de maçanetas. Para o deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é necessário prever áreas de rotação e de

aproximação, possibilitando assim a livre circulação e total utilização do espaço construído.



Portas internas

- 80% dos vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm, e 20% estavam desconformes;
- 67% das maçanetas das portas estão entre 90 e 110cm de altura em relação ao piso e 33% estão fora das especificações;
- 77% das maçanetas das portas são do tipo alavanca;
- 80% dos desníveis máximos das soleiras das portas são de 0,5cm de altura e 13% os desníveis estão acima do recomendado.

Circulação Interna

- Apenas 7% dos corredores e passagens não possuem largura mínima de 90cm quando sua extensão for de até 4m, largura de 1,20m quando sua extensão for de até de 10m e largura de 1,50m quando sua extensão for superior a 10m ou quando seu uso for público;
- 93% dos corredores e passagens possuem faixa livre de obstáculos de no mínimo 90cm;
- 87% dos pisos dos corredores e passagens são revestidos com material antiderrapante, firme, regular e estável;
- 100% dos pisos dos corredores e passagens são nivelados;

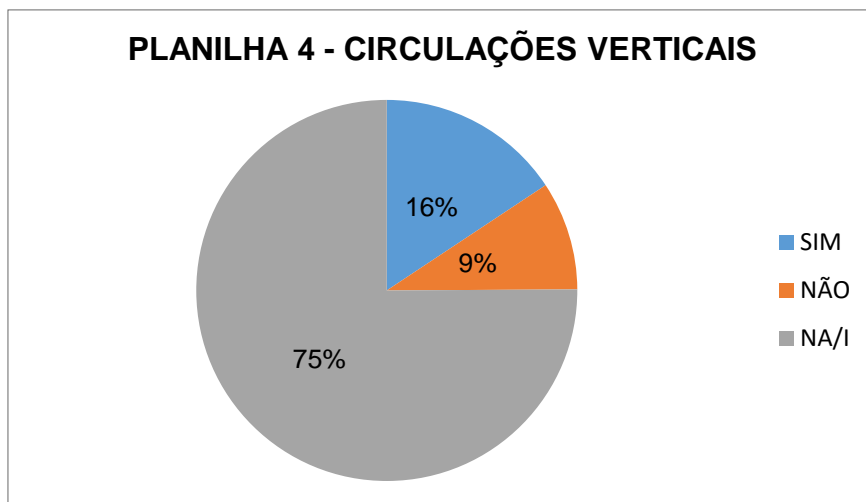
- 93% dos locais visitados não apresentaram faixas de pisos em cor e textura diferenciadas para guia de usuários com restrição visual, na ausência de linha direcional;
- Apenas 20% dos locais visitados apresentou rampa para desníveis maiores que 1,5cm, e 67% são inexistentes;
- Em 73% dos edifícios não há placas indicativas no seu interior para sinalizar rotas e entradas acessíveis, e 20 % estão de acordo com o recomendado.

Telefones públicos e Bebedouros

- Nenhum local possui telefone público acessível;
- Apenas 13% das bicas dos bebedouros possui altura de 90cm do piso;
- 60% dos bebedouros possui altura livre inferior de, no mínimo, 73cm do piso, e nenhum dos locais estão em conformidade;
- Apenas em 7 % contém uma área de aproximação frontal de 80cm x 1,20m avançando sob o bebedouro de, no máximo, 50cm, e 53% não atendem inteiramente os parâmetros.

PLANILHA 4 – CIRCULAÇÕES VERTICAIS

Interpreta como circulações verticais o conjunto de escadas, elevadores, rampas, esteiras ou escadas rolantes, patamares, passarelas e seus componentes, que interligam circulações horizontais e/ou atividades entre diferentes pavimentos.



Elevadores

- 100% dos locais visitados que possuem elevador, a circulação de acesso tem, no mínimo, 1,50m de largura, medida perpendicularmente ao plano da porta;
- Todas as portas dos elevadores têm vão mínimo de 80cm;
- 100% dos casos há ao lado esquerdo de cada botão de comando a marcação em braile correspondente.

Portas

- 71% dos vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm, e 29% não está em desacordo;
- 71% das maçanetas das portas estão entre 90cm e 1,10m de altura em relação ao piso;
- 29% das maçanetas das portas não são do tipo alavanca;
- O desnível máximo nas soleiras das portas de 0,5cm de altura está em conformidade em 71% dos casos.

Escadas

- 75% das escadas fixas possuem largura mínima de 1,20m;
- Em 25% dos casos os pisos das escadas não são de material anticombustível e antiderrapante;

- Todos os degraus estão dispostos paralelos entre si;
- Todos os espelhos dos degraus são fechados (não vazados);
- 75% dos degraus das escadas possuem espelhos entre 16cm e 18cm;
- Em apenas 38% dos casos as profundidades dos degraus (piso) são maiores que 28cm e menor que 32cm;
- 75% dos patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas);
- 75% dos primeiro e últimos degraus de um lance de escadas estão a uma distância de, no mínimo, 30cm da área de circulação;
- Todas as escadas têm lance máximo de 19 degraus;
- 63% dos corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada;
- Na metade dos casos, os corrimãos estão instalados na altura de 92cm do piso, medido de sua geratriz superior;
- Em apenas 13% dos quadros os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o termino das escadas;
- 75% das arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (arestas vivas);
- A altura mínima de 1,05m dos guardas-corpos é atendida em 50% dos casos;
- Em 87% dos eventos não existem no início e termino das escadas sinalização tátil de alerta em cor contratante com a do piso.

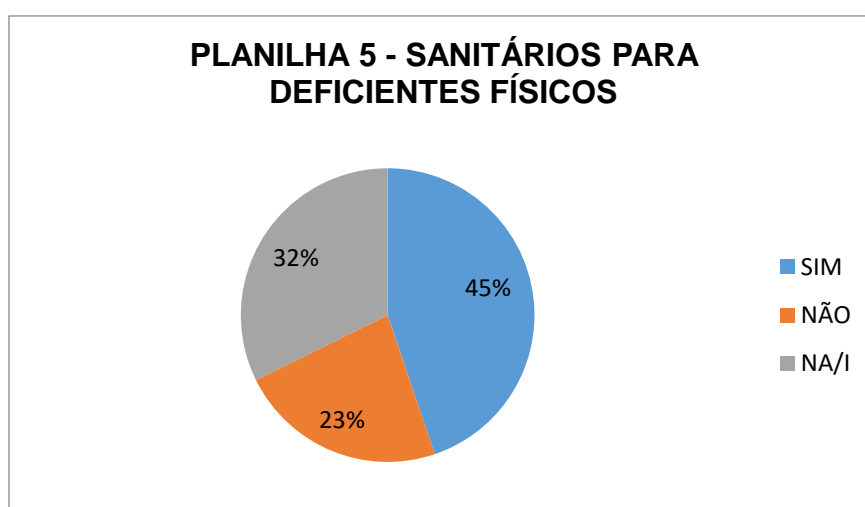
Rampas

- Cerca de 44% das rampas apresentaram largura mínima de 1,2m e pisos antiaderentes firme, regular e estável em sua extensão e patamares, e 56% não possuíam rampas, bem como pisos adequados;
- 33% apresentou patamar no início e termino das rampas com dimensão mínima longitudinal de 1,2m além da área de circulação adjacente, como também patamares de mudança de direção, e 11% não atenderam completamente esses requisitos;
- Em 22% dos casos se apresentou corrimãos em ambos os lados das rampas, e cerca de 56% não possuía ao menos em um corrimão;

- Nenhum corrimão continha prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o termino da escada, e 33 % não seguiram os requisitos por completo;
- Apenas 22% das arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer risco de acidentes, contínuas e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou ao piso, e 11% não atenderam completamente as especificações;
- 22% dos guarda-corpos possui altura mínima de 1,05m, e 22% não antedeu a altura exigida;
- Apenas 33% das rampas atenderam a inclinação exigida de até 8,33%, e 11% encontra-se de maneira inadequada;
- Em nenhum dos casos existe sinalização tátil de alerta no início e termino da rampa, e 44% não atende inteiramente os parâmetros.

PLANILHA 5: SANITÁRIOS PARA DEFICIENTES FÍSICOS

Segundo a NBR 9050:04, “os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe do chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance [...] Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, preferencialmente próximos ou integrados às demais instalações sanitárias, e ser devidamente sinalizado”.



Deslocamento

- 60% dos órgãos apresentam ao menos um conjunto de sanitários acessíveis femininos e masculinos, apenas 7% não possuem conjuntos, contudo 33% estão discordantes à norma;
- 73% dos sanitários adaptados existentes estão nos pavimentos acessíveis, e não se constatou desconformidade com a norma **(Dec. 5296/04)**;
- 87% das portas dos sanitários ou do boxe para bacia sanitária tem vão livre mínimo de 80 cm, e nenhum órgão obteve discordância com este quesito, porém, 13% não executaram;
- 33% dos sanitários adaptados às portas abrem para fora, e 47% apresentam erros de adequações;
- 53% das portas dos sanitários estão dispostas de maneira a permitir sua completa abertura e não interferir com área de manobra externa;
- 87% dos pisos dos banheiros são nivelados, e nenhum órgão apresentou contrariedade quanto a isso.

Orientabilidade

- 53% dos sanitários adaptados possuem sinalização que identifica sua localização no edifício;
- 47% dos sanitários possuem símbolo internacional de identificação (feminino, masculino, familiar e unissex);
- Apenas 7% dos símbolos internacionais de sanitários apresentam acessibilidade às pessoas com restrição visual (tátil e ao alcance das mãos);
- 53% dos símbolos internacionais de acesso estão afixados em locais visíveis ao público.

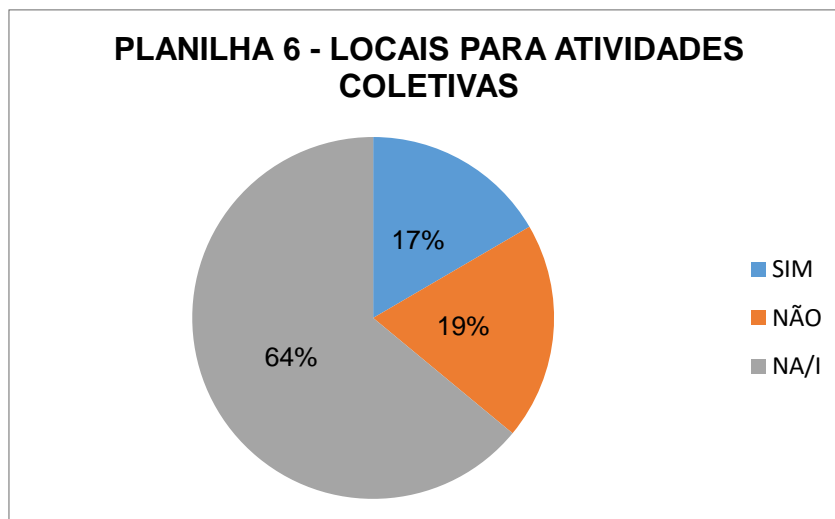
Uso

- 60% da distribuição de aparelhas e peças nos banheiros permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas (80cm para circulação e área de manobra no eixo de 180º de 1,50 x 1,20m);

- 67% das maçanetas ou trinco da porta do sanitário são do tipo alavanca, apenas 7% não atendem;
- 47% dos sanitários possuem área livre de 0,80 x 1,20m lateral ao vaso sanitário;
- 13% dos locais com bacia sanitária com caixa acoplada possuem barra de apoio na parede do fundo a uma distância mínima entre a face inferior da barra e a tampa da caixa acoplada de 15cm, e 20% possuem o item citado, porém, não atendem plenamente a norma, e 67% não acatam a norma;
- 47% das barras de apoio da bacia sanitária estão afixadas a uma altura de 75cm em relação ao piso, e 20% não atendem ao requisito;
- 33% das barras de apoio da bacia sanitária tem comprimento mínimo de 80cm, e 33% não atendem ao requisito;
- 73% dos lavatórios são suspensos e sem coluna, e 13% não atendem ao requisito;
- 53% das torneiras dos lavatórios são do tipo alavanca, com sensor eletrônico ou dispositivo equivalente, e 33% não atendem ao requisito;
- Quanto ao mictório, nenhum órgão público visitado apresentou conformidade com a NBR 9050.

PLANILHA 6: LOCAIS PARA ATIVIDADES COLETIVAS

Entende-se como locais para atividades coletivas o conjunto de ambientes para o uso público e semi-público que abrigam diferentes atividades, tais como bibliotecas, refeitórios, auditórios, salas de aula e de reuniões, laboratórios, entre outros.



Acesso

- Em nenhum órgão vistoriado foi possível identificar as diferentes atividades a partir de suporte informativo visual e tátil, embora 73% apresentaram identificação, não estavam de acordo com a norma;
- 47% dos acessos aos locais para atividades coletivas (auditórios, salas de aula, salas de reunião, etc.) são efetuados por uma rota acessível, e 27% apresentam alguma desconformidade;
- Em geral, nenhum órgão vistoriado apresenta videofones, interfone e algum tipo de tecnologia assistida para acesso às áreas coletivas.

Biblioteca

- 60% das bibliotecas não possuem pelo menos uma mesa adaptada para cadeirantes;
- As bibliotecas, em sua maioria, não foram projetadas para receber pessoas de baixa estatura, obesos e cadeirantes. As distâncias entre as estantes não continham espaço mínimo de 90cm nem altura máxima de 1,20m.

Sala de aula

- 20% das salas não se localizam em rotas acessíveis;

- Somente 20% das salas possuem pelo menos uma mesa adaptada para cadeirantes (com altura livre de 0,73m, largura mínima de 80cm e profundidade mínima de 50cm);
- Em geral, as salas apresentam boas condições de acessibilidade em relação a corredores mínimos de 90cm de largura, lousas a uma altura de 90cm do piso, e área de aproximação lateral às lousas de pelo menos 80cm para acesso dos cadeirantes.

Auditório

- 33% dos auditórios continham pelo menos um espaço reservado aos cadeirantes com dimensões mínimas de 80cm por 1,20m, embora a maioria dos espaços não continha demarcação com símbolo internacional de acessibilidade e reserva;
- 67% dos assentos destinados aos obesos não possuem largura equivalentes a de dois assentos adotados no local e espaço livre frontal de no mínimo 60cm, suportando carga de 250kg. Apenas 7% estão de acordo;
- 60% dos órgãos não possuem pelo menos um assento com espaço livre frontal de no mínimo 60cm e braço removível destinado a pessoas com mobilidade reduzida;
- Nenhum auditório apresentou assento destinado aos acompanhantes de pessoas com mobilidade reduzida, obesos e cadeirantes;
- Em geral, não foi possível avaliar as condições dos assentos tendo em vista sua inexistência;
- Havendo desnível entre o palco e a plateia, 20% apresentaram uma rampa com largura de 90cm e de 16,66% para vencer uma altura de 60cm, entretanto, 20% ultrapassava a inclinação mínima.

4 CONCLUSÃO

Ao avaliar a situação da acessibilidade espacial em diversas edificações de uso público com vistorias realizadas pelo grupo, notou-se que a maior parte destes

órgãos não possuem condições de acessibilidade às pessoas com deficiências e mobilidade reduzida estabelecidos pelas normas.

Ainda há muito a trabalhar para promover a facilidade de acesso aos usuários com deficiências e mobilidade reduzida em espaços públicos no estado do Espírito Santo. Um dos grandes desafios é a falta de conscientização e compreensão dos profissionais responsáveis pela gestão e construção desses espaços a respeito da importância do uso e implementação da Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050:04).

Considera-se de muita importância para a disseminação da acessibilidade espacial a obrigatoriedade de instituir normas referentes à acessibilidade em projetos a serem regularizados e reforma de adaptação em órgãos existentes, principalmente as edificações antigas que não atendem a requisitos de acessibilidade, por conta da divulgação da norma de forma irrestrita e com acesso amplo ter sido apenas em 2004.

Com a conclusão deste projeto, definido como “Uma caracterização da acessibilidade em órgãos públicos estaduais em Vitória e Serra - ES”, almeja-se que o mesmo possa contribuir com a conscientização e a difusão dos critérios e parâmetros técnicos — contidos na NBR 9050:04 e suas posteriores atualizações, e em novas leis brasileiras responsáveis por regularizar e padronizar a acessibilidade espacial — para futuros projetos e pesquisas relativas ao tema, buscando garantir o uso seguro e acessível de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de órgãos públicos.

Há bastante a discutir a respeito da Acessibilidade espacial e seu uso, assim, abrindo espaço para a execução de novas pesquisas e levantamentos de dados relacionadas ao tema. Em relação a Acessibilidade, tem-se como alternativas a realização de pesquisas que efetuem estudos de caso com pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pesquisas que visem aperfeiçoar e retificar a norma brasileira atual tendo como base leis estaduais e normas internacionais que apresentem excelência na área de acessibilidade em edificações e/ou vias.

REFERÊNCIAS

ACCESSIBLE DESIGN FOR THE BLIND. Disponível em: <<http://accessforblind.org/>>.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 nov 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 dez 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em 08/10/2018

CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

DE ACESSIBILIDADE, COMISSÃO PERMANENTE; ACESSIBILIDADE, C. P. A. **Mobilidade acessível na cidade de São Paulo**. 2005.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia Acesso em 08/10/2018

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC, Edição atualizada 2014.

DOS SANTOS MACIEL, Álvaro; CIENA, Fabiana Polican. **ACESSIBILIDADE: A INCLUSÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA SOB UM PONTO DE VISTA FILOSÓFICO.**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 dez 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2004/Decreto/D5296.htm Acesso em 08/10/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** Nova York: ONU, 13/12/06.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. V. 5.

CIRURGIA BARIÁTRICA: A PSICOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DO PACIENTE.

Anna Carolina Oliveira¹

Gabriel Lapa Rohor¹

Kelly Vargas Wandermuren Thompson¹

Antonio Ferreira Melo Junior²

Ruy Anderson Santos Martins²

RESUMO

Este artigo propõe-se a pesquisar sobre como a Psicologia pode auxiliar no processo de aceitação, preparo e recuperação pós-cirúrgico de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica. As novas formas de relação de trabalho na atualidade, associadas a uma má alimentação e vida sedentária, aparecem como causa do assustador aumento de peso na população mundial. Podemos somar a isto as questões hereditárias comuns a muitos daqueles que se submetem a cirurgia. Para a presente pesquisa foram realizados questionários individuais contendo perguntas relacionadas à temática. Participaram da pesquisa profissionais da área da saúde atuantes no processo de acompanhamento a pacientes do perfil apresentado, assim como, pacientes submetidos à cirurgia bariátrica dentro do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Como parte desse processo, o psicólogo como membro integrante da equipe, tem acentuada importância, é este profissional que de perto acompanhará e ajudará o paciente a romper com preconceitos, a adquirir um novo olhar sobre si e sobre suas relações. Dentre as pessoas que responderam ao questionário, três mulheres na faixa do 20-30 anos, e um homem de 42 anos, submetidos ao mesmo procedimento cirúrgico, foram unânimes em afirmar a importância dos profissionais de Psicologia e Nutrição.

Palavras-chave: Obesidade; Cirurgia bariátrica; Psicologia.

ABSTRACT

This article intends to research on how psychology can help in the process of acceptance, preparation and post surgical recovery of patients undergoing bariatric surgery. The new forms of employment relationship at present, associated with a poor diet and sedentary life, appear as a cause of the alarming increase of weight in the world population. We can add to this common hereditary issues to many of those who undergo surgery. For this study were carried out individual questionnaires containing questions related to the theme. Participated in the professional health research active in the monitoring process the profile of the patients presented, as well as patients undergoing bariatric surgery in the Cachoeiro de Itapemirim-ES. As part of this process, the psychologist as a member of the team, has marked importance, is this professional who closely monitor and help the patient to break with prejudices, to acquire a new look about themselves and their relationships. Among the people who responded to the questionnaire, three women in the range of 20-30 years and a 42 year old man who underwent the same surgical procedure, were unanimous in affirming the importance of psychology and nutrition professionals.

Keywords: Obesity; Bariatric surgery; Psychology.

¹Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário são Camilo-ES, annaco.22@gmail.com;

¹Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário são Camilo-ES, gabriel.rohor@hotmail.com;

¹Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário são Camilo-ES, Kell.yvw@hotmail.com;

²Professor orientador: Psicólogo, Mestre em Psicologia Institucional (UFES), Faculdade Multivix-Serra, ruyanderson1@hotmail.com;

² Professor, Farmacêutico, Mestre em Ciências Fisiológicas (UFES), Faculdade Multivix-Serra

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica de etiologia multifatorial vista atualmente como uma questão de saúde pública (BOLLONE, 2003). Pública por atravessar várias questões que, em sua maioria, estão presentes na esfera social. As pressões por um padrão estético socialmente aceito, as dificuldades de acessibilidade, o preconceito no momento de procurar um trabalho ou, no caso de profissionais autônomos, de vender uma imagem que seja rentável, são algumas das dificuldades encontradas por esses indivíduos (Ver gráfico 1).

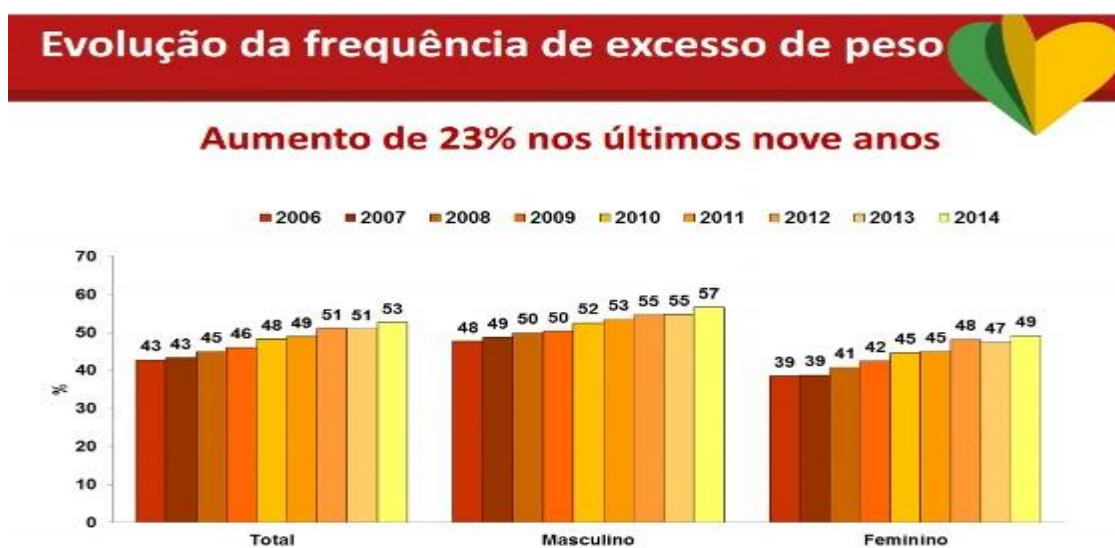


Gráfico 1: Evolução da frequência de excesso de peso.

Fonte: (PLANETA SUSTENTÁVEL; 2015)

O estilo de vida moderno, de ritmo acelerado e, paradoxalmente, de sedentarismo, associado à urgência da resolução de compromissos laborais em detrimento ao lazer ou prática de atividades físicas, fez aumentar o número de pessoas com sobrepeso em nosso país. Segundo informações do Portal Brasil, site oficial do governo brasileiro, o sobrepeso já atinge a metade da população brasileira.

O aumento atinge tanto a população masculina quanto a feminina. Entre os homens, o excesso de peso atinge 54% e entre as mulheres, 48%. O estudo inédito também revela que a obesidade cresceu no País, atingindo o percentual de 17% da população. Em 2006, quando os dados começaram a ser coletados pelo Ministério, o índice era de 11%. (BRASIL, 2013).

De opinião contrária e até discrepante sobre as origens do excesso de peso, estão os que defendem a explicação da obesidade pelo viés genético. (Martin E. P.)

Seligman, em seu livro “O que você pode e o que você não pode” (1997), distingue dois “tipos” de peso: o peso natural – aquele biologicamente definido por herança genética, e o peso ideal – aquele perseguido por muitos por fazer parte daquilo que a sociedade definiu como sendo ideal.

Segundo esta visão, as dietas que hoje estão ligadas aos distúrbios alimentares como, por exemplo, a bulimia e a anorexia, são geradas pela necessidade de enquadre social e atingem principalmente as jovens. Existe de fato um poderoso reforçador social para que esse corpo “perfeito” seja alcançado e quando isso não acontece de forma fácil, essas jovens experimentam grande sofrimento. Ocorre que, de acordo com essa visão mais genética, o peso de uma pessoa vai depender de sua herança genética e isso não pode ser mudado com dietas, pelo contrário, quando essas são realizadas, a tendência é que a perda do peso inicial seja gradualmente substituída por aumento subsequente.

O público americano assistiu num fascínio desesperançado quando uma entrevistadora da TV da tarde, Oprah Winfrey, fez a dieta Optifast, que é, tecnicamente, uma DMBC (dieta de muita baixa caloria). Ela se tornou cada vez mais magra ante nossos olhos: 81 quilos, 72, 68, 63, 55. Em questão de meses, ela perdera 30 quilos e parecia em forma e pequena. Oprah elogiou a dieta, e o negócio da Optifast atingiu as alturas. Durante o ano seguinte, os telespectadores assistiram com um mórbido fascínio Oprah passar de 50 para 55, 60 e assim sucessivamente até chegar ao peso inicial de 81. Amargurada, Oprah condenou a dieta e o negócio da Optifast encolheu (SELIGMAN, 1997).

Apesar de controversa, essa ideia acima defendida, traz argumentos interessantes, e diz que para alcançarmos um bem-estar mais completo, seria necessário entender nosso corpo e respeitá-lo, também em seus aspectos herdados por genes.

Não podemos deixar de mencionar também as questões pertinentes ao valor dos alimentos considerados “saudáveis” e que contribuem para um equilíbrio corporal. Esses alimentos normalmente figuram entre aqueles de maior valor financeiro, impedindo que a população assalariada tenha acesso à compra desses produtos.

Em estudo realizado em uma creche em Belo Horizonte (2014), percebe-se que a condição financeira e a escolaridade dos pais influenciam na escolha e compra dos alimentos ingeridos por toda a família. Essa realidade aparece bem cedo e impacta a vida das crianças ainda na pré-escola.

Restrições econômicas à compra do alimento, como as vivenciadas por indivíduos de baixa renda, conduzem a dietas com baixo consumo de frutas e hortaliças e de alta densidade energética, principalmente alto consumo de cereais processados, açúcar e óleo. (BENTO; ESTEVES; FRANÇA; 2014, p.2393)

Além desse aspecto social outra característica que aumenta a problemática social está no fato de que muitas dessas famílias de baixa renda optam pelos alimentos industrializados e mais baratos. Essa escolha é influenciada, ainda segundo a pesquisa (2014), também pela TV que pode prestar um serviço de promoção de saúde ao mesmo tempo em que não deixa de lucrar com as propagandas dos fast-foods e comidas industrializadas prontas. Ideias sobre alimentação saudável também segundo a pesquisa, fazem alusão a ingestão de verduras, frutas e legumes, bem como a horário fixo e intervalos regulares para a alimentação como forma de prática alimentar saudável (Ver quadro 1).

Ideias Centrais (IC)	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Nº de respostas	%
IC1.1A- Comer alimentos gordurosos/ doces/massas/alimentos industrializados/alimento com baixo valor nutricional	DSC1.1A- Consumo uma quantidade maior de alimentos ricos em gorduras, doces, massas, alimentos industrializados, tornando minha alimentação mais calórica e com baixo valor nutricional. Eu como muita besteira, enfim tudo que faz mala saúde, mas é difícil ficar sem estes alimentos	10	32,3
IC1.1B- Hábito	DSC1.1B Tenho o hábito de comer muita fritura, nem sempre como frutas e legumes porque não gosto.	7	22,6
IC1.1C- Comer fora de casa/comer fora de hora/comida pesada e desequilibrada	DSC1.1C- Eu sempre almoço fora de casa, geralmente muito fora de hora, comida pesada(Feijoada, galinhada, lasanha, etc.) e sempre como comida desequilibrada.	9	29,0
IC1.1D- falta de tempo/condição financeira	DSC1.1D- Minha vida é muito corrida, o tempo é pouco para preparar as coisas aí acabo comendo qualquer coisa ou o que for feito mais rápido. Além disto, as coisas são muito caras e eu tenho que excluir algumas coisas para poder comprar outras e isto atrapalha ter uma alimentação saudável.	5	16,1
Total		31	100,0

Quadro 1: ADAPTADO- Proporção das ideias centrais referente às percepções dos responsáveis pelas crianças da creche, e o DSC, com relação a primeira pergunta norteadora: o que você entende por alimentação saudável? - Belo Horizonte/MG- 2013

Foi, portanto, a partir deste cenário que permeia a realidade da saúde dos brasileiros, no que tange ao crescente número de cirurgias bariátricas, que objetivou este trabalho a análise dos fatores que levam as pessoas com obesidade associada à comorbidades e com obesidade mórbida a procurarem pela cirurgia bariátrica ou indicação médica para a redução do estômago. O sofrimento gerado pela obesidade perpassa as questões sociais e se faz perceber nos indivíduos.

Intenciona-se ainda, analisar o que levou o sujeito optar pela cirurgia, compreender à reação do indivíduo ao saber como se dá o processo, as mudanças que a cirurgia irá exercer em sua rotina, as consequências da cirurgia e a importância da fidelidade no tratamento após a operação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a presente pesquisa foram realizados questionários individuais contendo perguntas relacionadas à temática. Participaram da pesquisa profissionais da área da saúde atuantes no processo de acompanhamento a pacientes do perfil apresentado, assim como, pacientes submetidos à cirurgia bariátrica dentro do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Selecionamos para entrevista uma psicóloga, um médico cirurgião, uma nutricionista, um cardiologista e intensivista, bem como duas mulheres que passaram pela cirurgia bariátrica. O roteiro do questionário foi elaborado com o intuito de esclarecer o tema proposto de forma clara e objetiva. Todos os participantes consentiram em participar da pesquisa através da assinatura de um termo de comprometimento livre e esclarecido, com garantia de sigilo da identificação do participante.

3 DESENVOLVIMENTO

A cirurgia bariátrica, em suas diversas modalidades, tem como proposta uma melhor condição de saúde, visando o conceito adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1948: "Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença", objetivando uma maior expectativa de vida saudável para o paciente.

Atualmente existem três tipos de procedimentos para realização da cirurgia bariátrica. Esses procedimentos podem ser mais ou menos invasivos. Segundo o Site da SBCBM (Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica) esses procedimentos podem ser:

Restritivos- que diminuem a quantidade de alimentos que o estômago é capaz de comportar. Disabsortivos- que reduzem a capacidade de absorção do intestino. Técnicas mistas: com pequeno grau de restrição e desvio curto do intestino com discreta má absorção dos alimentos. (SBCBM, 2010).

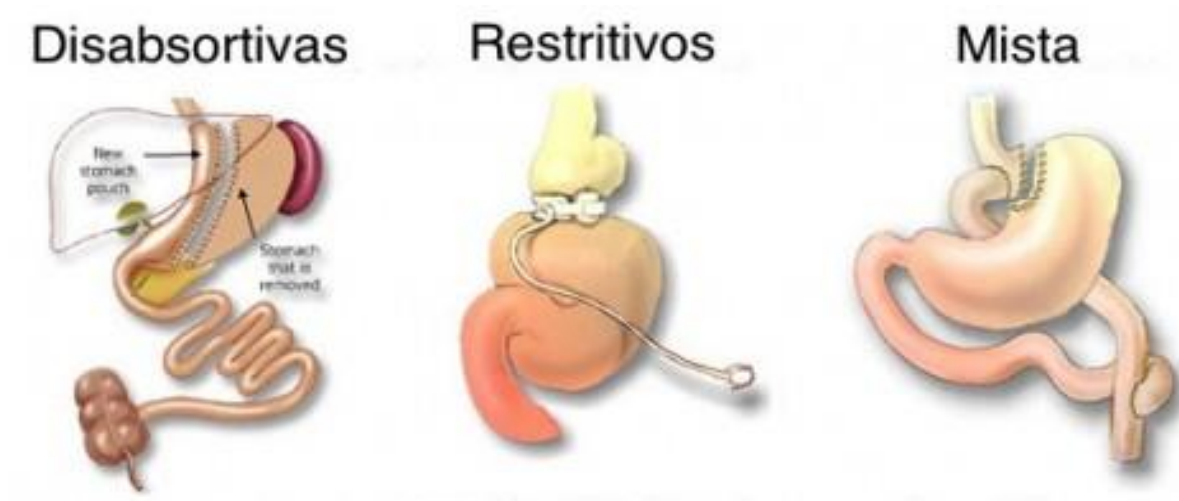


Figura 1: procedimentos que podem ser utilizados na cirurgia Bariátrica. Nutrição e assuntos diversos.

A vídeo laparoscopia (procedimento menos invasivo) tem sido a mais utilizada e procurada pelos pacientes. Nesta técnica são feitas mini incisões por onde passam cânulas e câmera de vídeo. De recuperação mais rápida, menos dolorida e sem muitos problemas adaptativos.

Das quase 60 mil cirurgias bariátricas realizadas em 2010 no Brasil, 35% foram feitas via vídeo laparoscopia. A taxa de mortalidade média é de apenas 0,23% - abaixo do índice de 1% estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) -, contra 0,8% a 1% da cirurgia aberta (laparotomia). (SBCBM - 2010).

Além das questões relativas a saúde física dos indivíduos obesos, o padrão estético moderno ainda é capaz de desviar este objetivo, influenciando psicologicamente o paciente que busca este auxílio, reduzindo o ato cirúrgico, muitas vezes, a uma questão de aparência social e não de saúde. Ballone, 2003, citado por Santos e Guimarães (S/D) afirmam: “a pessoa obesa sofre um preconceito pela dificuldade nos relacionamentos sociais e afetivos, problemas para encontrar empregos e até mesmo quadros psiquiátricos consequentes desta marginalização (p.1)”. Essa situação estimula o surgimento de várias questões psíquicas que influenciam drasticamente o paciente antes, durante e depois da cirurgia bariátrica.

Para que uma pessoa possa ser considerada candidata à cirurgia bariátrica, é necessário que seu índice de massa corporal (IMC) seja maior do que 40 kg/m², ou esteja acima de 35 kg/m² com comorbidades associadas à obesidade (diabete tipo II, apneia do sono, hipertensão arterial, dislipidemia, doença coronariana, osteoartrites e outras) (FLORES, 2014, p.59)- (Tabela 2)

Para a prática cirúrgica é necessário cumprir alguns requisitos. Após um período de tratamentos clínicos tradicionais malsucedidos, é indicado o ato cirúrgico na modalidade mais viável para os pacientes em estado de obesidade associada à comorbidades e aos pacientes com obesidade mórbida, de grau III. O paciente passa por uma equipe multiprofissional composta por médicos (cardiologista, endocrinologista, anesthesiologista, psicólogo e nutricionista), que realizam avaliações clínicas e solicitam exames pré-operatórios, percurso que dura de dois a três meses. Dentre as avaliações, ocorre a atuação do psicólogo que irá proporcionar um equilíbrio emocional para o sucesso da cirurgia e a permanência da decisão. De acordo com Flores “O psicólogo, durante o processo de avaliação deve estar preparado para investigar aspectos emocionais, psiquiátricos e cognitivos que podem influenciar o resultado da operação” (2014, p.59).

IMC	Classificação
-----	---------------

Abaixo de 18,5	Baixo peso
Entre 18,6 e 24,9	Peso ideal (parabéns)
Entre 25,0 e 29,9	Sobrepeso
Entre 30,0 e 34,9	Primeiro grau de obesidade
Entre 35,0 e 39,9	Segundo grau de obesidade
Acima de 40	Obesidade grave

Quadro 2: Dados qualificadores de peso. Fonte: (PORTAL DA SAÚDE; 2013)

De todos os procedimentos técnicos pelos quais o paciente obeso passa, existe uma grande importância na avaliação psicológica, assim como nos demais exames. Porém, o acompanhamento do estado emocional do paciente auxilia em sua adaptação a nova rotina e melhora sua saúde como um todo, desde o momento pré-operatório, passando pela cirurgia até o momento pós-operatório. Assim, as chances de transtornos pós-operatórios diminuem propiciando uma boa recuperação e conseqüentemente a melhora da saúde, da autoestima, da reinserção social, dentre outros fatores que estavam em crise até então.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as pessoas que responderam ao questionário, três mulheres na faixa do 20-30 anos, e um homem de 42 anos, submetidos ao mesmo

procedimento cirúrgico, foram unânimes em afirmar a importância dos profissionais de Psicologia e Nutrição.

Todas tinham qualidade de vida prejudicada devido à obesidade e tinham também comorbidades que colocavam suas vidas em risco. Sobre a ansiedade, durante uma conversa informal, enquanto elas respondiam ao questionário, duas delas relataram que sofriam preconceito e apesar do peso, não conseguiam se ver tão obesas assim. Parece que a percepção corporal não era real, o que fazia aumentar o sofrimento.

Quanto ao ato cirúrgico, relataram da dificuldade da cirurgia e utilizaram palavras como: “invasiva, dolorida e recuperação difícil”. O processo de recuperação é de fato o mais complicado porque a perda de peso inicialmente é rápida tanto que uma das entrevistadas confessou que nesta fase posterior e até hoje, não conseguia se perceber mais magra e continuava a esquivar-se em passar por lugares mais estreitos e ainda comprava roupas de número maior, apesar de já ter emagrecido 30 kg.

Quanto as perspectivas futuras foram otimistas. Disseram estar convictas de conseguir alcançar os objetivos da cirurgia (perda de peso e melhora da saúde geral), e já fazem planos futuros com ter filhos, casar-se novamente, arrumar um emprego e livrar-se do estigma que ronda a obesidade. Uma delas inclusive pretende renovar seus votos matrimoniais e alcançar mais um sonho que é o de vestir-se de noiva, já que quando se casou, já era obesa e não conseguiu entrar em nenhum vestido. O homem disse ter alcançado uma melhora da saúde como um todo, bem como uma qualidade de vida maior.

Sabemos que uma equipe coordenada e engajada no auxílio ao paciente faz surtir um efeito muito benéfico junto à cirurgia, o grupo terapêutico formado pelos obesos com indicação a cirurgia, possibilita-os falar e ouvir sobre angústias, temores e esperanças.

Atualmente o HECL (Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim – ES) é o hospital de referência na realização desse tipo de cirurgia no Sul do Espírito Santo. A psicóloga entrevistada, psicóloga do referido Hospital, ao falar sobre o seu trabalho junto aos obesos em processo pré e pós-cirúrgico, destacou

que inicialmente esse procedimento era muito mal interpretado. Muitos acreditavam que a cirurgia bariátrica tinha um valor estético e isso impediu que pessoas com obesidade mórbida procurassem o serviço médico para avaliação.

Ela lembrou ainda que o aumento da obesidade no mundo e em número muito grande também no Brasil, deve-se a questões hereditárias e também sociais, como: alimentação inadequada e falta de exercícios.

A seguir ela explicou o procedimento realizado e apresentou alguns números:

“Aqui são realizadas seis cirurgias por semana pelo SUS, temos duas reuniões mensais, uma com o cirurgião e outra com a equipe multidisciplinar, para que o paciente entenda o que é a cirurgia, e o que se tem que fazer (tratamento). Existe uma preparação para que haja concordância e entendimento a respeito do procedimento. Porque tem pacientes que chegam aqui pensando que vão realizar a cirurgia e emagrecer no outro dia, e não é assim que funciona. São vários critério de avaliação para que o paciente tenha liberação para a cirurgia.”

Os critérios são baterias de exames físicos e psicológicos que o paciente faz para que possa estar apto a cirurgia, estando tudo dentro da “normalidade”, o paciente é liberado. O programa que está sendo realizado no Hospital Evangélico, vem crescendo muito e a qualidade também, por isso a fila de espera é grande, 700 pacientes chegam a aguardar em média na fila. Esse número deve-se ao fato do HECI realizar atendimento dessa especialidade para todo o Sul do Espírito Santo.

A faixa etária que procura pelo serviço de cirurgia bariátrica está mudando. De acordo com a psicóloga, inicialmente ela oscilava entre os 18 aos 65 anos, agora não mais. “Vemos a questão mais do peso em si, independente da idade e também a questão da saúde do corpo, porque a obesidade é uma doença multifatorial, o paciente tem que estar em boa forma de saúde, sem complicações. Já operamos adolescentes de 16 anos, mais novo que isso não, mais é raro, assim como os idosos. Outra questão também, e muitíssimo importante é a maturidade do sujeito (entendimento e compreensão das praticas do dia-a-dia de forma geral, etc.). Com a cirurgia gastrectomia vertical, por exemplo, o estomago fica com 150 ml, então quando o sujeito fica com fome, ele

tem que passar por uma reeducação alimentar para que a cirurgia dê certo. Então é um tratamento antes, durante e pós-operatório”.

A orientação nutricional, feita pelo nutricionista e reforçada por toda a equipe, é a ingestão de alimentos saudáveis (comer de três em três horas e em porções menores, alimentos de qualidades), para todos os pacientes. Importante dizer que pacientes que tem compulsão alimentar não são favorecidos pela cirurgia.

A equipe é unanime em afirmar que o número de pacientes com indicação cirúrgica tem crescido, mas a qualidade da cirurgia também tem aumentado. Sobre a qualidade de vida dos pacientes é percebido pela equipe multidisciplinar uma acentuada melhora da auto estima, nos relacionamentos, mas ainda há aqueles que demoram mais tempo para aceitarem a mudança.

Como forma de minorar os impactos da cirurgia sobre a vida do indivíduo, o acompanhamento pós-operatório segue durante dois anos e após esse período, ocorre à liberação para que seja realizado na cidade do paciente. Muitos após esse período têm dificuldades em seguir com o acompanhamento psicológico e nutricional, já que esses tipos de serviço são mais difícil de ser encontrado nas pequenas cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade é considerada uma doença de natureza biológica e também social, nasce e desenvolve-se por questões ambientais e hereditárias, mas, não se pode ignorar o poder social embutido na doença. Dentre as consequências vivenciadas por esses indivíduos estão: preconceito, tabu, exclusão social, doenças graves associadas, nos mais jovens o bullying é presente na maioria dos casos.

Quando da percepção da necessidade de emagrecer "para não morrer", surge a angústia de quem já vem lutando contra todos os sentimentos descritos acima. Medo da cirurgia, medo de encarar uma nova vida, ou de modo contrário, expectativas desmedidas sobre uma recuperação e a chance de recomeçar num outro corpo.

Quanto ao apoio psicológico, percebemos pelas respostas dadas ao questionário, que a maioria acha importante e necessário um acompanhamento antes, durante e depois da cirurgia e que, em algumas vezes, esse apoio é insuficiente para garantir ao indivíduo que passou pela bariátrica, uma aceitação de si.

A falta de continuidade desse apoio tão necessário pode atrapalhar o processo de aceitação desse novo corpo e essa falta de preparo pode ser deflagradora de muitas angústias e surgimento de depressão que por certo será limitadora de uma vivência e qualidade de vida mais plenas.

REFERÊNCIAS

BENTO, I. C; ESTEVES, J. M. M.; FRANÇA, T. E. **Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2389.pdf>

CAMARGO, S. Planeta Sustentável. Publicado em 15/04/2015. 52% dos brasileiros estão acima do peso, revela pesquisa do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticias/52-brasileiros-estao-acima-peso-revela-pesquisa-ministerio-saude-855141.shtml>

FLORES, C. (2014). **Avaliação Psicológica para cirurgia bariátrica: práticas atuais.** Artigo de Revisão 2014;27(Suplemento 1):59-62. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/abcd/v27s1/pt_0102-6720-abcd-27-s1-00059.pdf

Medical TV. Publicado em 26 de setembro de 2012. Obesidade e Cirurgia Bariátrica. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ivJjAbifoW4>>

OMS - Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <http://www.who.int>. Acessado em: 20 de outubro de 2015

Portal Brasil. Publicado em 27/08/2013. Última modificação em 29/07/2014. **Obesidade atinge mais da metade da população brasileira, aponta estudo.** Disponível em <PORTAL BRASIL, Site Oficial do Governo Brasileiro, <http://www.brasil.gov.br/saude/2013/08/obesidade-atinge-mais-da-metade-da-populacao-brasileira-aponta-estudo>>

SANTOS, C; GUIMARÃES, T. **Qualidade de vida dos pacientes que submeteram à cirurgia bariátrica.** Disponível em: <<http://faculdadeobjetivo.com.br/arquivos/QualidadeDeVida.pdf>>

SANTOS, R. C. (2009). **Apoio psicológico pode evitar recaídas após cirurgia bariátrica.** *Jornal da Unicamp*. Ano XXIV, ed. n° 445, p. 8.

SBCBM (Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica) www.sbcbm.org.br/ Acessado em 29 de Julho de 2016.

SELIGMAN, M. E. P. **O que você pode e o que não pode mudar!** Editora Objetiva, 1^a. Edição, 1997

EDUCAÇÃO EM VALORES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS ASPECTOS CONCEITUAIS

Adenilton Pereira Santos⁷

Alex Machado de Oliveira⁸

Donaldson Rodrigues Thompson⁹

RESUMO

As discussões sobre a moralidade na educação perpassam todas as dimensões de ensino, entretanto, os estudos bibliográficos dessa temática na Educação Física ainda são baixos. Isto posto, este trabalho busca de forma basilar a aproximação dos principais conceitos e autores que atravessam a Educação Física e a Escola. Propomos analisar os principais autores utilizados na dissertação "EDUCAÇÃO OLÍMPICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS PARA A DIMENSÃO ATITUDINAL NO COMPORTAMENTO DE ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL (I)" do Centro de Estudos Olímpicos "ARETE", publicada no ano de 2015, como referência de produção científica na temática da educação em valores na Educação Física Escolar. Nossa pesquisa é do tipo qualitativo e de caráter bibliográfico. Os estudos demonstraram a ênfase da Educação Física nas dimensões procedimentais e conceituais, além de uma desmobilização na sistemática de ensino na dimensão do *ser*. A maior parte da bibliografia dos autores vem de três campos do saber: da filosofia, da psicologia e da sociologia.

Palavras-chave: Educação em Valores; Dimensão Atitudinal; Metodologia de ensino.

ABSTRACT

The discussions about morality in education permeate all dimensions of teaching, however the bibliographic studies of this subject in Physical Education are still low. This post, this work seeks in a basic way the approximation of the main concepts and authors that cross Physical Education and the School. We propose to analyze the main authors used in the dissertation "OLYMPIC EDUCATION IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: EVALUATION OF THE EFFECTIVENESS OF SPECIFIC ACTIVITIES FOR THE ATTITUDINAL DIMENSION IN THE BEHAVIOR OF SCHOOLS OF FUNDAMENTAL TEACHING", from the Center for Olympic Studies "ARETE" published in 2015 as reference of scientific production on the subject of education in values in Physical School Education. Our research is qualitative and bibliographical. The studies demonstrated the emphasis of Physical Education in the procedural and conceptual dimensions, besides a demobilization in the systematic of teaching in the dimension of the being. Most of the authors' bibliography comes from three fields of knowledge: philosophy, psychology, and sociology.

Key-words: Education in Values; Attitudinal Dimension; Teaching methodology.

1 INTRODUÇÃO

Durante a socialização, os valores são passados e se transformam através do tempo. Com base nos valores sociais, todos os comportamentos são orientados, e de maneira incidental atravessam nossos modos de vida. Os costumes, hábitos e conceitos servem de base aos valores sociais de uma comunidade. São

⁷ Aluno do curso de Educação Física da Multivix Serra.

⁸ Aluno do curso de Educação Física da Multivix Serra.

⁹ Professor e Coordenador de curso da faculdade Multivix Serra.

aspectos que englobam a região, a cultura, política e as normas da constituição civil (QUEIRÓS, 2004 apud THOMPSON, 2015).

Ainda nesse sentido, La Taille e Menin (2009 apud THOMPSON, 2015) argumentam sobre uma ‘crises’ de valores sociais¹⁰. Estes movimentos é que transformam e atravessam a sociedade de diferentes formas, alteram os modos de vida e as relações humanas. Dessa forma, exemplos e padrões de valores socialmente positivos são fundamentais para crianças e jovens, pois a crise de valores dificulta o entendimento do atual quadro axiológico (VIGANOR, 2014).

A escola tem um modo de intervir nos rumos da sociedade. Ela é influenciada diretamente pela comunidade onde se localiza e exerce duas funções: de absorver o meio e a de tentar modificá-la de acordo com as suas necessidades. As coisas que acontecem fora da escola refletem dentro dela e vice-versa (BASSO, 2012).

Mais ainda: o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos (BRASIL, 2013, p. 115).

No cotidiano da escola, o professor é o orientador e mediador para transmissão dos valores como auxílio na formação dos alunos. A transmissão dos conhecimentos específicos não limita a função do educador da disciplina como agente moral, como afirma Thompson (2015, p.15):

Assim, algumas iniciativas ganham destaque como prováveis saídas para tal situação, sendo a educação umas dessas alternativas. Entretanto, me refiro a uma educação em valores, que rompe a limitação de transmitir somente o saber e que seja comprometido também com o processo moral [...]

¹⁰ Relacionados a dois movimentos: “Crise de valores” que indica a ideia da tradição moral perdida e “valores em crise” onde se traduz uma disputa do novo e da tradição.

O projeto social escolar propõe um processo educacional que visa buscar integração do fenômeno da aprendizagem sobre os conceitos e normas com a dimensão cultural, social e afetiva da humanidade local e universalmente. A instituição escolar age como fomentadora e mantenedora da cultura, os professores são agentes mediadores entre a escola e a sociedade, tendo alunos como aprendizes sociais. Uma complexa rede de conteúdo é formada para uma 'leitura social do mundo' da aprendizagem escolar (COOL ET AL., 2006 apud THOMPSON, 2015).

Baseados em Cool et al. (2000 apud THOMPSON, 2015) numa discussão atribuída à escola como formadora social do indivíduo, fica entendido que não compete somente as dimensões do 'saber' e do 'fazer' - estas privilegiadas didaticamente -, porém, também do 'ser'. O ensino deve ter a qualidade para não mensurar os aspectos intelectuais apenas, mas também os aspectos socioafetivos e morais, resultando numa formação humana global.

Frente a definição que corresponde as dimensões do ensino, Coll et al. (2000) afirmam que deve "saber" (dimensão conceitual), o que se deve "saber fazer" (dimensão procedimental) e "saber ser" (dimensão atitudinal). A partir destas dimensões, o professor deve compor seu fazer didático.

Este trabalho será sustentado em uma revisão bibliográfica, onde houve leitura e estudo dos fatos relatados por autores que estudaram o tema com o objetivo de analisá-los em suas citações acerca do objeto de estudo. Estes autores têm uma preocupação de uma formação integral do indivíduo por meio da escola e a instituição escolar cumprindo sua função social de agente formadora.

Uma pesquisa bibliográfica tem como objetivo analisar resultados de livros, revistas, teses ou outras publicações que outras pessoas já escreveram sobre um determinado assunto. Com isso, a revisão bibliográfica tem a virtude de obter as informações e fornece fundamentação teórica ao trabalho por meio de estudo já pesquisado por outros autores (GIL, 2010). Este trabalho é um estudo exploratório dos autores sobre os conceitos da educação em valores na sociedade e no contexto escolar com o objetivo de relacionar as citações e aprofundar o conhecimento do tema.

A pesquisa foi realizada de uma dissertação de mestrado do Mestre em Educação Física Donaldson Rodrigues Thompson. Tema: Educação olímpica na educação física escolar: avaliação da efetividade de atividades específicas para dimensão atitudinal no comportamento de escolares no ensino fundamental (I) – 2015. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e Desportos. Analisamos especificamente o Capítulo II – Ensino em valores (p. 53 – 68). O método utilizado nesta pesquisa trata-se de método de pensamento reflexivo constituindo um caminho para conhecer a realidade (MARCONI; LAKATOS. 2012). Houve levantamento de dados para uma revisão bibliográfica. Os dados analisados foram obtidos de forma indireta, ou seja, os dados foram coletados por outra pessoa, constituindo-se de um material já elaborado, logo, de fontes secundárias (MARCONI; LAKATOS. 2012).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 VALORES NA EDUCAÇÃO

O contexto educacional recebe a reflexão sobre os problemas sociais e a crise de valores que recai sobre a escola. A instituição promove um processo com potencial para intervenções positivas e trata de questões dos valores sociais e morais (SANMARTIM, 1995 apud THOMPSON, 2015).

Nessa perspectiva educacional, há concordância com Aranha (2006, p. 171): “[...] a educação se tornará mais coerente e eficaz se formos capazes de explicitar esses valores, ou seja, se desenvolvermos um trabalho reflexivo que esclareça as bases axiológicas da educação”.

A literatura acadêmica tem consenso sobre a importância de uma formação integral pela educação, mas no cotidiano escolar apresenta uma prática pedagógica priorizando, praticamente, as aquisições intelectuais. Darido (2003) afirma que a Educação Física brasileira tem dificuldade num avanço metodológico para além do saber prático, demonstrando que a disciplina precisa ir além da prática física.

Se propusermos uma educação com formação integral do aluno, é primordialmente necessária uma equação do ensino moral para as demais facetas do ensino (THOMPSON, 2015).

Zabala (2000 apud THOMPSON, 2015) afirma que é a partir do tratamento e desenvolvimento dos valores no contexto escolar que a instituição se sensibiliza às demandas sociais, independente do meio social e cultural para cumprir sua função formadora.

A axiologia é uma experiência tipicamente humana, os objetivos da escola são fundamentais para suprir as finalidades teleológicas da formação de valores que orientam as práticas (THOMPSON, 2015).

Segundo Saviani (1993, p.55)

Os valores indicam as expectativas, as aspirações que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e à sua situação histórica; como tal, marcam aquilo que deve ser em contraposição àquilo que é. A valoração é o próprio esforço do homem em transformar o que é naquilo que deve ser.

Os valores e os processos de valoração estão intimamente relacionados. Sem os valores, o processo de valoração perde o sentido e vice-versa. Quando colocamos aquilo que *deve ser* por meio dos valores com o objetivo de formação humana, podemos definir objetivos à educação e modelo de ser humano socialmente desejado. A educação tem uma função para promoção do ser humano e os objetivos são alvos para o indivíduo daquilo que *deve ser*. As necessidades humanas têm objetivos traçados pela educação por meio dos valores e da valoração para alcance e transformação da condição social do é para o que *deve ser* (Saviani, 1993).

Segundo Cortella; La Taille (2005, apud THOMPSON, 2015, p. 55).

[...] a escola precisa urgentemente assumir sua tarefa, pois é a única instituição que ainda tem legitimidade social para tanto, a única que no fundo, diz respeito a todo mundo, visto que, em algum momento da vida, todo mundo é aluno ou professor, pai ou irmão de aluno [...] Ou seja, a escola ocupa um lugar central na sociedade.

2.2 DIMENSÕES DO ENSINO

Como visto acima, da mesma forma que a dimensão axiológica da educação precisa ser objetivada e explicitada, podemos propor valores como conteúdos educacionais. Coll et al (2000 apud THOMPSON, 2015) determinam o conteúdo em uma seleção social de formas diferentes de saberes culturais, de conceito, de atitudes, de valores, de técnicas, de fatos, de abstrações, de sentimentos, de habilidades, de linguagens e ideias que, para a formação humana e socialização escolar, são socialmente essenciais.

Darido (2012, p.51) faz uma importante síntese sobre o tema:

É importante ressaltar que nem todos os saberes e formas culturais são suscetíveis de constarem como conteúdos curriculares, o que exige uma seleção rigorosa da escola (LIBÂNEO, 1994; COLL et al., 2000). Assim, conteúdos formam a base objetiva da instrução-conhecimento sistematizada e são viabilizados pelos métodos de transmissão e assimilação. Libâneo (1994), do mesmo modo que Coll et al. (2000) e Zabala (1998), entende que conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida. Dessa forma, quando nos referimos a conteúdos, estamos englobando conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho, de lazer e de convivência social, valores, convicções e atitudes.

Com esta citação, o conceito do conteúdo tem o território ampliado, e abrangendo as demais capacidades, não só as capacidades cognitivas, reposicionando e evidenciando seus saberes que antes estavam subentendidos no currículo escolar. Esta definição ampla dos conteúdos torna as aprendizagens 'ocultas' visíveis e potencializa a importância destes saberes e sua pertinência na formação humana.

As intervenções e ações educativas buscam por meio destes conteúdos alcançarem os objetivos para a formação social humana. Das mais variadas possibilidades dos objetivos didáticos para a finalidade são apropriadas que no contexto escolar deve-se a distribuição ou agrupamento para formação humana em três tipos citados por Zabala (2006 apud THOMPSON, 2015) de acordo com

aquilo que os alunos devem 'saber', 'saber fazer' e 'ser', ou seja, em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais¹¹.

A apresentação destes autores sobre a abordagem dos conteúdos dentro do processo educacional considera uma diferenciação teórica dos mesmos. Vale ressaltar que as diferenciações não são apenas terminológicas, mas cada um com a ideia de romper certa tradição pedagógica, dando permissão a um ensino sistemático e planejado com formas culturais e sociais de conhecimento, não somente de conceitos e fatos (LERINA, 2014 apud THOMPSON, 2015).

De uma forma resumida, digamos que os conteúdos conceituais buscam abordar os fatos, os conceitos e as racionalizações. Dentro do contexto escolar são os saberes mais valorizados tradicionalmente. Muitas vezes constituem a maioria dos conteúdos de ensino nos currículos (ZABALA, 2006 apud THOMPSON, 2015). Esta dimensão permite um aprendizado por meio de uma rede de conceitos. Os sujeitos analisam a realidade, os determinados dados sociais e os interpretam.

Outra dimensão de ensino são os conteúdos procedimentais. No ensino escolar eles estão presentes juntamente com os conceitos em todas as etapas. Estão em um conjunto de técnicas, habilidades, estratégias, hábitos, rotinas, métodos e etc. É a dimensão do 'saber fazer'. Refere-se as ações de forma ordenada para execuções e alcance de um fim (COLL ET AL., 1998;2000;2006; ZABALA, 1998 apud THOMPSON, 2015).

A dimensão procedimental deve atravessar a simples comprovação prática dos procedimentos. O saber concreto é fundamentado na sua funcionalidade e ordenado a execução nas exigências da vida diária em suas diferentes tarefas. Portanto, sua generalização é necessária, os componentes, a saber, das ações e decisões, suas ocorrências e condicionais, adaptação para contextos diferentes e no futuro criar outros procedimentos (COLL ET AL., 2000 apud THOMPSON, 2015).

¹¹ Segundo Coll et al (2000) as dimensões relacionam entre si de forma complementares sem estruturas excludentes, orientando os professores na prática pedagógica.

E finalmente uma terceira dimensão do ensino vem a tratar dos conteúdos atitudinais. Coll et al. (2000 apud THOMPSON, 2015) consideram a atitude como um construto hipotético. Em outras palavras, mesmo que não seja possível observar diretamente e mensurar, supomos que existe um processo ou entidade.

Três pequenas definições são apresentadas por Coll et al. (2000 apud THOMPSON, 2015, p. 59).

Uma organização duradoura de processos motivacionais, emocionais, perceptivos e cognitivos em relação a algum aspecto do mundo do indivíduo (Krech e Crutchfield).

Uma tendência ou predisposição do indivíduo para avaliar um objeto ou o símbolo desse objeto (Kartz e Stotland).

Uma predisposição relativamente estável da conduta em relação a um objeto ou setor da realidade (Castilejo).

A dimensão atitudinal aborda não somente o comportamental, mas também contempla os valores sociomoraes e as normas. Porém, é importante destacar as diferenças das atitudes e normas, ainda que esteja na mesma dimensão de ensino. Contextualizando, Acedo, Darido e Impolcetto, (2014, apud THOMPSON, 2015, p. 59) apresentam uma definição de valores, atitudes e normas, e a forma como se correlacionam.

[...] os valores dizem respeito a princípios ou ideias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre condutas e seu sentido, e são exemplos de valores a liberdade, respeito, fraternidade e responsabilidade; entende-se por atitudes as predisposições relativamente estáveis das pessoas realizarem sua conduta de acordo com valores determinados, sendo exemplos a cooperação com um grupo, a participação em tarefas escolares e ações de respeito ao meio ambiente; por sua vez, normas são regras e padrões de comportamento aos quais todos os membros de um grupo social devem obrigatoriamente seguir, determinadas pelos valores coletivamente compartilhados.

Os valores no contexto educacional são pilares que direcionam o ensino. São estruturadas de acordo com a vivência social, afetiva e aspectos subjetivos.

A dimensão atitudinal também se faz nas normas. Coll et al (2000, apud THOMPSON, 2015) dizem que “as normas sociais são definidas como padrões

de condutas compartilhados pelos membros de um grupo social”. As normas são construídas ao longo do tempo, de acordo com as culturas estabelecidas e sociedades que ali vivem, dependendo de um contexto histórico dialético onde vamos construindo sínteses do que discutimos e melhorando de acordo com a moral. Criamos a ética e as regras de acordo com nossos vieses, nossas ações e da moral a sociedade que estamos inseridos sendo proveitoso para a sociedade ou não.

É dividido em três etapas o processo de aprendizagem das normas segundo Coll et al. (2000):

- Aceitação: é a submeter a essa posição social, sem compreender a necessidade ou razão que ele está inserido;
- Conformidade: é uma reflexão sobre as regras que pode ser voluntária ou pelo reconhecimento de seu papel social onde ela é forçada a exercer sem sua vontade e é conformado pelo sistema;
- Interiorização: compreende a necessidade de regras e ordem para vida diária.

As dificuldades enfrentadas pelos professores na atualidade são recorrentes nos conflitos do meio social que as crianças vivem, que geralmente tem comportamentos conturbados no contexto da instituição pública no meio social que os alunos estão inseridos (THOMPSON 2015).

A escola tem um papel fundamental para auxiliar esses educandos no ensino de valores, trabalhando na Educação Física a dimensão atitudinal na formação de valores de uma forma dinâmica, ensinando normas e atitudes.

Assim, dentro de uma perspectiva de Educação e também de Educação Física, seria fundamental considerar procedimentos, fatos, conceitos, atitudes e valores como conteúdos, todos no mesmo nível de importância. Nesse sentido, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber o porquê dele realizar este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual) (DARIDO, 2012 apud THOMPSON. 2015, p. 62).

2.3 A DIMENSÃO ATITUDINAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A Educação Física é uma área de conhecimento que trata da cultura corporal de movimento. Estuda as práticas corporais construídas e desenvolvidas pela humanidade ao longo do tempo.

[...] Apropriamo-nos da compreensão de Soares et al (1992) de que a cultura corporal humana é um conhecimento sócio-histórico produzido e acumulado pela humanidade que ao mesmo tempo em que o homem constrói a sua corporeidade ele também produz e reproduz uma cultura (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Com relevância social, a Educação Física foi promulgada como componente curricular na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e a legitimou como disciplina na educação básica (GONZÁLEZ; FRAGA, 2012). O artigo nº 26 § 3º da LDB (BRASIL, 1996, p. 45) diz sobre a obrigatoriedade da Educação Física como conteúdo nos currículos da educação básica:

A Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar sendo facultativa nos cursos noturnos.

Depois de confirmado a Educação Física como disciplina obrigatória, seguindo a mesma direção, mais dois documentos referem-se como componente curricular. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) resolvem propor uma Educação Física a favorecer a autonomia das práticas corporais, das atividades da vida social e diária e “conhecer/vivenciar/experimentar” a cultura corporal do movimento em suas diversas manifestações de modo ativo (THOMPSON, 2015). De acordo com Barbosa (2001, apud THOMPSON, 2015, p. 63):

É esse poder legal, representado por leis e decretos, que confere a Educação Física o “status” de disciplina obrigatória do currículo escolar da Educação Básica, permitindo que sua ação pedagógica se exerça com autoridade e legitimidade [...]

A validação destes documentos norteadores demanda e estabelece a necessidade de propostas didático-metodológicas para suprir os princípios e objetivos do ensino, visando formar normas, atitudes e valores como componentes de conteúdo da educação formal (THOMPSON, 2015).

Os conteúdos são conhecimentos e saberes, como visto acima, organizados e agrupados de uma forma didático-pedagógica, com objetivo final dos alunos de assimilarem e aprenderem para aplicação prática nas atividades e demandas geradas em suas vidas pessoais e sociais. Assim, como afirma Thompson (2015, p. 64):

“Podem tomar a forma de ideias, conceitos, fatos, leis e teorias científicas, habilidades, valores, racionalizações, hábitos e atitudes que tem em vista os diversos processos de socialização viabilizados por métodos de transmissão e assimilação ativos”.

Porém, nem todos os conhecimentos e saberes são conteúdos da escola. São seleções que, prioritariamente fundamentais, possuem base para a formação humana para a prática social. Isso tem o sentido de definição concreta, pode variar no tempo e espaço conduzidos por seleções culturais e/ou políticas. Com isso, o conhecimento e conteúdo da Educação Física escolar deve abranger as diversas práticas do movimento e da cultura humana, como fatos, conceitos, habilidades, atitudes, valores e normas. Não pondo apenas em evidência a sua ação prática ou aspectos motores, mas abrangendo todas as dimensões de ensino e seus significados (THOMPSON, 2015).

De acordo com a afirmação de Freire (1992, APUD THOMPSON, 2015, p. 64), o movimento corporal pode ser interpretado e desenvolvido como um recurso pedagógico, pois “[...] a educação física escolar está na formação das crianças, principalmente enfatizando o quanto pode ser importante à motricidade para o desenvolvimento da inteligência, dos sentimentos e das relações sociais”.

Trabalhos acadêmicos como Darido; Souza Júnior (2007), Freire; Oliveira (2004), Darido; Rangel (2005) e os documentos oficiais como Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) tiveram o objetivo de identificar conhecimentos e conteúdo que podem constituir o currículo da Educação Física no contexto escolar (THOMPSON, 2015).

A Educação Física possui um histórico de priorizar pedagogicamente uma prática docente o desenvolvimento de conteúdos procedimentais. Diferentemente das outras disciplinas, estudos de Darido; Rangel (2005) e Freire

et al. (2010) demonstram que a Educação Física tendenciosamente enfatiza o ensino procedimental em detrimento das outras dimensões de ensino (THOMPSON, 2015).

Mas as várias demandas sociais e lógicas de ensino demonstram a quebra de barreiras na área com a participação das demais dimensões do ensino. Darido (2012, p. 55) seguindo a argumentação afirma:

Com essa leitura da prática pedagógica, os PCNs da área da Educação Física sugerem que as atitudes, os conceitos e os procedimentos dos conteúdos sejam trabalhados em toda a dimensão da cultura corporal, envolvendo, dessa forma, o conhecimento sobre o corpo, esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas (BRASIL, 1998b).

A Educação Física na sua dimensão atitudinal no contexto escolar é estudada por diversos autores. Os mais destacados, segundo Thompson (2015), são: Freire; Oliveira (2004), Darido (2005), Darido; Rangel (2005), Sanches Neto; Betti (2008), Rodrigues; Darido (2008), Brasil (1997). Dentro desse contexto, foram feitas pesquisas sobre a escolha de conteúdos na Educação Física escolar, apontando que a construção dos valores e atitudes transversais são evidenciadas na literatura pedagógica (FREIRE; OLIVEIRA, 2004 APUD THOMPSON, 2015) e na seleção de conteúdos as características de valores mais relatadas e priorizadas para formação humana são: “cooperação, respeito e solidariedade” (SILVA; FREIRE, 2007 APUD THOMPSON, 2015).

Além da liderança da dimensão procedimental na Educação Física escolar, a dimensão atitudinal também está presente nas aulas de Educação Física sem que o professor perceba, entrando no currículo oculto escolar (THOMPSON, 2015).

A falta de planejamento da dimensão atitudinal e a sistematização da educação física permanecem no currículo oculto. O currículo oculto é “[...] constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes [...]” (SILVA, 2002, apud THOMPSON, 2015).

Constantemente essa característica implícita da dimensão atitudinal não permite o professor de certas aprendizagens aos alunos. Com isso, o professor tende a ensinar certo conteúdo e os alunos acabam aprendendo outro que não está ligado ao do professor (FREIRE ET AL., 2010). De acordo com Tavares (2012 apud THOMPSON, 2015), os professores de Educação Física, em muitas vezes, não sistematizam ou não planejam o ensino atitudinal, deixando apenas em caráter incidental e exortativo. Martins; Freire (2008) observaram que na aula de um professor de Educação Física muitos momentos de aprendizagem de valores, atitudes e normas que foram surgindo não foram planejados pelo professor, com isso, muitos desses momentos foram perdidos ou não foram potencializados.

Nesse sentido, Rodrigues; Darido (2008) tiveram resultados parecidos ao investigar uma professora que aplica seu ensino em cima das três dimensões de ensino. Questionada sobre a dimensão atitudinal, ela revela que aplica essa dimensão somente em situações que “[...] necessitam de intervenção imediata [...]” (p. 59), ou seja, de maneira incidental.

A Educação Física foi marcada e introduzida por valores de legitimação, como a disciplina de força, a saúde e pelos benefícios orgânicos. Esses valores implícitos dá disciplina a abordagem do componente curricular atitudinal nas aulas (DARIDO; RANGEL, 2005).

A dimensão atitudinal dentro da Educação Física pode discutir seus conteúdos, vivenciar, e apresentar aos alunos temas da resolução de conflitos, solidariedade, os gêneros a inclusão social e cultural com temas concernentes da disciplina (THOMPSON, 2015).

O ensino de valores ultrapassa a essa dimensão procedimental da prática física, possibilitando aprendizagem de socialização, respeito e a moral dessas condutas aplicadas aos educandos, assim, abrindo diferentes práticas corporais na formação cultural e social do indivíduo, (DARIDO; RANGEL, 2005 apud THOMPSON, 2015).

Forquin (1993) afirma que o conteúdo que se transmite na Educação é sempre alguma coisa que nos precede, ultrapassa e institui-nos

enquanto sujeitos humanos. Essa produção pode ser denominada perfeitamente de cultura. Em consonância com o autor, podemos dizer que todo esse patrimônio construído ao longo do tempo pela Educação Física pode-se denominar de cultura corporal, cultura corporal de movimento ou cultura de movimento, como vem sendo feito por diferentes autores e linhas pedagógicas da Educação Física (DARIDO, 2012, p. 63).

A cultura corporal do movimento tem diversas estruturas e conteúdos com potencial para formação social atitudinal dos alunos por meio da Educação Física escolar (DARIDO, 2012, p. 63):

Por se tratar de um conjunto diversificado e riquíssimo de saberes, há significativa importância em transmitir os conhecimentos da cultura corporal de movimento nas aulas de Educação Física escolar. Esses conhecimentos são indispensáveis para que o aluno tenha uma compreensão da realidade em que está inserido, possa exercer ação consciente e segura no mundo imediato e, além disso, amplie seu universo cultural. Em outras palavras, espera-se que os conhecimentos adquiridos na disciplina de Educação Física tornem as pessoas capazes de compreender o papel que devem desempenhar nas mudanças de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como ajudem-nas a adquirir conhecimentos necessários para que isso ocorra (MOREIRA; CANDAU, 2008).

De acordo com Darido (2005) e Thompson (2015), a Educação Física escolar proporciona inerentes conteúdos de atitude e respeito aos adversários em jogos/esportes, não importa o nível de habilidade motora de cada indivíduo, sendo alto ou baixo, valorizando os jogos e brincadeiras regionais, visando a prática corporal como uma qualidade de vida e jogos e esporte como estilo de vida ativa, com hábitos saudáveis contra o sedentarismo.

Esse é o caminho para o desenvolvimento desses conteúdos atitudinais específicos que a Educação Física escolar proporciona: o prazer e o significado de transcender a simples prática da atividade física (THOMPSON, 2015).

A cultura corporal do movimento pode possibilitar os objetivos e metas para a formação humana global. Com essas bases os professores têm possibilidades de planejar e aplicar essa dimensão de ensino em cada contexto escolar e social (THOMPSON, 2015).

A escola, junto com a Educação Física no ensino, deve proporcionar diversos saberes da cultura corporal do movimento na dimensão atitudinal. Dessa forma,

todos os alunos aprenderão as dimensões de ensino possibilitando o conhecimento do 'se mover' de modo autônomo e global (THOMPSON, 2015).

Concordamos com Queirós (2004), La Taille e Menin (2009) quando dizem que os valores são construções sociais que transformam e atravessam a sociedade com o passar dos tempos. Os costumes e hábitos positivos servem de base para crianças e jovens. Portanto, segundo os autores Brasil (2013) e Cool et al. (2006), a escola foi a instituição mais reconhecida para a transmissão dos valores, com os professores atuando como mediadores de um projeto social.

Ademais, concordamos com Cool et al. (2000) e Zabala (2006), que afirmam que essa aprendizagem deve passar por três dimensões de ensino: o 'saber' (conceitual), o 'fazer' (procedimental) e o 'ser' (atitudinal). Dentro da Educação Física para que o professor saiba passar esses valores da educação escolar mais clara para os alunos sem priorizar qualquer uma dessas dimensões.

Já em Sanmartim (1995) e Aranha (2006), concordamos com a argumentação que a importância dos valores recai em cima da escola, pois é onde promove essas ideias que é papel da escola.

Compartilhamos com Darido (2003) e Zabala (2006), quando afirmam que a escola prioriza as dimensões conceituais e procedimentais, logo, a Educação Física segue o mesmo caminho. A disciplina precisa avançar na sua metodologia, buscando atender as três dimensões simultaneamente.

Na literatura de Zabala (2000), Saviani (1993) e Cortella; La Taille (2005), concordamos com os autores quando afirmam que a educação promovida pela escola se preocupa com as demandas sociais. A escola acaba assumindo a função formadora para a promoção do ser humano.

Cool et al. (2000), Darido (2012) e Zabala (2006) dizem sobre os conteúdos das dimensões do saber. Concordamos que há diferentes contextualizações de conteúdos abrangendo de uma forma ampla todos os saberes.

Concordamos quando Cool et al. (2000), Acedo, Darido e Impolcetto (2014), quando afirmam que as atitudes são compostas pelo comportamento, valores sociomoraes e as normas. Estes princípios vão nortear o indivíduo em sua

conduta e emitir valor de juízo. Em seguida, compartilhamos com os autores Darido (2012) e Thompson (2015) sobre a complexidade de trabalhar valores em um ambiente de conflito social e que a escola deve introduzir a valoração.

Especificamente sobre a Educação Física, os autores definiram o que é a disciplina e o porquê de ela estar inserida como conteúdo curricular. Concordamos com Thompson (2015) quando afirma que depois que a Educação Física foi legitimada como disciplina os conteúdos passaram a ser organizados e sistematizados buscando atender todas as dimensões do ensino para as práticas corporais dentro da cultura corporal de movimento.

Concordamos com Darido; Rangel (2005), Freire et al. (2010), quando criticam que a Educação Física tem, de forma tendenciosa, enfatizado o ensino procedimental em detrimento das outras dimensões. Compartilhamos com Thompson (2015), Silva (2002), quando afirmam que mesmo que o professor não tenha planejado a dimensão atitudinal em suas aulas, ela entra como currículo oculto, nos valores implícitos na disciplina. Mas Tavares (2012), Martins; Freire (2008), Freire et al. (2010) e Rodrigues; Darido (2008) alertam para o ensino dos valores não planejados, ou atuados apenas de forma exortativa, que fragiliza o processo.

Concordamos com Darido (2005) e Darido (2012), quando afirmam que a Educação Física possui valores inerentes à disciplina. O respeito, a cooperação, a afetividade e demais valores ultrapassam os procedimentos em seus vários conteúdos, como jogos, brincadeiras, esportes, lutas, danças e etc., independente da habilidade motora de cada indivíduo. São conteúdos diversificados para compreensão da realidade possibilitados pela cultura corporal de movimento visando uma formação humana positiva.

3 CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta revisão permitiu perceber a importância como o tema é tratado pelos autores, a preocupação de um indivíduo íntegro e um acesso mais amplo a educação de valores. Possibilitou a identificação da necessidade

do estudo sobre valores, a aplicação delas, as metodologias e as dificuldades de colocá-las em prática por causa das mudanças no contexto escolar, no âmbito familiar e social.

Todos os autores analisados preconizam o ensino dos valores e levam ao entendimento que as experiências internalizadas da valoração norteiam o indivíduo em suas decisões diante dos acontecimentos de forma socialmente positiva. Os valores têm que se tornar um hábito, de próprio esforço e gerando expectativas frente às situações.

Desta forma, vem junto a necessidade de ampliar os currículos com parâmetros mais aprofundados para o processo de ensino-aprendizagem. Percebe-se a necessidade de conhecer o aluno para uma melhor atuação em sua vida estudantil. Estes conhecimentos das dimensões do ensino são de grande influência no seu desenvolvimento e cabe ao professor atuar como um mediador de conflitos, de forma imparcial, mas humanizada, para contribuir no desenvolvimento educacional do aluno.

Conclui-se, então, que as ferramentas essenciais para a formação do educando são: a educação de valores, a mediação e a intervenção do professor.

REFERÊNCIAS

ACEDO, L. M.; DARIDO, S. C. ; IMPOLCETTO, F. M. **Valores e Atitudes na produção científica da Educação Física brasileira: tendências e perspectivas. Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 13, p. 149, 2014.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Ed. Moderna, 2006.

BARBOSA C. de A. **Educação Física Escolar: as representações sociais**. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

BUISMAN, A.; van ROSSUM, J. **Values and value clarification in sports**. In: STEENBERGEN, J.; De KNOP, P.; ELLING, A.H.F. (Eds.) *Values and Norms in Sport*. Oxford: Meyer & Meyer Sport, 2001, pp. 117-136.

BRASIL, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833-27841. Seção 1.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília, DF, 1997.

COLL, C et al. **Psicologia e currículo: uma aproximação pedagógica à elaboração do currículo escolar**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

CONFED. **Resolução CONFED nº 2006/2010**. Disponível em: Acesso: 26/03/2013.

CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. de. **Nos Labirintos da Moral**. Campinas, S.P.: Papyrus, 2005.

DARIDO, S. C. **Os conteúdos da Educação Física na escola**. In: DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola**. Rio de Janeiro. Guanabara, 2003.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola: conteúdos, suas dimensões e significados**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 51-75, v. 16.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria da Educação. Guia de implementação / Secretaria da Educação. Vitória: SEDU, 2009. **Currículo Básico Escola Estadual**. p. 111.

FREIRE, João B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Scipione, 1992.

FREIRE, E. S.; MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. **Educação Física no Ensino Fundamental: identificando o conhecimento de natureza conceitual, procedimental e atitudinal**. Motriz, Rio Claro, v.10, n. 3, p. 140-151, set./dez. 2004.

FREIRE, E.S. et al. **A Dimensão Atitudinal nas aulas de Educação Física: conteúdos selecionados pelos professores**. Revista de Educação Física/UEM, v.21, n.2, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. p. 29 e 30.

GOERGEN, P. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 76, Outubro/2001 147-174.

GONZÁLEZ, F. J; FRAGA, A. B. **Afazeres da Educação Física na escola: planejar, ensinar, partilhar**. Erechim: Edelbra, 2012. p. 42.

LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. (org.). **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**.-7 ed.- 7. reimp. –São Paulo, 2012. p. 43.

QUEIRÓS, P. **Para um novo enquadramento axiológico na participação de crianças e jovens no desporto**, p. 187-198 In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, 607 p.

SANMARTÍN, M. Valores Sociales y Deporte: **La Actividad Física y el Deporte como transmisores de valores sociales y personales**. Madrid: Ed. Gymnos. 1995.

SILVA, A. R.; FREIRE, E. S. **a Educação Física escolar e a dimensão atitudinal: conteúdos selecionados e estratégias de ensino utilizadas pelos professores**. Motriz, Rio Claro, v. 3, n. 2, p. S311-S32, 2007..

TAVARES, O.; BELÉM, C; GODOY, L.; TURINI, M.; GOMES, M.; TODT, N. **Estudos Olímpicos**. In: DaCOSTA (Org.) Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005, pp. 751-753.

THOMPSON, D.R (2015, p.66). **Educação em valores: ensino de valores nos séries iniciais**

THOMPSON, D. R. **Educação olímpica na educação física escolar: avaliação da efetividade de atividades específicas para a dimensão atitudinal no comportamento de escolares do ensino fundamental (i)**. 2015. Dissertação de mestrado. P.53-68. Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

VIGANOR, E. S. **Educação Olímpica no Ensino Médio: validação qualitativa de um material didático de educação em valores por meio do esporte**. 2014. [?], 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos.

ZABALA, A. **Os enfoques didáticos**. In: COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006, p.153-196.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPEUTICA EM UM PACIENTE PÓS-OPERATORIO DE EPIFISIODESE: UM ESTUDO DE CASO

PHYSIOTHERAPEUTIC INTERVENTION IN A POSITIVE EPIPHYSIODESE PATIENT: A CASE STUDY

Caio Jorge Figueiredo De Oliveira¹

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a intervenção do tratamento fisioterapêutico no pós – operatório de um paciente submetido à cirurgia de Epifisiodese (EP). A metodologia do presente estudo quanto à natureza é aplicada e quanto à abordagem quantitativa. Quanto aos meios, pesquisa de campo. Quanto aos objetivos, descritiva. O instrumento de coleta de informações foi realizada a partir de dados primários e secundários, livros, ficha de avaliação. O estudo foi composto de 1 paciente, de uma determinada clínica numa cidade situada no Vale do Mucuri. A análise de dados foi feita após criteriosa separação das informações, onde o paciente assinou um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo I). Os dados coletados e analisados demonstraram que diante do exposto, se faz importante à intervenção fisioterápica nos casos de pós-operatórios de EP, foi considerada satisfatória a assistência Fisioterapêutica ao paciente. Concluímos diante do exposto que a Fisioterapia é importante no pós-operatório de EP, para o ganho de amplitude de movimento, força muscular e melhora da qualidade de vida e da capacidade funcional do indivíduo. Observou-se ainda uma carência de artigos e livros que abordassem especificamente a EP, principalmente no que se tratava a fisioterapia, onde não foram encontradas referências sobre o assunto.

Palavras-chave: Intervenção do Fisioterapeuta, EP, Desigualdade de Comprimento de Membros Inferiores.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the intervention of the physiotherapeutic treatment in the postoperative period of a patient submitted to the EP surgery. The methodology of the present study regarding nature is applied and the quantitative approach. As for means, field research. Regarding the objectives, descriptive. The instrument of information collection was made from primary and secondary data, books, evaluation sheet. The study was composed of 1 patient, from a certain clinic in a city located in the Mucuri Valley. Data analysis was done after careful separation of information, where the patient signed a free and informed consent form (Annex I). The data collected and analyzed showed that, in view of the above, it is important to the physiotherapeutic intervention in the postoperative cases of epiphysiodesis, it was considered satisfactory the Physiotherapeutic assistance to the patient. We conclude from the above that Physical Therapy is important in the postoperative period of EP, for the gain of range of motion, muscular strength and improvement of the quality of life and functional capacity of the individual. There was also a shortage of articles and books that specifically addressed EP, especially in what concerns physiotherapy, where no references were found on the subject.

Key words: Physiotherapist intervention, EP, Inequality of Inferior Members Length

¹ Professor e Coordenador do curso de Fisioterapia da Multivix Serra.

1 INTRODUÇÃO

O joelho tem uma articulação sinovial do tipo gínglimo também chamada de dobradiça, fazendo que possa acontecer uma rotação axial, esta tem como função a locomoção e sustentação do peso do corpo (FATTINI, 1998; KAPANDJI, 2000).

No joelho tem o encontro de dois grandes ossos dos membros inferiores o fêmur e a tíbia, é uma articulação estável, e a patela se articula com a parte anterior do fêmur (WANDERLEY et al, 2005).

A desigualdade de comprimento dos membros inferiores está a cada dia mais presente na prática da ortopedia, esta geralmente é notada por parentes, amigos e até mesmo por médicos em consultas de rotina. Este tipo de patologia pode ser devido a várias causas, sendo elas congênitas, por tumores, adquiridas e entre outras (SANTIM e MERCADANTE, 1998 apud SINIZIO, 1998).

A avaliação destes pacientes deve ser minuciosa, partindo do momento em que esta deformidade foi identificada, em qual momento esta se torna mais visível, e como está evoluindo desde a sua identificação. Logo após ter identificado esta desigualdade deve-se avaliar o comprimento desses membros, a perimetria é uma ferramenta importante para identificar a desigualdade desse membro (PEREIRA et al, 2008).

O paciente avaliado nesta pesquisa, é do sexo masculino, com idade de 18 anos, em uma consulta de rotina foi observado pelo médico do posto de saúde a diferença no comprimento dos membros inferiores, logo após este diagnóstico o paciente aqui estudado foi submetido a Cirurgia de EP no mês de Setembro de 2008, logo após a mesma o paciente não foi orientado pelo médico que seria necessário a realização de sessões de Fisioterapia.

Durante 2 anos e 6 meses o paciente não realizou nem uma sessão de fisioterapia pela falta de orientação do médico. No mês de Agosto/2011 o paciente retornou para retirada das Garf's que são como ganchos de metal, onde a médica que o acompanha solicitou sessões de Fisioterapia. Somente agora 3 anos após a 1ª. Cirurgia para ganho de amplitude de movimento (ADM) a este paciente.

Na avaliação deste paciente notou-se não só necessário o ganho de ADM, mas como ganhar força muscular no mesmo, que apresentava-se com tremores durante as sessões de fisioterapia, devido à falta de força muscular em membros inferiores.

A fisioterapia é de grande importância não só no pré-operatório, mas como no pós – operatório, onde este paciente estará mais necessitado de acompanhamento deste profissional, para ganhar mobilidade, flexibilidade, ADM, força muscular, e/ou intervir em algum processo inflamatório que venha acometer este paciente.

2.0 DESIGUALDADE DE COMPRIMENTO DOS MEMBROS INFERIORES

Na prática da Ortopedia a desigualdade de membros inferiores é bem freqüente, esta inicialmente notada por familiares e amigos, o que leva ao paciente à procurar um médico. Dentro do consultório a avaliação começa com a história deste paciente, a identificação da patologia, se esta é congênita, por tumores, adquiridas e em que momento da vida dele esta deformidade foi identificada, em que atividades diárias deste paciente a deformidade se torna mais visível, e como ela está evoluindo desde a identificação, são observações importantes que auxiliam estabelecer a orientação na investigação para o diagnóstico (SANTIM E MERCADANTE, 2009 apud SINIZIO, 2009).

A origem da desigualdade dos membros inferiores pode ser congênita e adquirida, as congênitas podem ser morfológicas e posturais (SANTIM e MERCADANTE, 1998 apud SINIZIO).

Segundo Santim e Mercadante (2009), a discrepância pode ser por encurtamento ou sobre crescimento, as genéticas variam no grau, sendo possível de agenesias até gigantismo. Já as de origem adquiridas estão as

fraturas consolidadas viciosamente, infecções osteoarticulares, lesões do sistema nervoso e advindas dos tratamentos radioterápicos.

As desigualdades discretas muitas vezes são tidas como normais, e só chamam a atenção de ortopedistas quando superiores a 2,0 cm por serem pouco toleradas pelos pacientes que demonstram anormalidades de marcha e isso pode desenvolver deformidades progressivas de coluna. As autoras citam que para Mahar e Macleod uma DMI simulada inferior a 1,0 cm já seria o suficiente para causar uma mudança da principal posição do centro de pressão e um aumento do desequilíbrio postural no ato de se andar sobre os dois pés estáticos (PEREIRA E SACCO, 2008).

Diferença de comprimento nos membros inferiores pode levar a uma assimetria tornando a mais baixa a pelve de um lado e elevando-a de outro. Um exemplo citado pelo autor é, se um paciente tem o membro inferior direito curto, a pelve cairá para a direita e, como o indivíduo procura adequação óptica, pode ocorrer uma curva compensatória da coluna lombar à esquerda. Essa posição assimétrica conduz a forças não fisiológicas através de coluna e pelve, aumentando assim, no lado côncavo, o suporte de peso nas facetas articulares, tornando estreito o forâmen intervertebral e colocando sob risco o disco intervertebral no lado convexo. Os músculos do lado convexo tendem a se alongar e enfraquecer, ao passo que os músculos do lado côncavo tendem a se encurtar (ROSADO, 2010).

As discrepâncias de até 3 cm podem ser tratadas por compensação na sola do calçado ou por palmilhas, acima de 3cm a compensação é na opinião dos autores pouco estética e pouco funcional (SANTIM e MERCADANTE et al, 2009 apud SINIZIO,2009).

Durante a avaliação devemos saber se estamos diante uma alteração postural ou deformidade osteoarticular, a alteração postural é determinada por retrações músculo-tendíneas.

A avaliação da diferença entre os membros inferiores deve ser minuciosa incluindo mensuração clínica e radiográfica. O que mais se utiliza na avaliação da diferença de membro inferior é a fita métrica, que se utiliza de reparos

anatômicos como uma cicatriz umbilical, as espinhas ilíacas ântero-superiores, mas esta medição com a fita métrica pode não representar uma discrepância óssea real, pois caso o paciente tenha uma luxação do quadril isso vai mascarar a medida exata, existem exames mais detalhados para um melhor diagnóstico como o raios-X, tomografia (SANTIM e MERCADANTE, 1998 apud SINIZIO,1998).

3.0 EP

É a prematura união da epífise com a diáfise, resultando na suspensão do crescimento. Trata-se de um procedimento cirúrgico que destrói total ou parcialmente, uma epífise e pode incorporar um enxerto ósseo para produzir a fusão da epífise ou antecipar-se suspensão do seu crescimento, geralmente realizadas para igualar o comprimento da perna. (Dicionário Médico Stedman, 2006)

De acordo com Pinto et al (2010) ao longo da história da ortopedia, foram descritas várias técnicas, mas uma das primeiras pessoas a descrever a EP foi Phemister, a técnica descrita por ele trava-se de uma técnica aberta onde se retirava um pedaço retangular que incluía uma parte da metáfise e da epífise, o pedaço retirado era então reinserido de forma intervinda, ocasionando a EP definitiva. Hass posteriormente sinaliza uma técnica onde foi utilizados fios a fim de possibilitar um bloqueio descreve um método onde era utilizado fios que faziam o bloqueio, com isso ele introduziu um conceito de reversibilidade. Pinto et al (2010) cita ainda que Blount e Clarke aprimoraram o método com a criação das agrafes, fazendo com que houvesse a substituição dos fios criados por Hass.

Segundo Grimm et al (1933) Phemister descreveu a técnica da EP, um procedimento aberto onde era feita a destruição da parte lateral e medial da placa do crescimento, tendo assim a EP definitiva.

ESCANOMETRIA COM AS DESIGUALDADE DE COMPRIMENTO DE MEMBRO INFERIOR



Figura 1: Radiografia apresentando EP com uso de Agrafes.
Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/rbort/v45s0/a08fig02.jpg>

De acordo com Pinto et al (2010) uma nova foi técnica de EP foi descrita por Bowen e Johnson esta quando comparada com o método de Phemister , proporcionava aos pacientes uma melhor aparência estética , e ainda apresentava menor quadro álgico e complicações logo após a cirurgia, sendo menos invasiva, os autores ainda citam o método descrito por Metaizeau onde as vantagens são as mesmas da técnica de Bowen e Johnson, entretanto a de Metaizeau proporciona mais rapidamente ao paciente um ganho de amplitude de movimento.

De acordo com Pinto et al (2010) a EP definitiva trata-se de um método irreversível, e para que não ocorra uma hipercorreção deve se saber o momento exato para a realização do método, o uso da EP ainda e restrito para pacientes na fase de maturidade.

4.0 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 DESCRIÇÃO DO PACIENTE

O paciente deste estudo, de iniciais F.O.V., tem 18 anos de idade, é do sexo masculino, solteiro e alfabetizado, residente em Nanuque-MG, com diagnostico de Desigualdade de comprimento de Membros Inferiores.

O paciente desde a 1^o cirurgia nunca havia procurado tratamento fisioterapêutico, até mesmo por o médico não encaminhá-lo a tratamento fisioterápico. O paciente em consulta de rotina foi observado pelo médico a discrepância em membro inferior de 2,25 na perna Esquerda, logo após no mês de setembro do ano de 2008 foi submetido a cirurgia de EP com uso de agrafe, durante 3 anos este paciente não realizou tratamento fisioterápico, em Agosto de 2011, o paciente retornou ao médico para retirar a agrafe, onde a medica veio a solicitar fisioterapia para este paciente.

O paciente do presente estudo apresentava antes da EP o membro inferior direito 2,25cm menor que o membro inferior esquerdo, abaixo na Tabela 1 o antes e depois da cirurgia de EP para o bloqueio do crescimento.

Discrepância de Membros Inferiores – MMII

Antes da EP	2,25cm
Depois da EP	1,0cm

Tabela 1: Discrepancia de Membro Inferior, paciente antes do ato cirurgico de EP e Depois no pos operatorio de EP

Fonte: Dados coletados pelo autor

4.2 AVALIAÇÃO INICIAL

Em Setembro de 2011 foi realizada a avaliação inicial do paciente, em que o paciente relatou a desigualdade de comprimento nos membros inferiores, além disso o paciente relatou como sua queixa principal tremores na perna, relatou que praticava atividade física sempre, não sentia dor, somente tremores na perna algumas vezes.

O paciente apresentou discrepância de membros inferiores. Segundo Mercadante e Santin (2009) uma das maneiras de se avaliar a desigualdade de comprimentos de membros inferiores é por meio de fita métrica, utilizando reparos anatômicos como referência clínica.

O teste de força muscular foi realizado nos músculos posteriores da coxa, adutores e abdutores de quadril, quadríceps, obtendo-se força de grau 3 em todos os grupos musculares testados, o que indicou movimento ativo contra gravidade, segundo escala de força abaixo.

FORÇA MUSCULAR

0 – Sem contração
1 – Esboço da contração muscular, porém sem movimento
2 – Movimento ativo com eliminação da gravidade
3 - Movimento ativo contra gravidade
4 – Movimento ativo contra resistência
5 – Força normal

Tabela 2: Força muscular

Fonte: http://www.ineti.med.br/pdf%5Cformulas_escalas%5Cforca_motor_a.pdf

Foi utilizada a goniometria para avaliar a amplitude de movimento deste paciente, Batista et al (2006) a goniometria relatada no ano de 1914 na literatura e utilizada amplamente tanto em pesquisas científicas quanto no dia a dia da prática clínica, esta tem como objetivo medir a amplitude de movimento das diversas articulações existentes no corpo humano. Experimentos examinaram o grau de confiança das medidas goniométricas utilizando diferentes procedimentos de medida e demonstraram que a ADM do joelho, medida com goniômetro universal, obteve um nível de confiança de bom a excelente.

A partir da avaliação inicial deste paciente, foi concluído o diagnóstico fisioterápico:

- Diminuição de Amplitude de Movimento no joelho E, sendo que em Flexão de Joelho esquerdo o paciente apresenta 60°, na Rotação Interna 6° e na rotação externa de Joelho 5°;

- Diminuição de Força Muscular no membro inferior E, o paciente apresenta Grau 3 de força muscular na flexão de Joelho e extensão de Joelho;
- Encurtamento de flexores de joelho e dos músculos flexores do quadril, o psoas; o ilíaco; sartório; reto femoral, tensor da fáscia lata;
- Diminuição das fases da marcha, sendo elas a fase de Apoio, Balanço e Impulsão;

O tratamento Fisioterápico teve como objetivos:

- Ganhar Amplitude de movimento em Joelho E;
- Ganhar força muscular de membros inferiores;
- Alongar a musculatura de membros inferiores;
- Aumentar a capacidade funcional do paciente;
- Orientação ao paciente quanto ao uso de palmilhas;
- Melhorar a qualidade de vida do paciente.

Para os objetivos listados a cima, o tratamento fisioterápico baseou-se na cinesioterapia, com alongamento ativo, fortalecimento isotônico de membros inferiores, exercícios ativos, exercícios resistidos e mobilização articular.

Os alongamentos foram utilizados no tratamento devido aos benefícios que eles proporcionam ao paciente. Além de aumentar o comprimento de estruturas de tecidos moles encurtados e desse modo aumentando a amplitude de movimento do indivíduo. (KISNER, COLBY, 1992)

Os exercícios ativos é aquele no qual uma contração muscular dinâmica ou estática é resistida por força uma externa, ele promove a saúde e o bem-estar físico e preveni o risco de lesões além de restaurar, melhorar a força. (LIMA et al,2006)

A mobilização articular é um movimento passivo realizado pelo fisioterapeuta, que mantém ou restaura a função articular. (KISNER E COLBY, 1992).

4.3 EVOLUÇÃO

O tratamento fisioterápico foi realizado entre os meses de Setembro e Outubro e de 2011, com frequência de 2 sessões semanais, com duração de 50 minutos cada uma, totalizando 10 atendimentos.

No primeiro atendimento, foi realizada a avaliação do paciente, onde o mesmo demonstrou-se colaborativo.

Nas quatro primeiras sessões o paciente queixava-se de tremor nas pernas.

As sessões de fisioterapia eram iniciadas com alongamentos ativos de MMII (em músculos ísquios tibiais, adutores e abdutores do quadril, quadríceps, tríceps sural e glúteos), com permanência de 20 segundos em cada segmento.

Segundo Simão (2004), recomenda-se a manutenção da postura por um período de 10 a 30 segundos de duração.

Foi feito também alongamento ativo de músculos paravertebrais da região lombar, para não ter encurtamento muscular evitando assim postura inadequada, o alongamento foi realizado com o paciente deitado em decúbito ventral em bola suíça de 95 cm. Ao final, 10 minutos em bicicleta ergométrica, além da pedalada ser um exercício aeróbio de baixo impacto, ela foi realizada com o objetivo de iniciar o fortalecimento de MMII, visto que o fortalecimento melhora o condicionamento cardiovascular, proporciona modificações na composição corporal, mantendo ou aumentando a massa magra, além de aumentar a força, potência e resistência muscular, o que resulta em uma maior capacidade de desempenho nas atividades da vida diária e reduz as demandas nos sistemas musculoesquelético, cardiovascular e metabólico (SIMÃO, 2004).



Figura 2 A e 2 B: 2a – bicicleta ergométrica. 2b – mobilização para ganho de ADM.

Fonte: <http://www.fveritas.com.br/site/conteudo.php?cat=19&id=35>

A partir da sexta sessão o paciente já relatou melhora de força, a qual evoluiu para grau 4. Foram acrescentados exercícios de fortalecimento isotônico de MMII (músculos quadríceps, adutores e abdutores do quadril, ísquiotibiais, tríceps sural e glúteos) com caneleiras de 1 kg, realizando-os por três séries de 10 repetições, era realizando também o exercício de agachamento.

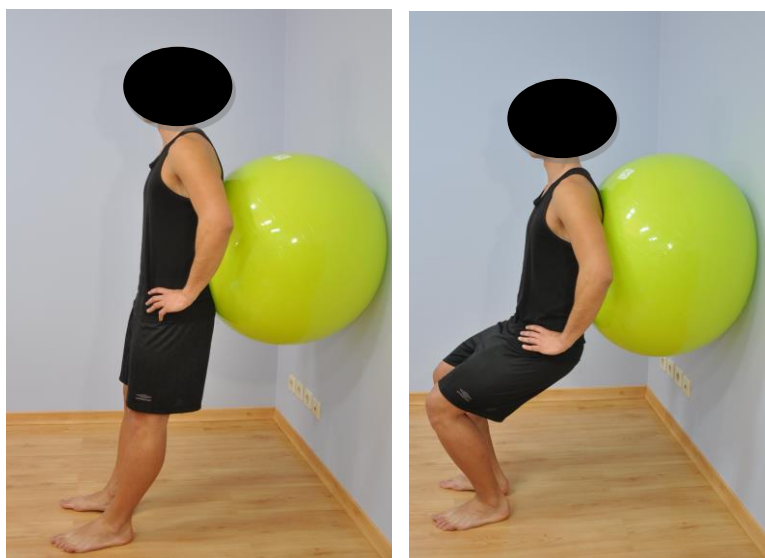


Figura 3 : exercício de agachamento..

Fonte: <http://www.clinicadeckers.com.br>

Na sétima sessão, a conduta permaneceu a mesma, sendo que na nona sessão o paciente relatou melhora de força, e o fortalecimento isotônico passou

a ser realizado com caneleiras de 2 kg, com 3 séries de 15 repetições, onde relatou cansaço após o término da sessão.

Na oitava sessão o paciente relatou força muscular 5, o fortalecimento isotônico passou a ser realizado com caneleiras de 2,5 kg e foram acrescentados exercícios de agachamento com bola nas costas, foi realizado 1 série de 10 repetições.

Na décima quinta sessão, o fortalecimento isotônico foi aumentado para caneleiras de 3 kg, com três séries de 15 repetições. E foi realizada a reavaliação do paciente.

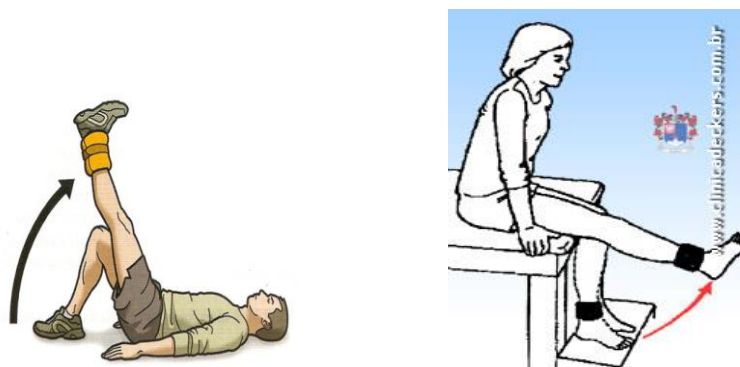


Figura 4: Exercícios Isotônicos com caneleira

Fonte: <http://correrparaperder.blogspot.com/2010/04/forca-nos-joelhos.html>

5.0 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na última sessão do tratamento fisioterápico proposto ao paciente, foi feita a reavaliação do mesmo, onde foram realizados novamente o teste de força muscular, a análise da marcha, a goniometria e perimetria dos joelhos.

FASES DA MARCHA

	ANTES	DEPOIS
Apoio	Diminuído	Diminuído
Balanço	Diminuído	Diminuído
Impulsão	Diminuído	Diminuído

Tabela 3: Fases da Marcha**Fonte:** Dados coletados pelo autor

Foi orientado ao paciente o uso de palmilhas, mas o mesmo não faz a utilização, tendo assim na análise de dados das Fases da Marcha o resultado final diminuição das fases da marcha, sendo elas, apoio, balanço e impulsão.

Para Guimarães et al (2006), uma vez que se opte pela palmilha como parte integrante do tratamento, a utilização poderá acompanhar o indivíduo por vários anos. Quando o tratamento envolve a prescrição de uma órtese, foi observado que uma fácil utilização, o conforto, a importância de seu uso durante a realização das atividades diárias e sua propriedade em não realçar as deficiências do paciente constituem pontos básicos para aceitação do paciente. As palmilhas biomecânicas são órteses fabricadas com material termomoldável (E.V.A) e são utilizadas no interior de calçados de indivíduos com alterações estruturais no pé. As alterações podem originar compensações durante atividades funcionais como a marcha, corrida e práticas esportivas, levando a disfunções e patologias. O uso das palmilhas visa acomodar tais alterações, controlando assim o movimento de pronação excessiva na articulação subtalar e contribuindo para redução do quadro álgico, evitar a progressão ou o desenvolvimento de morbidades e melhorar a capacidade funcional do paciente.

5.1 FORÇA MUSCULAR

O paciente do presente estudo apresentava grau de força muscular para os músculos do joelho na avaliação, onde foi observado força grau 3, sendo que este valor aumentou ao o término do tratamento fisioterapêutico para grau 5.

Como o aumento do grau de força muscular, viu-se que houve um aumento da força do paciente durante o tratamento através dos dados obtidos pela perimetria, onde foi possível observar um aumento significativo do volume muscular, sendo este indicativo de aumento da força.

Força Muscular de Joelho

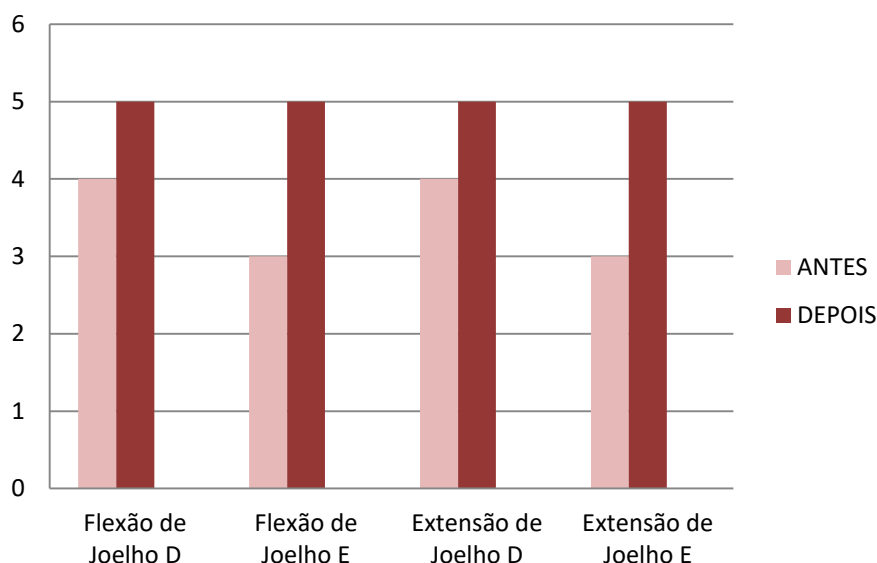


Gráfico 1: Teste de Força Muscular em joelhos

Fonte: Dados coletados pelo autor

Segundo Greve et al (1999) o treinamento de um músculo produz um aumento de força antes que qualquer aumento de diâmetro possa ser medido, fala-se que este aumento na força ocorra pela maior sincronia de disparo das unidades motoras dentro do músculo, o autor cita ainda que o equilíbrio de força é dado pela relação de uma atividade entre os grupos musculares durante a execução de um movimento, o equilíbrio de forças ocorre entre os músculos antagonistas, esses envolvem dois tipos opostos de interações motoras que são a co-ativação e a inibição recíproca, esses são importantes para a coordenação e para o controle de um movimento.

Foi utilizada a goniometria para avaliar a amplitude de movimento deste paciente, Batista et al (2006) a goniometria relatada no ano de 1914 na literatura e utilizada amplamente tanto em pesquisas científicas quanto no dia a dia da prática clínica, esta tem como objetivo medir a amplitude de movimento das diversas articulações existentes no corpo humano. Experimentos examinaram o grau de confiança das medidas goniométricas utilizando diferentes procedimentos de medida e demonstraram que a ADM do joelho, medida com goniômetro universal, obteve um nível de confiança de bom a excelente.

Para a medição da amplitude de movimento das articulações dos joelhos, antes e depois da intervenção fisioterápica foi utilizado o goniômetro. No gráfico 3 a seguir, podemos observar a evolução da amplitude de movimento do paciente.

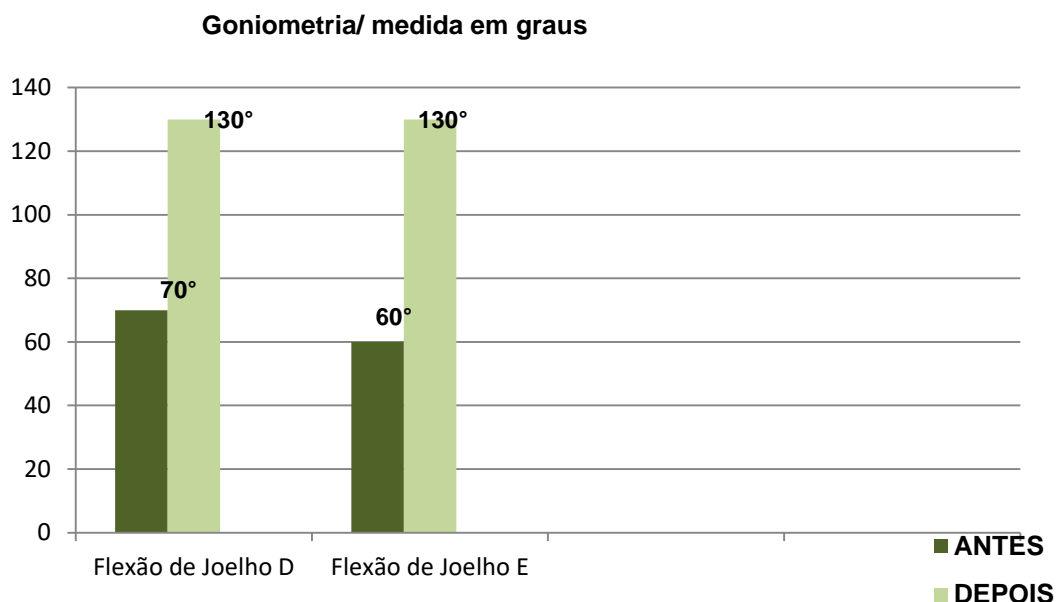


Gráfico 2: Goniometria em flexão ativa do joelho

Fonte: Dados coletados pelo autor

Na análise dos movimentos da articulação do joelhos direito e esquerdo na avaliação o paciente apresentava 0° de extensão de joelho, na reavaliação o paciente manteve 0° de extensão de joelho.

Ao analisar os movimentos da articulação do joelho direito, observou-se aumento de 60° de flexão ativa após o tratamento fisioterapêutico, sendo que na avaliação a paciente apresentou 70° e na reavaliação apresentou 130° de flexão ativa dessa articulação.

Antes do tratamento proposto, o paciente apresentava 60° de flexão ativa da articulação de joelho esquerdo. Após o tratamento, passou a apresentar 130°, o qual sugeriu um ganho de 70° na realização desse movimento.

Na análise da goniometria da articulação do joelho da rotação interna ativa (GRÁFICO 3), foi observado 10° no joelho direito na avaliação e 10° na reavaliação.

No joelho esquerdo, foi observado 6° de rotação interna na avaliação e 10° na reavaliação, em que observou-se um ganho de 4°.

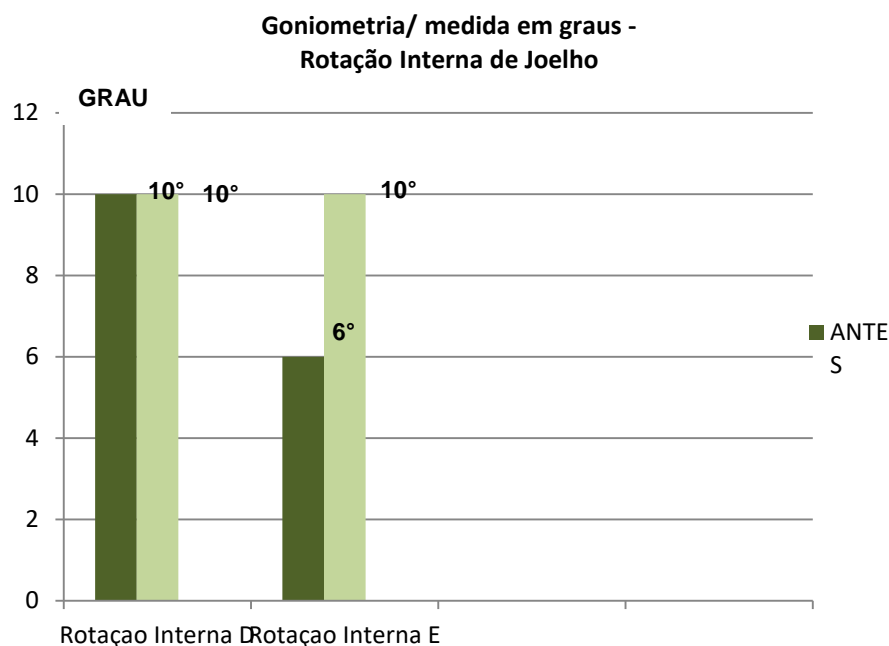


Gráfico 3: Goniometria rotação interna ativa do joelho

Fonte: Dados coletados pelo autor

Na avaliação, a goniometria da rotação externa ativa da articulação do joelho direito apresentou 10° e na reavaliação 10°. E na rotação externa da articulação do joelho esquerdo, foi observado 5° na avaliação e 10° na reavaliação, com um ganho de 5°, demonstrado no gráfico 5.

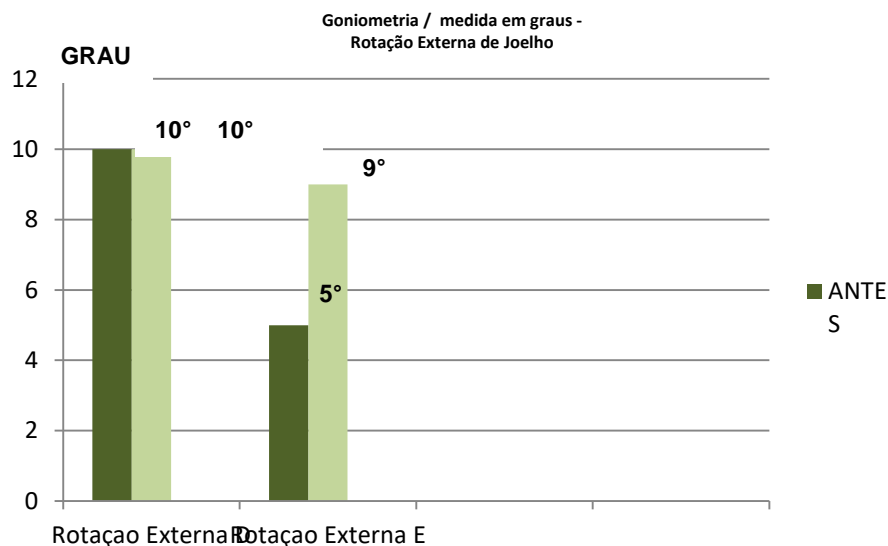


Gráfico 4: Goniometria rotação externa ativa do joelho
Fonte: Dados coletados pelo autor

A amplitude de movimento é um aspecto importante na qualidade de vida do ser humano, pois essa é perdida gradualmente e essa perda está associada às dificuldades na execução das atividades de vida diária (SIMÃO, 2004).

Simão (2004) descreve que o alongamento muscular proporciona um aumento ou manutenção da amplitude dos movimentos. Isso resulta em menor consumo de energia, com diminuição do sofrimento muscular, o que favorece o relaxamento e o alívio de algias, além de proporcionar uma melhora no desempenho das atividades de vida diária.

5.2 PERIMETRIA

De acordo com Branco et al (SD), perimetria é a avaliação da circunferência ou medida um perímetro de uma parte do corpo, serve para realizar a mensuração de uma hipotrofia muscular, hipertrofia muscular, e a presença de um edema. Toma-se como referência na perimetria um ponto ósseo, onde a partir deste, são feitas marcações de 5, 10, 15 e 20 cm, sendo nestes pontos demarcados feita a mensuração.

Na perimetria da região medial da patela, obtido como ponto zero (Gráfico 5), na avaliação, a região medial da patela direita apresentou 33 cm, e na

reavaliação 34 cm de diâmetro, onde foi obtido um ganho de 1 cm. Já a região medial da patela esquerda apresentou 34,5 cm na avaliação e 36 cm na reavaliação, em que foi observado um aumento de 1,5 cm.

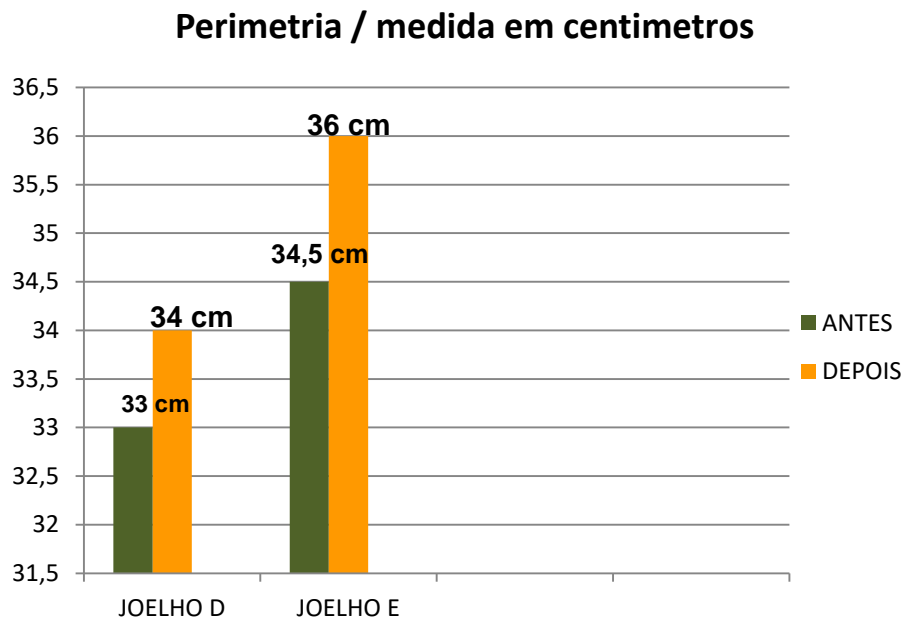


Gráfico 5: Perimetria do joelho
Fonte: Dados coletados pelo autor

Na análise da perimetria da região medial da coxa direita apresentou 41 cm na avaliação, e na reavaliação permaneceu 41cm de diâmetro. Já a região medial da coxa esquerda apresentou 43cm na avaliação e 46 cm na reavaliação, em que foi observado um aumento de 3cm.

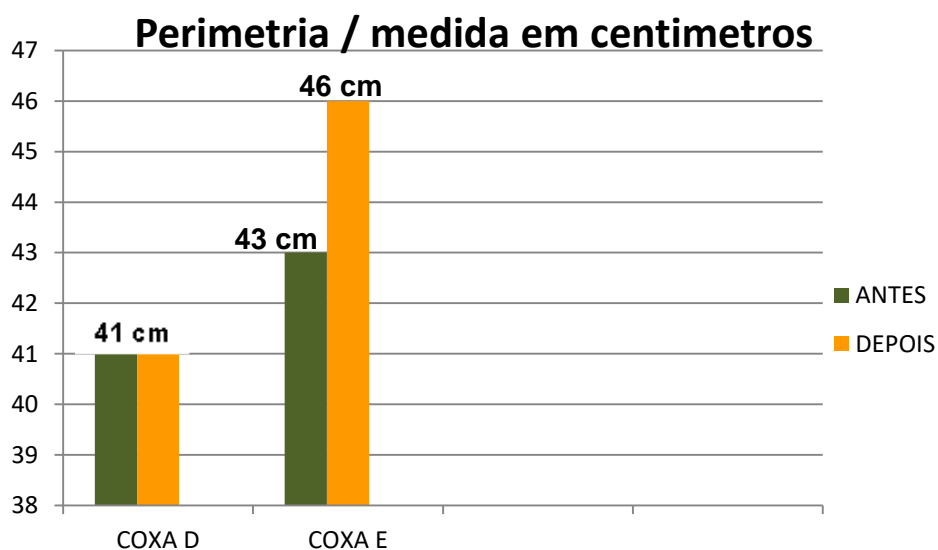
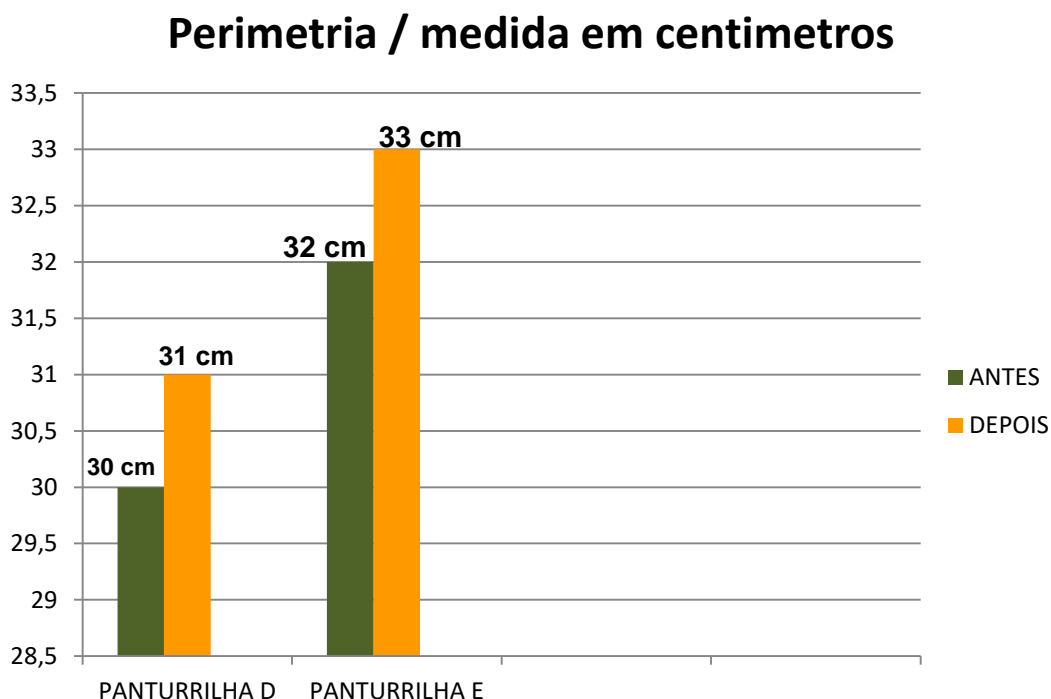


Gráfico 6: Perimetria da região medial da coxa

Fonte: Dados coletados pelo autor

Na perimetria da região medial da panturrilha direita apresentou 30cm na avaliação e na reavaliação apresentou 31 cm de diâmetro, onde foi obtido ganho de 1cm. A região medial da panturrilha esquerda apresentou 32 cm na avaliação e na reavaliação apresentou 33cm, em que foi observado um aumento de 1 cm.

**Gráfico 7: Perimetria da região medial da panturrilha**

Fonte: Dados coletados pelo autor

As pesquisas demonstram que os trabalhos de desenvolvimento muscular, por meio do treinamento de força, conseguem um aumento de massa muscular, observada nesse estudo através da perimetria, com o aumento do diâmetro de todos os segmentos aferidos, o que sugere aumento da força muscular.

6.0 CONCLUSÃO

Ao final do presente estudo, algumas observações podem ser citadas. Durante o levantamento bibliográfico, observou-se uma carência de artigos e

livros que abordassem especificamente sobre a EP, principalmente no que se tratava a fisioterapia, onde não foram encontradas referencias sobre o assunto.

Concluimos diante do exposto, que se faz importante o tratamento fisioterapêutico em casos de pós-operatório de EP, por constituir uma ótima terapia para o ganho de amplitude de movimento, força muscular, e melhora da qualidade de vida e funcional do indivíduo.

Ao final deste estudo, pode-se perceber que, é de grande importância o encaminhamento a fisioterapia, o paciente submetido a uma cirurgia de EP, os alongamentos ativos, a cinesioterapia, as mobilizações articulares, os exercícios ativos e exercícios resistidos é uma forma de tratamento eficaz para o ganho de amplitude de movimento, ganho de força muscular, com resultados visíveis e em um curto período de tempo.

Os resultados encontrados neste estudo confirmam os benefícios da FISIOTERAPIA no ganho de amplitude de movimento, onde o paciente no fim do presente estudo apresentou 130° Graus de Flexão de Joelho E, obtendo-se um ganho de 70°,na rotação Interna o paciente apresentou 10° de rotação interna mostrando assim um ganho de 4°, e na rotação externa ao fim do estudo o paciente apresentou 10° ,apresentando assim um ganho de 5°, observamos também um ganho significativo da força muscular do paciente em estudo, onde no início o paciente apresentava Grau 3 de força muscular no Joelho Esquerdo na flexão ativa e na extensão ativa de Joelho, ao fim do presente estudo o paciente apresentou Grau 5 de força muscular, mostrando assim a eficácia da Fisioterapia através do tratamento utilizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, G. **Análise da Eficacia de um protocolo de intervenção Fisioterapeutica em pacientes acometidos por Osteoartrite de Joelho.**

Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/elrf/monografias/2004-2/pdf/giseli.PDF>. Data do Ultimo acesso: 24 de Novembro de 2011.

DANGELO e FATTINI. **Anatomia Humana Básica.** 2ª Edição. Ed. Atheneu. (S/D)

GREVE, JULIA MARIA D ´ ANDREA, AMATUZZI, MARCO MARTINS. **Medicina de Reabilitação Aplicada à Ortopedia e Traumatologia.** Ed. Roca, ano 1999.

GRIMM, DULCE HELENA, HAMID, ALI JUMA ABDALLA ABDEL, FORLIN, EDILSON. **Tratamento das discrepâncias de comprimento dos membros inferiores através da EP** . Disponível em: < http://www.rbo.org.br/1997_jan_22.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

GUIMARÃES CQ , TEIXEIRA Salmela LF, ROCHA IC, BICALHO Li E SABINO GS. **Fatores Associados à Adesão ao uso de Palmilhas Biomecânicas** - 2006 – Revista Brasileira de Fisioterapia v.10. n3. p.271-277 . Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v10n3/31944.pdf> >. Acesso em: 15 de novembro de 2011.

HEBERT, Sizínio, FILHO BARROS, Tarcísio E.P. de, XAVIER, Renato, JR. PARDINI, Arlindo G., E Colaboradores. **Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática**. 2ª Edição. Editora: Artmed, 1998, Cap. 19 p. 313.

HEBERT, Sizínio, FILHO Barros, Tarcísio E.P. DE, XAVIER, Renato, JR. PARDINI, Arlindo G., E Colaboradores. **Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática**. 4ª Edição. Editora: Artmed, 2009, Cap. 26 p. 773.

SIMÃO, R. **Treinamento de Força na Saúde e Qualidade de Vida**. São Paulo: Phorte, 2004.

Lippincott Williams & Wilkins. **Stedman's Medical Dictionary**. 2006. Disponível em: <http://www.medilexicon.com/medicaldictionary.php?t=29866>. Data do ultimo acesso: 18 de Outubro de 2011.

LOREIRO, Alessandra Amaral. Monografia. **As Expectativas dos Pacientes em Relação à Cirurgia de Joelho e ao Tratamento Fisioterapêutico**. Disponível em: < <http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaAlessandraLoureiro.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.

MOURA, Luiz Gustavo. Monografia. **Cinesioterapia como Tratamento para Osteoartrose de Joelho da pessoa Idosa**. Ano: 2009. Disponível em: <http://saudedoidoso.belizario.org/wp-content/uploads/2010/08/GUSTAVO-UECE.pdf>. Data do Último acesso: 25 de Novembro de 2011.

MALLMANN, Nilvia Ilvene. Monografia - **Avaliação Funcional dos joelhos no pós-operatório tardio do ligamento cruzado anterior de indivíduos participantes de um projeto de extensão**. Ano: 2011. Disponível em: <http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaNilviaMallmann.pdf>. Data do ultimo acesso: 25 de novembro de 2011.

KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. **Exercícios Terapêuticos**. 2ª Edição. Ed. Manole Ltda ano 1992.

KAPANDJI, A.I. Fisiologia Articular – Esquemas Comentados de Mecânica Humana. Vol.II. 5º Edição. Editora Panamericana ano 2000.

WERLANG Henrique Zambenedetti, OLIVEIRA Gabriel Antônio de, TAMELINI Ana Maria, Ben Hur MADALOSSO, JÚNIOR Francisco da Silva Maciel.

Escanometria dos Membros Inferiores: Revisitando Dr. Juan Farill.

Disponível em: < http://www.rb.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1138 >. Acesso em: 13 de novembro de 2011.

PINTO, José Antonio; CHRISTIANO, Eduardo Suñe; SANCHEZ ,Gustavo Tadeu; BLUMETTI ,Francesco Camara; DOBASHI ,Eiffel Tsuyoshi; PINTO, Bruno Luis Moraes. **Avaliação da técnica de EP temporária com o uso das placas de Sherman: resultados preliminares.**

PEREIRA Carla Sonsino; SACCO Isabel de Camargo Neves. **Desigualdade Estrutural Discreta de Membros Inferiores é Suficiente para causar Alteração Cinética na Marcha de Corredores.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aob/v16n1/05.pdf> >. Acesso em: 09 de outubro de 2011.

ROSADO, Diego. Monografia - **Comparação entre a Flexibilidade dos Músculos Isquiotibiais e Desigualdade Funcional do Comprimento de Pernas.** Ano: 2010. Disponível em: ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaDiegoRosado.pdf. Data do ultimo acesso: 20 de Outubro de 2011.

SANTILI Cláudio, WAISBERG Gilberto, AKKARI Miguel, FÁVARO Tarciso, PRADO José Carlos Lopes. **Avaliação das discrepâncias de comprimento dos membros inferiores.** Disponível em: < http://www.rbo.org.br/1998_jan_13b.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2011.

SANTILI Cláudio, WAISBERG Gilberto, AKKARI MIGUEL, BRAGA Susana dos Reis, LINO JUNIOR Wilson . **EP ou Hemipifiodese Percutanea com Parafusos Transfisarios.** Disponível em: <http://www.ortopediatria.com.br/aagkujahdbuahdilwgemigetdaldtenhdtgajutiejhgtmoiuyubgtuilojutgtuooistghiunolsgsstred2aksbgt8wjsikhhol/imprensa/douglas_10112009_112111.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2011.

SILVA, Fernanda Armiliato. Monografia - **Estudo da eficácia da laserterapia de baixa potencia no tratamento da osteoartrite de joelho: estudo clínico controlado.** Ano: 2006. Disponível em: http://www.fag.edu.br/tcc/2006/Fisioterapia/estudo_da_eficacia_da_laserterapia_de_baixa_potencia_no_tratamento_da_osteoartrite_de_joelho_estudo_de_caso_controlado.pdf. Data do ultimo acesso: 26 de Novembro de 2011.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Genevieve Maria Damasceno de Araújo¹

Hemily Dutra Vitorino de Oliveira¹

Gabriela Rebello²

Tathiana Ferreira Sá Antunes²

RESUMO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional faz parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, legalmente instituído pela lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, com o propósito de promover uma alimentação adequada a todos os cidadãos e em todo o território nacional. Os programas de assistência social têm-se destacado como políticas de proteção social e combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Entretanto, a maior aquisição de alimentos não indica necessariamente a melhoria no bem-estar nutricional das famílias. O enfrentamento das crescentes taxas de excesso de peso e obesidade é um desfecho da má alimentação e é um desafio atual que envolve o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Na tentativa de prevenir e controlar os problemas alimentares e nutricionais atuais e para promover a alimentação adequada e saudável destaca-se a educação alimentar e nutricional. A educação nutricional, por meio de uma intervenção planejada e orientada por profissionais treinados, fornece informações e motivação, promovendo uma mudança de hábitos de longa duração, pois proporciona conhecimentos necessários à tomada de decisão, formando atitudes, hábitos e práticas alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Insegurança alimentar. Educação nutricional.

ABSTRACT

The National Policy on Food and Nutrition Security is part of the National Food and Nutrition Security System, legally established by Law No. 11,346 / 2006 - Organic Law of Food and Nutrition Security, with the purpose of promoting adequate food for all citizens and throughout the national territory. Social assistance programs have been highlighted as social protection policies and against poverty, hunger and the promotion of food and nutritional security. However, the increase in food purchases does not necessarily indicate a decrease in the food insecurity or nutritional well-being of the families. Coping with rising rates of overweight and obesity is an outbreak of poor diet and is a current challenge that involves access to adequate and healthy food. In the attempt to prevent and control current dietary and nutritional problems and to promote adequate and healthy nutrition, food and nutrition education stands out. Nutrition education, through a planned and guided intervention by trained professionals, provides information and motivation, promoting a change in long-term habits, as it provides the necessary knowledge for decision making, forming healthy eating habits, attitudes and practices.

Keywords: Food safety. Food insecurity. Nutritional education.

¹Acadêmico do curso de nutrição da faculdade brasileira-MULTIVIX, Serra/ES (BRASIL)

²Docente do curso de nutrição da faculdade brasileira-MULTIVIX, Serra /ES (BRASIL)

1 INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação adequada (DHAA) foi afirmado, em âmbito internacional, pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais e reafirmado no Brasil (COTTA & MACHADO, 2013). A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) faz parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), legalmente instituído pela lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que consiste em um sistema público que reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover o DHAA em todo o território nacional. O SISAN promove a formulação e articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a avaliação das mudanças relacionadas à situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira (BRASIL, 2018).

A lei 11.346, em seu artigo 3, explicita o conceito de segurança alimentar e nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis. Por sua vez, quando este direito é negado, gera-se a chamada condição de Insegurança Alimentar (IA) (COTTA & MACHADO, 2013).

Atualmente, a IA ainda constitui um importante problema de saúde pública mundial. Estima-se que em 2016 houve um aumento da fome global, que passou a afetar 815 milhões de indivíduos (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2017). No Brasil, um contingente significativo da população tem dificuldade de acesso regular e constante aos alimentos, determinando um quadro de insegurança alimentar. A situação de restrição quantitativa e qualitativa de alimentos está associada à renda insuficiente, onde quanto maior a proporção de domicílios em condições de insegurança alimentar menor é o rendimento familiar (COTTA & MACHADO, 2013).

O Bolsa Família, um programa de transferência condicionada de renda, foi instituído no Brasil objetivando o combate à pobreza e a promoção da segurança

alimentar e nutricional. Entretanto, a melhoria da renda e o aumento na aquisição de alimentos não necessariamente indica diminuição da insegurança nutricional das famílias. Outros fatores, como a falta de informação e a exposição constante às propagandas de produtos de baixo valor nutritivo, interferem na escolha dos alimentos (COTTA & MACHADO, 2013).

A saída do Brasil do mapa da fome das Nações Unidas, em 2014, é um dos resultados mais expressivos do conjunto de políticas estruturais praticada nas áreas de segurança alimentar e nutricional e proteção social nos últimos anos. A fome deixou de ser um problema estrutural no país, entretanto, o enfrentamento das crescentes taxas de excesso de peso e obesidade, que são um desfecho da má alimentação, é um desafio atual que envolve a produção e o acesso a alimentos adequados e saudáveis (BRASIL, 2018).

Nesse contexto de insegurança alimentar, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Brasil, reconhecida no decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, é uma diretriz da PNSAN e ocupa uma posição estratégica para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais atuais e para promoção da alimentação adequada e saudável. A EAN busca promover a segurança alimentar e nutricional por meio de ações educativas que levem a práticas alimentares adequadas, orientando os indivíduos a selecionar e consumir alimentos saudáveis e nutritivos, valorizando a diversidade dos produtos regionais e as vantagens de se aproveitar os alimentos integralmente e reduzindo o desperdício (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016). As iniciativas voltadas ao apoio e formação de profissionais que atuam em EAN ganham especial relevância. Faz-se necessário que estes profissionais sejam permanentemente apoiados e instrumentalizados para que, cada vez mais, as ações assumam um caráter mais inovador, participativo e lúdico, visando, assim, resultados mais eficazes e duradouros (BRASIL, 2018).

Os principais fatores para que ocorra a mudança de comportamento alimentar é a conscientização de que a mudança é necessária e possível. A educação nutricional fornece informações e motivação, promovendo uma a mudança de hábitos de longa duração, pois proporciona conhecimentos necessários à tomada de decisão, formando atitudes, hábitos e práticas alimentares saudáveis.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A trajetória da luta contra a fome vem sendo construída ao longo da história. Sabe-se que após a Primeira Guerra Mundial, a preocupação com a questão da fome e do acesso ao alimento surgiu com o sentido de Segurança Nacional. Até os anos 1930, os problemas de abastecimento de alimentos estavam associados à questão da oferta para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles (BELIK, SILVA; TAKAGI, 2001). Porém, após a Segunda Guerra, quando a Europa estava destruída e sem condições de produzir seu próprio alimento, a busca pela segurança alimentar tomou força e surgiu como um problema de indisponibilidade de alimentos (GARCIA, 2018).

No pós-guerra, o brasileiro Josué de Castro impactou o mundo com sua obra *Geografia da Fome*. No seu trabalho ele alertou para a questão de que a problemática da fome não estava ligada às questões climáticas, ou de produção insuficiente de alimentos, mas sim à grande desigualdade social que impedia o acesso ao alimento por grande parte da população. Portanto, a garantia da alimentação dependeria das políticas públicas de acesso à terra e à renda. No Brasil, suas ideias foram fundamentais para a instituição do salário mínimo, que estabeleceu uma cesta de 12 alimentos, que comprometeria 50% da estimativa salarial e atenderia 100% das recomendações de calorias, proteínas, sais minerais e vitaminas (BATISTA FILHO, 2003). Porém, embora as discussões acerca da fome estivessem ligadas às desigualdades sociais e à falta de condição de acesso ao alimento, as políticas e ações direcionadas à solução do problema foram relacionadas à questão da disponibilidade de alimentos, e o foco dessas soluções foi centralizado no produto e não no ser humano. Assim, idealizou-se que o aumento da produção de alimentos seria suficiente para equacionar o problema (GARCIA, 2018).

Uma mudança significativa de postura adotada por diversos países ocorreu, principalmente, a partir de 1996, por meio do compromisso assumido por centenas de países, incluindo o Brasil, na Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, em que esses se comprometeram a reduzir pela metade o número de pessoas atingidas pela desnutrição até o ano de 2015 (MALUF, 2006; PONTES et al., 2018). Anos antes, em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos

Humanos, de Viena, o direito à alimentação passou a ser equiparado aos demais direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948. Essa mudança fundamental na forma de encarar o direito à alimentação e o compromisso internacional de redução das estatísticas relacionadas com a fome colocam o Estado na posição de provedor e responsável pelo bem-estar alimentar de sua população (BELIK, 2003).

Baseado no princípio do direito à alimentação, os governos poderiam receber censuras em nível internacional por não garantir o acesso dos seus cidadãos à alimentação. Para exemplificar essa mudança de enfoque, podemos mencionar a inspeção solicitada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre o Direito à Alimentação, em março de 2002, quando um comissário foi enviado ao Brasil para a elaboração de um relatório. Esse foi apresentado na 59ª reunião da Comissão, em março de 2003, e destacou que: “um terço dos brasileiros sofrem de má nutrição e 18 milhões de pessoas sofrem de desnutrição crônica e aguda...” (§ 11, pag. 5) e mais adiante: “apesar da fome no Brasil não ser imediatamente óbvia, tendo em vista que as pessoas não morrem de inanição, milhões de pessoas sofrem de má nutrição ou subnutrição. A FAO explica que a presença de fome não está sempre aparente porque o corpo compensa a dieta inadequada com uma redução na atividade física, e no caso das crianças, no seu crescimento...” (§ 12, pag. 5) (BELIK, 2003).

Com a situação crítica relativa à fome, uma política de desenvolvimento, voltada para a garantia da quantidade, qualidade e regularidade no acesso à alimentação para os brasileiros, foi iniciada em 2003, e, neste mesmo ano, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi restituído com o intuito de ampliar o debate da SAN e convocar a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004. Nessa Conferência foi deliberado pela criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que permitiu instaurar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), garantindo a regulamentação das políticas de SAN (CONTI, 2009). A LOSAN incorpora um conceito abrangente e consistente de SAN:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras

necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art. 3).

O processo de institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) iniciou com a promulgação da LOSAN e estabeleceu as bases para a construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), o qual consolida programas e ações relacionadas para o cumprimento das oito diretrizes da PNSAN:

- I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
- V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
- VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
- VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da lei no 11.346, de 2006;

VIII - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Atualmente, a FAO reconhece a segurança alimentar como uma condição que existe quando todos os indivíduos, em todas as ocasiões, possuem acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável, ao mesmo tempo em que define a segurança nutricional como a situação representada pelo acesso seguro a uma dieta adequadamente nutritiva, associado a um ambiente sanitário, serviços e cuidados de saúde adequados, capazes de assegurar uma vida saudável e ativa para todos os membros da família (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2017).

3 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IAN)

A insegurança alimentar e nutricional representa a violação do direito humano ao acesso regular e permanente a uma alimentação de qualidade e em quantidade apropriada para manter o crescimento saudável (BRASIL, 2006; FAO, 2017). Apesar de constituir um termo bem definido, tem sido compreendida de forma equivocada como sinônimo de fome e desnutrição, os quais apresentam significados distintos, ainda que estejam relacionados à ocorrência da IAN (SANTOS, 2018).

A fome compreende uma sensação de mal-estar físico resultante da privação na ingestão de alimentos e, conseqüentemente, de energia para manutenção do organismo e para exercício das atividades normais do ser humano, o que representa a experiência mais extrema da IA. Assim, todos os casos de fome apontam uma situação de insegurança, mas nem todos os indivíduos em IA convivem com a fome, demonstrando que a IA compreende um fenômeno de maior complexidade.

A desnutrição, por sua vez, decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos. A desnutrição está associada não apenas a falta de ingestão

de alimentos, mas, também, a diversificação e a adequação nutricional da dieta, conhecimentos básicos de higiene, condição salubres de moradia e cuidados de saúde (MONTEIRO, 1995). Em todos os casos, fica evidente a complexidade da IAN e a necessidade da compressão e diferenciação, a fim de favorecer uma atuação política e social mais efetiva sobre o problema (BELIK, 2003; CONTI, 2009; KEPPEL & SEGALL-CORRÊA, 2011).

No âmbito da IA, a qualidade e quantidade da alimentação, ainda que tenda a se modificar com o avançar da idade, podem ser afetadas por vários fatores. O principal fator é a renda, uma vez que a falta de dinheiro repercute diretamente na capacidade de compra de alimentos, fazendo com que as pessoas adotem estratégias para maximizar a aquisição de alimentos com o recurso financeiro disponível, o que pode comprometer a qualidade nutricional das refeições (SOUZA, 2004).

Entretanto, a situação de IA e fome não pode ser atribuída restritivamente à falta de poder aquisitivo para comprar alimentos, mas, também, a inúmeras condições sociais que comprometem os direitos humanos. Indicadores sociodemográficos, como baixa escolaridade, ausência de vínculo empregatício e moradia inadequada têm se mostrado diretamente relacionados à IA. Em todos os contextos faz-se necessário mencionar o impacto da desigualdade social sobre a realização do direito a alimentação adequada, em que a má distribuição dos recursos reflete na detenção das melhores condições de vida entre uma minoria, enquanto coexistem territórios e grupos populacionais marginalizados sob o risco de conviver com a IAN e a fome (SANTOS, 2018).

Um fator a ser ponderado diz respeito à intensidade ou gravidade de ocorrência da IA que possibilita caracterizar a natureza, extensão e urgência das intervenções (FAO, 2008). Sabe-se que a IA é um problema que se manifesta de modo progressivo, em que primeiramente há uma preocupação com o acesso aos alimentos, levando a adoção de estratégias que podem comprometer a qualidade da alimentação da família, porém, se as dificuldades iniciais não forem vencidas, começa a haver restrições alimentares, seja por meio da redução do volume ou da omissão de refeições, com o último estágio abrangendo a experiência de fome (JUSTO, 2013).

Atualmente, as pesquisas sobre Insegurança Alimentar se concentram em dois segmentos: um focado na melhoria da instrumentação e desenvolvimento de métodos para mensuração e documentação de IA em diversas populações, adaptando escalas de mensuração à realidade local em diversos países e um segundo segmento de investigação que pesquisa sobre as consequências deste problema, especificamente ao examinar as associações entre IA e outras variáveis (JUSTO, 2013).

No contexto da IA, embora nos últimos 20 anos os países da América Latina e o Caribe (ALC) tenham feito progressos na prevenção e controle de deficiências nutricionais, observa-se um rápido aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade que afeta todas as populações, independentemente da sua condição econômica, domicílio ou origem étnica. A coexistência da fome, da desnutrição, das deficiências de micronutrientes, do sobrepeso e da obesidade ocorrem, entre outras causas, devido à falta de acesso a uma alimentação saudável que forneça a quantidade de nutrientes necessários para levar uma vida saudável e ativa (FAO, 2016).

O crescimento econômico e uma maior integração da América Latina e do Caribe nos mercados internacionais têm levado a mudanças nos padrões alimentares: observa-se uma diminuição em preparações culinárias tradicionais baseadas em alimentos frescos, preparados e consumidos no lar, e uma presença e consumo cada vez maior de produtos ultra processados com baixa densidade de nutrientes, mas alto conteúdo de açúcar, sódio e gordura. Esta mudança no padrão alimentar tem contribuído para a persistência da desnutrição em todas as suas formas e para a diminuição da qualidade de vida (FAO, 2016).

No Brasil, um estudo para caracterizar o perfil dos indivíduos que moram em domicílios com Insegurança Alimentar Forte – IAF mostrou maiores chances de ter algum tipo de restrição alimentar para indivíduos com baixa escolaridade, renda abaixo de dois salários mínimos e que trabalham informalizados. Assim, verificou-se a importância da análise do perfil das pessoas que se enquadram no estado de Insegurança Alimentar Forte, buscando reunir mais subsídios à formação de políticas públicas de qualidade no país, servindo de ferramenta para aprimorar as políticas já implementadas, mas também trazer ao debate a importância da educação. Estudos que buscam evidenciar a insegurança

alimentar são de extrema importância, visto que ainda 11% da população mundial passa fome (PONTES et al., 2018).

4 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A educação alimentar e nutricional (EAN) apresenta-se como um ponto fundamental na relação entre transformação, recuperação e promoção de novos hábitos alimentares saudáveis. A educação alimentar prevê a aquisição e a incorporação de novos hábitos e comportamentos frente alimentação. No Brasil, a EAN como uma prática organizada refere-se à década de 1930, início da industrialização e organização de uma classe trabalhadora urbana. Nesse momento, a educação alimentar e nutricional se fundamentou no mito da ignorância, fator considerado como determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, o grupo destinatário dessas ações educativas. Assim, as estratégias de EAN eram centradas em práticas educativas e campanhas de introdução de alimentos de alto valor nutritivo dirigidas às camadas de menor renda incluindo os trabalhadores e suas famílias (BRASIL, 2010a; SANTOS, 2005).

Entretanto, intensas críticas foram feitas à EAN que vinha sendo desenvolvida. A partir de 1990, pesquisas relacionadas com a saúde apontavam a influência dos hábitos alimentares como causa para o aumento das doenças crônicas não transmissíveis e posicionando a EAN como uma medida imperativa perante a construção de hábitos saudáveis no enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais (BRASIL, 2012). Nesse momento, incorpora-se nos documentos oficiais brasileiros o termo "promoção de práticas alimentares saudáveis". Segundo as Nações Unidas, para a promoção é necessário que o Estado implemente programas e ações que possibilitem a progressiva realização do direito à alimentação, definindo, com isso, metas e indicadores para esse fim (SANTOS, 2005).

A instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) apresenta-se com o propósito de melhorar as condições de nutrição e saúde, por meio de um conjunto de políticas públicas, em busca da garantia da segurança alimentar e nutricional da população. O propósito da PNAN é “a garantia da qualidade dos

alimentos colocados para consumo no País, a promoção das práticas alimentares saudáveis e a prevenção dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações que propiciem o acesso universal aos alimentos". A proposta do Programa Fome Zero (PFZ), elaborado pelo Instituto da Cidadania, em 2001, contempla a importância da educação alimentar na prevenção tanto da desnutrição como da obesidade e corrobora as proposições da promoção de práticas alimentares saudáveis da PNAN. Na esfera do Fome Zero, propõe-se "uma posição ativa do poder público no estabelecimento de campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para o consumo, devendo esse aspecto da educação ser um dever do Estado, incluído como obrigatório no currículo escolar de primeiro grau" (SANTOS, 2005).

A prática da EAN deve utilizar de recursos educacionais que favoreçam a contextualização e a comunicação junto aos diferentes grupos populacionais. É importante considerar todas as etapas da vida humana, do sistema alimentar e os significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

5 CONCLUSÃO

Os programas de assistência social têm-se destacado como políticas de proteção social e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Todavia, a maior aquisição de alimentos não indica necessariamente a melhoria no bem-estar nutricional das famílias. O enfrentamento das crescentes taxas de excesso de peso e obesidade são um desfecho da má alimentação e é um desafio atual que envolve o acesso a alimentos adequados.

Mediante os problemas alimentares e nutricionais atuais, a EAN se consolida como uma importante estratégia de promoção da saúde. Suas ações baseiam-se em diferentes abordagens educacionais e pedagógicas que propiciam o diálogo e a reflexão sobre aspectos relacionados a alimentação e nutrição dos indivíduos. A EAN integra estas ações em conjunto com a regulação de alimentos e o incentivo à criação de ambientes onde seja promovida uma alimentação saudável (SANTOS, 2005; BRASIL, 2012). Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados nas ações de EAN devem diferir de acordo com o público-alvo e o ambiente, e para a escolha da metodologia e temas, torna-se

importante realizar uma avaliação através da aplicação de questionários ou de entrevistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BATISTA FILHO, MALAQUIAS. **Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva**. Caderno saúde pública. 2003
2. BELIK, WALTER; SILVA, JOSÉ GRAZIANO; TAKAGI, MAYA. **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.
3. BELIK, WALTER. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional na brasil**. São Paulo, 2003.
4. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional– sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário oficial da união**, 2006; 18 set.
5. BRASIL. Ministério da saúde. secretaria de atenção à saúde. departamento de atenção básica. política nacional de atenção básica Brasília, DF: ministério da saúde, 2012.
6. BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, 2012.
7. COTTA RMM, MACHADO JC. **Programa bolsa família e segurança alimentar e nutricional no Brasil**: revisão crítica da literatura. Revista. panam salud publica. 33(1): 54-60.2013
8. CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional**: Noções básicas. passo fundo: ifibe, 62 p. 2009
9. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **An introduction to the basic concepts of food security**. Rome: FAO, 2008.
10. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of food security and nutrition in the world: building resilience for peace and food security**. Rome: FAO, p. 132.2017.
11. GARCIA, JACIARA REIS NOGUEIRA; CARNIATTO, IRENE; DE GRANDI, ADRIANA MARIA. **Programa nacional de alimentação escolar como instrumento de garantia do direito humano à alimentação adequada e sua contribuição ao desenvolvimento rural sustentável**. Revista geopantanal, v. 13, n. 24, p. 147-162, 2018.
12. JUSTO, VIVIANE CASTILHO. **Insegurança alimentar e fatores associados em idosos de dourados-ms**. 2013.

13. KEPPLER AW, SEGALL-CORRÊA AM. **Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional.** *ciência saúde coletiva*; 16(1):187-199.2011
14. MALUF, R. S. **Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da cúpula mundial de alimentação.** Rio de Janeiro: Ceresan, relatórios técnicos n. 2, 2006.
15. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO) E ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS) SANTIAGO, **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e o Caribe. Sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição.** Santiago, 2017.
16. PONTES, RAQUEL PEREIRA ET AL. **Quem passa fome no Brasil? Uma análise regional dos determinantes da insegurança alimentar forte nos domicílios brasileiros.** *revista brasileira de estudos regionais e urbanos*, v. 12, n. 2, p. 225-241, 2018.
17. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Panorama da segurança alimentar e nutricional na cidade de São Paulo: Ações, desafios e perspectivas do papel da cidade na alimentação.** São Paulo, 2016.
18. SANTOS, LIGIA AMPARO DA SILVA. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis.** *Revista de nutrição, Campinas*, v. 18, n. 5, p. 681-692, oct. 2005.
19. SANTOS, TAÍSE GAMA DOS ET AL. **Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: 2004, 2009 e 2013.** *Caderno de saúde pública* 2018.
20. SOUZA L M, CAMARGOS M C S. **A insegurança alimentar de idosos residentes em domicílios unipessoais - Brasil, 2004.** *Anais XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2016. p.1-17.

LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO PARA O CONTEXTO ESCOLAR

Jheniffer Kattieli Santos Gabrecht¹

Robson Miranda Santos²

Rodrigo Alves Ribeiro³

Donaldson Rodrigues Thompson⁴

RESUMO

O ensino de lutas nas escolas brasileiras por vezes foi abordado como algo distante ou fora da realidade didática, entretanto, Daolio (2004) ressalta a importância de tratar o ser humano como um todo em relação às suas manifestações e movimentos frente ao corpo. O docente em Educação Física deve possuir um conhecimento diversificado, como orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). Assim, oferecendo aos alunos um ensino de qualidade. Este artigo busca compreender quais os fatores que dificultam e restringem o ensino do conteúdo de lutas nas escolas e aproximar-se das possíveis formas de se aplicar a prática de lutas. A pesquisa se caracteriza em qualitativa Minayo (2007) e exploratória Gil (2002). Acreditamos ser relevante trabalhar o conteúdo de lutas na educação básica, superando as possíveis limitações e fazendo adaptações. A pesquisa tem como foco principal trazer uma análise do tema proposto tendo em vista sua pouca discussão prática profissional, possibilitando, desse modo, a busca de materiais ou informações descritas nas doutrinas utilizadas para a realização do presente trabalho.

Palavras-chave: Esporte; Lutas; Educação Física e Educação.

ABSTRACT

Daolio (2004) emphasizes the importance of treating human beings as a whole in relation to their manifestations and movements in front of the body. The teacher in Physical Education must possess a diversified knowledge, as it guides the National Curricular Guidelines (Brazil, 1997). Thus, offering students a quality education. This article seeks to understand the factors that make it difficult and restrictive to teach the content of struggles in schools, and to approach the possible ways of applying the practice of fighting. The research is characterized in qualitative Minayo (2007) and exploratory Gil, (2002). We believe it is relevant to work on the content of struggles in basic education, overcoming possible limitations and making adaptations. The main focus of this research is to analyze the proposed theme in view of its lack of practical professional discussion, thus enabling the search for materials or information described in the doctrines used to carry out the present work.

Key-words: Sport; Fights; Physical Education and Education.

¹ Aluno do curso de Educação Física da faculdade Multivix Serra.

² Aluno do curso de Educação Física da faculdade Multivix Serra.

³ Aluno do curso de Educação Física da faculdade Multivix Serra.

⁴ Professor e Coordenador do curso de Educação Física da Multivix Serra.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física aborda as mais variadas formas de promover a cultura corporal de movimento, essa diversidade valoriza múltiplas dimensões e não se limita a somente uma prática.

O ensino da Educação Física nas escolas brasileiras em algumas situações se limita às atividades básicas como: futebol, handebol, vôlei e basquete. Segundo (DAOLIO, 2004 *apud* HERALDO SIMÕES FERREIRA, 2006, p. 37), “a função do profissional de Educação Física, é tratar o ser humano em ‘suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humano, historicamente definido como jogo, esporte, dança, luta e ginástica”.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a cultura corporal do movimento “adota uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e princípios democráticos” (BRASIL, 1997, p.24).

As Diretrizes Curriculares Nacionais ainda apontam que:

“Dentre as produções dessa cultura corporal, algumas foram incorporadas pela Educação Física em seus conteúdos: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta. Estes têm em comum a representação corporal, com características lúdicas, de diversas culturas humanas; todos eles ressignificam a cultura corporal humana e o fazem utilizando uma atitude lúdica” (BRASIL, 1997, p.23).

Todavia, o ensino diversificado de conteúdos tem trazido grande dificuldade aos profissionais, seja pela sua formação ou por nunca ter tido contato com diversos conteúdos que compõem o quadro epistemológico da Educação Física.

“Assim, não se trata de uma estrutura estática ou inflexível, mas sim de uma forma de organizar o conjunto de conhecimentos abordados, segundo enfoques que podem ser dados: esportes, jogos lutas e ginástica; atividades rítmicas e corporais e conhecimentos sobre o corpo” (BRASIL, 1988 *apud* HERALDO SIMÕES FERREIRA, 2006, p.39).

Alguns pensadores, como Tardif (2012), Darido e Rufino (2012), acreditam que o distanciamento que os professores das universidades possuem frente a

alguns temas geram no produto final profissionais da área que não conhecem o conteúdo de maneira aprofundada.

“Dessa maneira superam a visão aplicacionista que apresenta como principal armadilha a desconsideração da prática como local de produção de saberes, desarticulando assim o processo de formação e de pesquisa sobre o ensino” (TARDIF apud DARIDO, RUFINO, 2012, p.505).

Dentre as modalidades que trabalham a cultura corporal de movimento, neste estudo abordamos as lutas como conteúdo da Educação Física a ser trabalhada no âmbito escolar, a fim de pensar nos obstáculos enfrentados para inserir a mesma nas aulas e buscar formas para contrapor estes obstáculos contemplando a introdução das lutas na Educação Física.

Em busca de analisar a dificuldade do ensino de lutas nas escolas, acreditamos que fatores como a formação profissional - escassa de conhecimentos essenciais -, a falta de materiais oferecidos por parte das escolas e as estruturas físicas inadequadas às práticas das lutas dificultam a aplicação desse conteúdo em âmbito escolar.

Frente ao exposto, este estudo visa compreender quais os fatores que dificultam e restringem o ensino do conteúdo de lutas nas escolas e aproximar-se das possíveis formas de se aplicar a prática de lutas nas escolas.

Partimos da hipótese de que as lutas podem ser um conteúdo presente nas aulas de educação física, mesmo que o docente não tenha uma vivência aprofundada no assunto. Ainda nesse sentido, a falta de materiais adequados e sua formação ‘deficiente’ não são fatores limitantes a este *saber*, mesmo que com limitações.

A literatura demonstra possibilidades de inserção e adaptações das lutas no cenário escolar, como mostra Darido e Rufino (2015) em entrevista com vários profissionais da área:

“O especialista 1 admitiu: “porque adaptar tudo pode ser adaptável. É possível adaptar as lutas na escola, mas o professor fica ‘preso’ naquilo que ele tem mais segurança”. Nessa mesma perspectiva, o especialista 3 sinalizou que “se adaptando você consegue ensinar alguns tipos de modalidades de combate dentro da escola”. Para o especialista 4, as lutas

são um conteúdo possível de ser ensinado na escola de forma adaptada, desde que se ofereça condições para o ensino. Este especialista ainda admitiu, ao remeter à sua própria história como professor: “eu adaptava tudo, isso porque eu tinha uma experiência que estava focada na adaptação” (DARIDO e RUFINO, 2015, p. 511).

Concordamos com Darido e Rufino (2015, p. 510) quando afirmam “(...) ser possível superar estas dificuldades por meio de adaptações de espaços e materiais que permitam intervenções seguras e em conformidade com a escola”.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é uma pesquisa qualitativa, ou seja, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização.

Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Além disso, essa pesquisa se desenvolveu com caráter exploratório no conceito de (Gil, 2002, p.41):

“Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Neste estudo apontamos, primeiramente, nosso recém-adquirido contato com a temática exposta, a fim de comparar nossa experiência na graduação com relação a literatura e o conteúdo de lutas nas escolas, nos familiarizando com o tema. Entretanto, a partir desta pesquisa de caráter exploratório, surgirão questionamentos para futuros novos estudos a serem desenvolvidos.

O estudo versará sobre quais os fatores que dificultam e restringem o ensino do conteúdo de lutas nas escolas e se aproximará das possíveis formas de se

aplicar a prática de lutas a partir da vivência dos próprios autores do texto. Para tanto, nos aproximamos de um recorte da produção literária desse tema e dos documentos que fundamentam a educação física escolar.

3 RESULTADOS

Como pudemos analisar, a luta está em discrepância no contexto escolar devido a algumas dificuldades vividas pelo professor de educação física, e que seriam essas questões chave para uma melhor aplicação desse conteúdo, como pode ser evidenciado em Rufino e Darido (2015).

Essas limitações apresentadas na literatura, quando chegam ao chão da escola, dificultam um processo pedagógico eficiente ao ensino global da cultura corporal de movimento, pois parte dela o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo-social, inibindo os benefícios apresentados abaixo:

“No aspecto motor, observamos o desenvolvimento da lateralidade, o controle do tônus muscular, a melhora do equilíbrio e da coordenação global, o aprimoramento da ideia de tempo e espaço, bem como da noção de corpo. No aspecto cognitivo, as lutas favorecem a percepção, o raciocínio, a formulação de estratégias e a atenção. No que se refere ao aspecto afetivo e social, pode-se observar em alunos alguns aspectos importantes, como a reação a determinadas atitudes, a postura social, a socialização, a perseverança, o respeito e a determinação ” (FERREIRA, 2006, p. 39 e 40).

Podemos citar como principal limitação o que (DEL VECCHIO; FRANCHINI, 2006 apud Rufino e DARIDO, 2015, p. 509) apontam “[...] ao admitir que as dificuldades em tratar os conteúdos das lutas na escola são oriundas, em parte, devido à formação do profissional de Educação Física”.

Concordamos com esta afirmação devido nossa experiência na graduação, onde tivemos nossa grade curricular reduzida de quatro anos para três anos de curso, na qual a matéria de lutas foi exercida durante somente 30 horas. Levando em consideração que boa parte dos graduandos estão tendo o seu primeiro contato na graduação, fica evidente que os períodos determinados das horas estudadas não foram suficientes para aprender o conceito, os procedimentos e atitudes das lutas enquanto conteúdo escolar.

Outra limitação encontrada foi a falta de materiais e a estrutura da escola mostradas no texto de Darido e Rufino (2015) em pesquisa com vários especialistas da área da educação física. Acreditamos, após a literatura, ser possível a adaptação do ambiente escolar e a criação de materiais para aplicar as lutas nas escolas.

Destacamos as afirmações de RUFINO e DARIDO (2006, p. 511):

“A questão da adaptação é condição fundamental para o ensino das lutas na escola uma vez que é preciso traduzir pedagogicamente o ensino destas práticas de uma forma diferenciada daquela que é encontrada em outros contextos sociais”.

Citamos, também, o preconceito que a luta sofre no âmbito escolar, porque muitas das vezes é relacionada à violência ou a desintegração do aluno em relação ao processo de disciplina pregado pela escola. Durante a pesquisa com os especialistas da área da Educação Física tratado no texto de Rufino e Darido (2015, p. 510 e 511), a especialista 5 admitiu:

“[...] que o desconhecimento sobre as lutas, muitas vezes, pode gerar preconceitos sobre a violência exacerbada que passa a ser relacionada com estas práticas. Esta especialista admitiu ainda que essa relação passa a justificar a não inclusão das lutas na escola em diversos contextos”.

Não acreditamos nesta afirmação, porque pensamos que se houver uma metodologia pensada e analisada de forma correta, pode ser repassada de forma produtiva e colher bons frutos relacionados à integração dos alunos que vivem em grupos sociais a qual é exposto a situações de violência e uma forma de trabalhar o aspecto afetivo-social.

4 DISCUSSÃO

As lutas no âmbito escolar apresentam algumas restrições, inicialmente a própria formação acadêmica se revela com uma limitação da futura ação escolar, pois muitos cursos ofertam formações deficientes em relação a estas práticas, como afirma DEL VECCHIO, FRANCHINI:

“Seria mais importante que o graduando aprendesse a utilizar a luta/arte marcial como estratégia para atingir o objetivo de um programa de educação física em vez de executar técnicas

específicas de um único estilo durante sua permanência no ensino superior” (2006, p. 103).

Segundo Correia e Franchini (2010), a carência de cursos que projetam a temática de lutas durante a formação de professores de Educação Física, como também a formação continuada após a graduação, é baixa. É importante a construção do saber *fazer* a fim de produzir os conhecimentos essenciais para didática pedagógica na prática do âmbito escolar.

No ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior Resolução N° 7, de 31 de março de 2004, Art. 3º determina que:

“A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas” (BRASIL, 2004, P.1).

O Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior Resolução N° 7, de 4 de outubro de 2007, Art. 6º, continua determinando que a Educação Física deva visar uma formação, ampliando e enriquecendo a cultura da sociedade, assim, aumentando as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (BRASIL, 2004).

Como Darido e Rufino (2015), em uma pesquisa realizada com profissionais da área de educação física que atuam na rede pública de ensino no estado de São Paulo, destacam a falta de estrutura como um dos fatores que dificultam a aplicação das lutas nas escolas,

“Os especialistas elencaram também a questão a infraestrutura escolar deficiente como condição que muitas vezes gera empecilhos para o ensino das lutas. O especialista 3, por exemplo, afirmou: “a gente tem algumas dificuldades, pois as vezes você não encontra a questão do espaço”. O especialista 4 também corroborou essa perspectiva ao admitir que: “Os maiores problemas se devem à questão das condições de estrutura das escolas”. No entanto, este especialista reconheceu que as condições de falta de infraestrutura não podem se tornar

justificativa para o não ensino das lutas na escola” (DARIDO e RUFINO, 2015, p.510).

Outro fator abordado foi o preconceito, onde há um pequeno número de informações a respeito das lutas na sociedade e o medo de incitar a violência por meio da associação às lutas entre os alunos (DARIDO E RUFINO, 2015). Isso é fruto da natureza histórica das diferentes modalidades de luta na nossa sociedade, onde de forma subjetiva incitava a sobrevivência e a eliminação do oponente. Considerando a história da humanidade nas mais diversificadas civilizações, observaram que não são poucos os registros de combates.

Anteriormente, no início da era antropocêntrica, as lutas eram praticadas como forma de defesa e proteção para se resguardarem das atitudes de violência voltadas contra si, a casa e a família, como afirma Heraldo Simões Ferreira (2006): “o ato de lutar deve ser incluído dentro do contexto histórico-sócio-cultural do homem, já que o ser humano luta, desde a pré-história, pela sua sobrevivência”.

Na antiguidade, os ensinamentos eram passados de mestre para aluno por meio da vivência prática e verbal, por esse motivo, poucos são os relatos registrados das lutas daquela época.

“Na história da humanidade quando levamos em consideração o estágio já urbano, ao se fazer uma breve gênese das lutas, observamos que não foram poucos os registros encontrados nas mais diversas civilizações. Remontando entre os anos 3000 e 1500 a.C., os sumerianos deixaram imagens de três duplas de lutadores representando diversas fases de uma luta, com características que D. Palmer e M. Howell (in Blanchard, Chelska, op. cit) consideraram como sendo, “uma das provas mais antigas” do que hoje entenderíamos como atividade de luta. Outras evidências de práticas de lutas também foram encontradas em outras culturas, através dos desenhos encontrados dentro da tumba egípcia de Beni Hassan (Henares, 2000) e também em Creta, por volta de 2000a.C. (Blanchard e Chelska,op.cit)” (ALVES JR, 2001 apud FERREIRA, 2006, p. 38).

Na atualidade, as lutas não são mais usadas com essa finalidade, a qual se tornou uma prática esportiva que pode ser direcionada a diversos campos distantes da ação violenta como, por exemplo, os espetáculos e competições.

“As lutas na sociedade moderna surgem, então, com uma diminuição dos níveis aceitáveis de violência. Consequentemente, de acordo com Riesman e Denney (1971), as lutas enquanto esporte moderno são mais “abstratas”, mais afastadas dos “combates sérios”. Ou seja, tornam-se uma representação mais simbólica e “menos real” de uma violência, de uma “briga de rua”. Apesar dessa tendência civilizadora, em diversos momentos do século XX, de forma paralela às lutas esportivizadas surgem combates com poucas ou mesmo sem regras, processo denominado de desesportivização” (BRASIL, 1998 apud FERREIRA, 2006, p. 38).

Além disso, as lutas constroem outros caminhos que vão além da sobrevivência, da proteção e do condicionamento físico. Para a sociedade, as lutas formam cidadãos com consciência corporal, mais consciente de seus atos, éticos, potencialmente menos preconceituosos, possibilitando um maior entendimento e respeito ao próximo, proporcionando a formação de um ser humano crítico e consciente.

Corrobora com essa ideia, por exemplo, a educação física resgatar a capoeira como parte da manifestação da cultura dos negros no período escravocrata no Brasil (FERREIRA, 2006).

Por tanto, a partir dessa afirmação, entendemos que essas modalidades de lutas envolvem diversos aspectos que podem ser trabalhados como o autor retrata: “[...] a dança, a música e um gestual carregado de historicidade”.

Entretanto, a partir da abordagem do conteúdo de lutas nas escolas, o aspecto violência trará dúvidas diante da comunidade pedagógica quanto ao preconceito em relação à mesma (DARIDO, RUFINO 2015).

Contudo, Ferreira (2006) discorda desse tipo de argumento quando ele afirma em seu texto que:

“A Educação Física passa a ser uma disciplina que vai tratar pedagogicamente de uma área de conhecimento denominada de ‘cultura corporal’, configurada na forma de temas ou de atividades corporais. Devemos ter consciência que a atividade física das lutas não é nem nociva nem virtuosa em si, ela transforma-se segundo o contexto. A luta na universidade, na escola, ou em qualquer outro local, torna-se o que dela a fazemos, e a competição, acrescentaríamos, não é uma imposição deste esporte” (ALVES JR, 2001 apud FERREIRA, 2006, p. 40).

As lutas necessitam ser exercidas como conteúdo disciplinar a ser aplicado nas aulas de Educação Física em ambas as etapas de ensino, evidenciando que a luta não parte somente do princípio das técnicas e regras agrupadas, todavia, (FERREIRA, 2006) afirma:

“O braço de ferro, o cabo de guerra, as técnicas recreativas de empurrar, de puxar, de deslocar o parceiro do local, as lutas representativas como a luta do sapo (alunos agachados, um tentando derrubar o outro), a luta do saci alunos de mãos dadas, somente com um pé no chão, tentando provocar o desequilíbrio do parceiro, forçando o colega a tocar com o pé que estava elevado no chão), são apenas alguns exemplos de como se trabalhar as lutas de forma estimulante e desafiadora na aula de educação física. Pode-se levar, em visitas às escolas, especialistas, promovendo palestras, ministrando pequenos cursos ou fazendo demonstrações específicas. Os alunos podem visitar academias de lutas, assistir a filmes e documentários ou, ainda, realizar pesquisas sobre o tema”.

As lutas constituem-se mundialmente como uma das mais antigas manifestações da cultura humana, sendo globalmente difundida e apresentada, em diferentes práticas e variações, podendo estar associada à guerra, à autodefesa; ao exercício físico, ao jogo ou como ação ritualística. O conteúdo de lutas, como Espartero (1999), relata marcas das civilizações desde as primeiras gerações, com o passar dos anos as lutas foram perdendo a marca de estarem atrelados às guerras e foram conquistando seu espaço na sociedade.

Destacamos as afirmações de DEL VECCHIO; FRANCHIN (2006, p.99):

“Nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, foram disputas as seguintes modalidades de luta corporal sem implemento: boxe, judô, luta (greco-romana e livre) e taekwondo. (...) destaca-se a presença da esgrima. (...) pelo número de modalidades, estão comprovadas a popularidade e a importância que as modalidades de luta possuem em relação ao desenvolvimento esportivo. Além desse aspecto esportivo, a presença das lutas/artes marciais é bastante evidente em filmes, desenhos e jogos de computadores”.

As lutas já faziam parte da sociedade desde os Antigos Jogos Olímpicos, além disso, também eram utilizadas como forma de educação moral em jovens e crianças nas sociedades gregas. Isto posto, seu caráter educativo já era evidente desde as antigas civilizações.

O caráter educativo por meio do combate foi largamente utilizado nas diferentes *modalidades* de ensino desenvolvidas pela humanidade, dessa forma, se caracterizando como uma expressão da cultura corporal de movimento. Assim, a negação desse saber no conteúdo escolar negligencia um desenvolvimento corporal completo como as Diretrizes Curriculares Nacionais preveem para as crianças dentro das escolas.

“Compreende-se que o trato pedagógico do componente lutas na Educação Física escolar deva comportar necessariamente aspectos da autonomia, criticidade, emancipação e a construção de conhecimentos significativos” (NASCIMENTO E ALMEIDA, 2007, p. 93).

Nascimento (2005) destaca que em muitas escolas as lutas acontecem, entretanto, não como deveriam. Normalmente, as escolas disponibilizam seu espaço para terceiros realizarem seus projetos, oficinas, voluntárias ou não, totalmente desassociados da disciplina de Educação Física.

Nascimento e Almeida (2007, p.93), em sua pesquisa, abordam dois argumentos restritivos que encontraram mais relevantes para a abordagem de lutas dentro das escolas:

“1) a falta de vivência pessoal em lutas por parte dos professores, tanto no cotidiano de vida, como no âmbito acadêmico;

2) a preocupação com o fator violência, que julgam ser intrínseco às práticas de luta, o que incompatibiliza a possibilidade”.

Quanto à falta de vivência do docente, Del Vecchio e Franchini (2006) ressaltam que a dificuldade em tratar o conteúdo de lutas se detém a formação dos profissionais. Para eles, em muitos casos, os cursos de graduação apresentam uma grande lacuna no que se refere ao conhecimento em lutas.

A falta de conhecimento do conteúdo de lutas acaba trazendo para as aulas de Educação Física uma grande prioridade ao plano procedimental (emprego de técnicas e fundamentos), enquanto tem-se deixado de lado o atitudinal (valores nas e para as práticas), bem como o conceitual (entendimento do porquê realizar este ou aquele movimento), como afirma (DARIDO, 2001).

Em relação à violência, Olivier (2000, p. 11) – outra barreira a ser vencida por este conteúdo - entende-a como: [...] inerente às relações sociais”, e a concebe como “[...] modos de expressão e de comunicação”, que surgem em situações de conflito, de ameaças, de incerteza.

O autor se posiciona no sentido de que as atividades de luta na escola, sistematizadas e metodologicamente pensadas e conduzidas, servem como importantes elementos de estruturação motora, psicoafetiva e social, que ajudam “[...] a criança a gerir e a controlar a complexidade das relações violentas no interior do grupo social” (idem).

Ao referir-se à questão “Violência e Mídia”, Olivier (2000, p.13) reconhece a exposição extrema das crianças às imagens violentas, por meio de heróis lutadores e, mesmo sem avançar na análise dessa questão na ótica de ser “nociva” ou não, entende estarmos diante de um fator que não deve ser negligenciado quanto à formação de nossas crianças. Assim, o autor reconhece a escola como possível detentora de um papel de contrapoder, uma vez que pode privilegiar cada vez mais a “comunicação, as trocas no contexto de suas próprias regras sociais”.

Tais afirmativas nos levam a perceber que o distanciamento da prática de lutas só possibilita um maior desconhecimento do que realmente são as lutas/artes marciais, gerando uma imagem socialmente negativa.

Os dois argumentos podem ser percebidos no cotidiano escolar, todavia, é necessário que haja um comprometimento maior dos profissionais de graduações e dos novos professores de Educação Física que busquem um conhecimento mais profundo dos conteúdos de lutas, para que possam ser trabalhados de forma eficaz dentro da escola.

5 CONCLUSÃO

No desenvolver deste artigo foi abordada a importância do conteúdo de lutas como metodologia de ensino nas aulas de Educação Física para o desenvolvimento da cultura corporal do movimento, desenvolvendo a autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e

princípios democráticos. Este artigo, por meio de sua pesquisa, revela as dificuldades enfrentadas pelos docentes na prática de lutas dentro das escolas.

A partir da pesquisa qualitativa exploratória, baseada em docentes e pesquisadores da temática, foi possível perceber a escassez do conteúdo de lutas dentro das escolas, a falta de materiais para tal prática, o preconceito que gira em torno de sua aplicabilidade dentro das escolas e a formação deficiente. Em contrapartida, foi notório a necessidade do ensino de lutas nas escolas, pois o mesmo ajuda no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo-social. É evidente que a falta de conhecimento traz desconforto ao docente, e muitas vezes o deixa estagnado em sua zona de conforto, mas concluímos com o pensamento de Rufino e Darido (2015, p. 511), que diz: “a questão da adaptação é condição fundamental para o ensino de lutas na escola”.

O tema pesquisado é de notória importância para o desenvolvimento humano e para a educação, entretanto, é preocupante a relação entre a teoria e a prática observada no decorrer da pesquisa, deixando evidente a necessidade de estudos, pesquisas e até mesmo uma reformulação no processo de formação dos docentes, com a finalidade de inserir metodologias que construam aprendizagens significativas e que atendam às necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, JR ED. In GUEDES OC(org). **Judô: evolução técnica e competição**. João Pessoa: Ed Idéia, 2001;73-91.

BRASIL. **Conselho Nacional De Educação E Câmara De Educação Superior RESOLUÇÃO N° 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004**.<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfísica.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2018.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. P. 24. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2018.

CORREIA, W. R.; FRANCHINI, E. **Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate**. Motriz, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 1-9, jan./mar. 2010. P. 06.

DAOLIO J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DARIDO, Suraya Cristina. **Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. Perspectivas em Educação Física Escolar, Niterói, v. 2, n. 1 (supl.), p. 5-25, 2001.

FERREIRA, Heraldo Simões. **As lutas na educação física escolar**. *Revista de educação física*, Nº 135. Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Fortaleza - CE - Brasil. NOVEMBRO DE 2006 – PÁG 36 – 44.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002 Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8 1. Pesquisa 2.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. **Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 26, n. 2, 283-300, 2012.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. **O ensino das lutas nas aulas de educação física: análise da prática pedagógica à luz de especialistas**. *Revista da Educação Física / UEM. Rev. educ. fis. UEM* vol.26 no.4 Maringá Sept./Dec. 2015.

DEL VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. **Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo da educação física**. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Org.). *Formação profissional em educação física: estudos e pesquisas*. Rio Claro: Biblioética, 2006.

ESPARTERO, J. **Aproximación histórico-conceptual a lós deportes de lucha.** In: VILLAMÓN, M.(org). Introducción al Judo. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1999.

Neto, S.S; Hunger, D. **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas/** Samuel de Souza Neto, Dagmar Hunger (orgs.) – Rio Claro: Biblioética, 2006, p. 99.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NASCIMENTO, Paulo R. B. **A capoeira no contexto da escola e da Educação Física.** 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, Ijuí, 2005.

OLIVIER, Jean-Claude. **Das brigas aos jogos com regras:** enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. P. 11 e 13.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MULTIVIX

SERRA